

Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais:

Estrutura, Funcionamento e
Produção de Sentidos na
Língua Portuguesa



ANTONIO EUDES MOTA

Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais:

Estrutura, Funcionamento e
Produção de Sentidos na
Língua Portuguesa



ANTONIO EUDES MOTA

AURUM EDITORA LTDA – 2026

Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

AUTOR DO LIVRO

Antonio Eudes Mota

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Freepik, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

ÁREA DE CONHECIMENTO

Letras

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2026 Os Autores

Edição Copyright © 2026 Aurum Editora Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação duplo-cega, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adicélia Rodrigues Souza - Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão

Amanda Pereira Moreira - Mestra em Letras pela Universidade Federal de Lavras

Antonio Ismael Lopes de Sousa - Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Bárbara Silvestre da Silva Pereira - Doutoranda em Enfermagem e Biociências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Bianca Martins Knap - Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carlos Adriano Martins - Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cláudio Alberto de Sá Quirino - Mestre profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Damião Evangelista Rocha - Doutorando em Saúde e Desenvolvimento Humano pela Universidade La Salle - Canoas

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Diego Pinto de Oliveira - Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Alfenas

Elberto Teles Ribeiro - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados

Equiton Lorengian Grégio - Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Evaldo Batista Mariano Júnior - Doutorando em Educação pela Universidade de Uberaba



Fábio Henrique de Souza Lacerda - Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes

Flávia Maria Silva Brito - Doutora em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Flávio Roberto Chaddad - Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Francisco Samuel Laurindo de Lima - Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará

Glicerinaldo de Sousa Gomes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira - Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Tocantins de Porto Nacional

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino

José Carlos dos Santos Silva - Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.



José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Passo Fundo.

José Ronaldo de Freitas Machado - Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba

Jungley de Oliveira Torres Neto - Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Karyne Oliveira Coelho - Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Goiás

Lidiana da Cruz Pereira - Doutora em Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí

Lidiane Álvares Mendes - Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maiara Martins Doná - Mestra em Educação pela Universidade de Sorocaba

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcelo Bustamante Chilingue - Doutorando em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Carvalho da Conceição - Doutor em Biologia Estrutural e Funcional pela Universidade Federal de São Paulo

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria da Luz Olegário - Doutora em Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba



Maria Nazaré Lopes Baracho - Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Marlon Messias Santana Cruz - Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Michael Douglas Alves dos Santos - Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Natan Gomes dos Santos - Graduado em Biomedicina pela Faculdade Madre Thais

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpet

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvana Maria Aparecida Viana Santos - Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Stefany Reis Marquioli - Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Suely Maria da Silva - Mestra em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí



Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M917i Mota, Antonio Eudes.
Introdução à sintaxe e aspectos gramaticais [recurso eletrônico] : Estrutura, funcionamento e produção de sentidos na Língua Portuguesa / Antonio Eudes Mota. – Curitiba, PR: Aurum Editora, 2026.
Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6223-026-0

1. Língua Portuguesa. 2. Sintaxe. 3. Gramática.
4. Linguagem – formação. I. Título.

CDU 869.0-56

Catalogação na fonte: Bruna Heller (CRB10/2348)

Índices para catálogo sistemático:

1 Sintaxe da Língua Portuguesa 869.0-56

DOI: 10.63330/livroautoral702026-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



AUTOR

Antonio Eudes Mota

Pesquisador, escritor e educador, com atuação voltada para as áreas de Linguística, Língua Portuguesa, Educação, Pedagogia e Ciências Humanas. Dedica-se ao estudo da linguagem, da formação docente, da produção do conhecimento e das práticas pedagógicas, desenvolvendo pesquisas que articulam fundamentos teóricos e aplicações voltadas ao contexto educacional.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, tem concentrado seus estudos na produção de materiais científicos e didáticos destinados à formação de estudantes, professores, pesquisadores e demais profissionais da educação. Seus trabalhos abordam temas relacionados à gramática da língua portuguesa, sintaxe, alfabetização e letramento, educação socioemocional, inclusão escolar, transtornos do neurodesenvolvimento, estudos bíblicos e metodologias de ensino, sempre fundamentados em referenciais teóricos reconhecidos e comprometidos com a qualidade da produção científica.

Como autor, acredita que o conhecimento deve ser acessível, organizado e socialmente relevante. Por essa razão, busca desenvolver obras que conciliem rigor acadêmico, clareza didática e aplicabilidade prática, contribuindo para o fortalecimento da formação inicial e continuada de educadores, bem como para o aprimoramento da aprendizagem dos estudantes.

Nesta obra, **Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais**, apresenta uma abordagem sistemática sobre os principais fundamentos da sintaxe da língua portuguesa, integrando a tradição gramatical às contribuições da Linguística contemporânea. O objetivo é oferecer ao leitor um instrumento de estudo, consulta e reflexão que favoreça a compreensão da estrutura da língua e sua aplicação na leitura, na escrita e na comunicação.

Seu compromisso com a pesquisa, a educação e a valorização da língua portuguesa refletem a convicção de que o ensino de qualidade constitui um dos pilares para o desenvolvimento humano, para a construção da cidadania e para o fortalecimento da produção científica no Brasil.

Por meio de suas publicações, Antonio Eudes Mota reafirma seu propósito de contribuir para a difusão do conhecimento, incentivando o pensamento crítico, a formação intelectual e o aperfeiçoamento permanente de professores, estudantes e pesquisadores.



DEDICATÓRIA

Dedico esta obra, primeiramente, a Deus, fonte de toda sabedoria, conhecimento e inspiração, por sustentar minha caminhada e conceder-me força, discernimento e perseverança em cada etapa desta jornada.

À minha família, pelo amor incondicional, pela compreensão diante dos momentos de ausência e pelo constante incentivo ao estudo, à pesquisa e à busca pelo conhecimento.

Aos meus professores, mestres e pesquisadores que, por meio de seus ensinamentos e exemplos, despertaram em mim o interesse pela linguagem, pela educação e pela produção científica, contribuindo de forma significativa para minha formação acadêmica e humana.

Aos estudantes e educadores, razão maior desta obra, que diariamente transformam o ensino em um espaço de aprendizagem, reflexão e construção do conhecimento. Que estas páginas possam contribuir para fortalecer o estudo da língua portuguesa e inspirar novas descobertas no universo da sintaxe e da gramática. E, finalmente, dedico este livro a todos aqueles que acreditam que o conhecimento, quando compartilhado com compromisso, humildade e responsabilidade, tem o poder de transformar pessoas, ampliar horizontes e construir uma sociedade mais justa, crítica e consciente.

Antonio Eudes Mota
Autor



AGRADECIMENTOS

A concretização desta obra representa o resultado de um percurso marcado pelo estudo, pela pesquisa, pela dedicação e pelo compromisso com a educação e com a produção do conhecimento. Nenhum trabalho acadêmico é construído de forma isolada; ao contrário, é fruto da colaboração, da inspiração e do incentivo de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuem para sua realização.

Minha primeira e mais profunda gratidão é dirigida a Deus, por conceder-me vida, saúde, sabedoria e perseverança para enfrentar os desafios inerentes ao processo de pesquisa e escrita. Sua presença constante fortaleceu minha caminhada e renovou minhas forças nos momentos de dificuldade, tornando possível a conclusão desta obra.

Expresso meu sincero agradecimento à minha família, pelo apoio incondicional, pela compreensão durante os períodos dedicados aos estudos e pela confiança depositada em cada novo projeto. O carinho, a paciência e o incentivo recebidos foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser realizado.

Agradeço aos professores, mestres e pesquisadores que fizeram parte da minha formação acadêmica e profissional. Seus ensinamentos, sua dedicação à ciência e seu compromisso com a educação contribuíram decisivamente para ampliar minha compreensão sobre a linguagem, a gramática e o ensino da língua portuguesa. Cada leitura, cada orientação e cada diálogo acadêmico enriqueceram este trabalho.

Manifesto também minha gratidão aos autores cujas pesquisas e publicações fundamentaram esta obra. A produção científica é construída de maneira coletiva, por meio do diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, este livro é também uma homenagem àqueles que dedicaram suas vidas ao estudo da Linguística, da Gramática e da Educação, deixando contribuições permanentes para a comunidade acadêmica.

Meu reconhecimento dirige-se, igualmente, aos estudantes, professores e profissionais da educação que, por meio de suas experiências e desafios cotidianos, inspiram a produção de materiais didáticos e científicos voltados para a melhoria da aprendizagem. São eles que conferem sentido ao trabalho de pesquisar, escrever e compartilhar conhecimento.

Agradeço às instituições de ensino, às bibliotecas e aos espaços de pesquisa que possibilitaram o acesso às obras, aos referenciais teóricos e aos recursos necessários para o desenvolvimento deste livro. O fortalecimento da educação depende, em grande medida, do compromisso dessas instituições com a difusão do conhecimento científico.

Registro, ainda, minha gratidão aos leitores desta obra. Ao escolherem este livro como instrumento de estudo, pesquisa ou aperfeiçoamento profissional, tornam-se participantes deste projeto de valorização da língua portuguesa e de fortalecimento da formação acadêmica. Espero que cada capítulo contribua para ampliar conhecimentos, despertar reflexões e incentivar novas investigações sobre a sintaxe e os aspectos gramaticais.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, oferecendo palavras de incentivo, apoio, amizade e confiança. Ainda que seus nomes não estejam aqui registrados, sua contribuição permanece presente na construção desta obra.



Que este livro possa cumprir sua finalidade de colaborar com a formação de estudantes, professores e pesquisadores, fortalecendo o ensino da língua portuguesa e incentivando o permanente compromisso com o conhecimento, a educação e a excelência acadêmica.

Antonio Eudes Mota

Autor



NOTA DO AUTOR

Escrever sobre a língua portuguesa é, ao mesmo tempo, um desafio e um privilégio. Desafio porque a linguagem é um fenômeno vivo, dinâmico e em constante transformação, cuja complexidade ultrapassa qualquer tentativa de descrição absoluta. Privilégio porque estudar e ensinar a língua significa contribuir para a formação intelectual, cultural e social das pessoas, fortalecendo sua capacidade de compreender o mundo e de nele atuar de forma crítica e consciente.

A elaboração deste livro nasceu da convicção de que o estudo da sintaxe e dos aspectos gramaticais pode ser desenvolvido de maneira clara, reflexiva e significativa. Ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional, observei que muitos estudantes, professores e candidatos a processos seletivos encontram dificuldades diante desses conteúdos, não por sua complexidade em si, mas, muitas vezes, pela forma fragmentada e excessivamente normativa com que lhes são apresentados.

Foi essa realidade que motivou a construção desta obra. Meu propósito foi reunir, em um único volume, fundamentos teóricos consistentes, explicações didáticas e uma organização lógica dos conteúdos, permitindo que o leitor compreenda a sintaxe não apenas como um conjunto de classificações gramaticais, mas como um instrumento essencial para a produção de sentidos, para a interpretação textual e para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Ao escrever cada capítulo, procurei estabelecer um diálogo entre a tradição gramatical e as contribuições da Linguística contemporânea, respeitando o rigor científico sem perder de vista a clareza da exposição. Acredito que o conhecimento se torna mais significativo quando teoria e prática caminham juntas, possibilitando ao leitor reconhecer a aplicação dos conceitos sintáticos nas diversas situações de comunicação presentes no cotidiano, na vida acadêmica e no exercício profissional.

Esta obra foi concebida para atender estudantes, professores, pesquisadores, licenciandos, candidatos a concursos públicos e todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a estrutura da língua portuguesa. Espero que ela possa servir não apenas como material de estudo e consulta, mas também como incentivo à reflexão sobre a riqueza, a diversidade e a importância da linguagem na construção do conhecimento humano.

Nenhum livro representa um ponto final. Toda produção científica permanece aberta ao diálogo, às contribuições e às novas interpretações que surgem com o avanço das pesquisas. Por essa razão, considero esta obra parte de um processo contínuo de aprendizagem, no qual autor e leitores compartilham o mesmo compromisso com a busca do conhecimento.

Registro também minha sincera gratidão aos professores, pesquisadores e estudiosos da Linguística e da Gramática da Língua Portuguesa, cujas obras serviram de inspiração e fundamento para este trabalho. O conhecimento científico é construído coletivamente, e cada nova publicação representa mais um passo nessa trajetória de investigação e aperfeiçoamento.

Agradeço, igualmente, aos leitores que escolheram esta obra como companheira de estudo. Espero que as páginas seguintes despertem novos questionamentos, fortaleçam a prática pedagógica, estimulem a pesquisa e contribuam para uma compreensão cada vez mais ampla da organização da língua portuguesa.

Se, ao final desta leitura, o leitor perceber que a sintaxe vai além das regras e classificações, constituindo-se como um elemento fundamental para a construção do pensamento, da comunicação e da produção de sentidos, este livro terá alcançado seu principal objetivo.



Que este trabalho possa cumprir sua missão de informar, formar e inspirar, colaborando para o fortalecimento do ensino da língua portuguesa e para a valorização da linguagem como um dos maiores patrimônios da humanidade.

Antonio Eudes Mota

Autor



PREFÁCIO

A língua é uma das mais extraordinárias manifestações da inteligência humana. Por meio dela, os indivíduos constroem conhecimentos, compartilham experiências, preservam culturas e estabelecem relações sociais. Entre os diversos campos de estudo da língua portuguesa, a sintaxe ocupa um lugar de destaque, pois investiga a maneira como as palavras se organizam para formar enunciados dotados de sentido, coerência e intencionalidade comunicativa.

Embora frequentemente percebida apenas como um conjunto de regras gramaticais, a sintaxe representa muito mais do que um sistema normativo. Ela revela os mecanismos que estruturam o pensamento linguístico, permitindo compreender como a organização dos elementos da frase interfere diretamente na produção e na interpretação dos sentidos. Estudar sintaxe, portanto, é compreender o funcionamento interno da linguagem e reconhecer sua importância na comunicação humana.

Nas últimas décadas, o ensino da língua portuguesa passou por importantes transformações. As contribuições da Linguística, da Psicolinguística, da Sociolinguística e da Linguística Textual ampliaram significativamente a compreensão sobre os processos de aprendizagem da linguagem. Nesse novo cenário, a gramática deixa de ser concebida exclusivamente como um conjunto de prescrições para tornar-se um instrumento de reflexão sobre o uso da língua em diferentes situações comunicativas.

É justamente nessa perspectiva que se insere a presente obra. **Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais** foi concebido com o propósito de oferecer ao leitor uma visão abrangente, organizada e acessível dos principais fundamentos da sintaxe da língua portuguesa, conciliando o rigor científico com uma linguagem clara e didática. O livro busca estabelecer um diálogo entre a tradição gramatical e as abordagens linguísticas contemporâneas, demonstrando que o conhecimento sintático não se limita à classificação de termos, mas constitui elemento essencial para a leitura, a escrita, a argumentação e a produção de sentidos.

Ao longo dos capítulos, o leitor encontrará uma sequência cuidadosamente estruturada dos conteúdos. Os conceitos fundamentais são apresentados de forma progressiva, iniciando pela compreensão da frase, da oração e do período, avançando para as funções sintáticas, os processos de coordenação e subordinação, a concordância, a regência, a colocação pronominal, a pontuação e outros aspectos indispensáveis à organização lógica da língua portuguesa. Essa construção gradual favorece tanto aqueles que iniciam seus estudos quanto os leitores que desejam aprofundar conhecimentos já adquiridos.

Outro mérito desta obra reside na constante aproximação entre teoria e prática. Cada temática é desenvolvida considerando sua aplicação efetiva na leitura, na interpretação e na produção textual, reforçando a compreensão de que a gramática deve servir ao desenvolvimento da competência comunicativa. Dessa forma, o estudo da sintaxe deixa de ser um exercício exclusivamente classificatório para tornar-se uma ferramenta de análise crítica da linguagem.

O livro também evidencia a importância da formação contínua dos profissionais da educação. Em um contexto marcado pelas rápidas transformações tecnológicas, pela diversidade dos gêneros discursivos e pela ampliação dos espaços de comunicação, torna-se indispensável que professores, pesquisadores e estudantes disponham de materiais que articulem fundamentos científicos atualizados com propostas pedagógicas significativas. Esta obra responde a essa necessidade ao oferecer uma abordagem consistente, acessível e academicamente fundamentada.



Mais do que apresentar conceitos gramaticais, este trabalho convida o leitor a refletir sobre a língua como um organismo vivo, dinâmico e profundamente relacionado à construção do conhecimento. A sintaxe deixa de ser vista como um conjunto de regras isoladas para assumir seu verdadeiro papel: o de organizar o pensamento e potencializar a capacidade humana de comunicar ideias com precisão, clareza e eficiência.

Destina-se, assim, a estudantes de graduação, professores da Educação Básica e do Ensino Superior, pesquisadores, candidatos a concursos públicos e a todos aqueles que reconhecem na língua portuguesa um campo permanente de investigação e aperfeiçoamento intelectual. Espera-se que cada capítulo contribua para ampliar não apenas o conhecimento técnico sobre a gramática, mas também a sensibilidade linguística necessária à formação de leitores críticos e produtores competentes de textos.

Ao concluir esta leitura, o leitor perceberá que compreender a sintaxe significa compreender parte da própria arquitetura da linguagem. É nesse encontro entre estrutura e significado que reside a riqueza da língua portuguesa e a relevância desta obra, que se propõe a servir como instrumento de estudo, consulta e formação acadêmica.

Que as páginas seguintes despertem novas reflexões, fortaleçam a prática docente e inspirem o contínuo interesse pelo estudo da linguagem, reconhecendo na sintaxe não apenas um conteúdo curricular, mas um caminho privilegiado para compreender a organização do pensamento e a construção dos sentidos.

Prof. Me. Jadson Ferreira Mota
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. Osório - RS

Boa leitura!



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA SINTAXE.....	23
1.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA.....	23
1.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, LINGUAGEM E FALA.....	25
1.3 O CONCEITO DE SINTAXE.....	28
1.4 A SINTAXE COMO COMPONENTE DA GRAMÁTICA.....	30
1.5 A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA SINTÁTICA E PRODUÇÃO DE SENTIDO.....	33
1.6 A IMPORTÂNCIA DA SINTAXE NA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA.....	36
1.7 A LINGUAGEM COMO CAPACIDADE HUMANA.....	39
1.8 O CONCEITO DE LÍNGUA NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA.....	41
1.9 IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA SINTAXE.....	44
CAPÍTULO 2 – FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	48
2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	48
2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS FRASES.....	51
2.3 ESTRUTURA DA ORAÇÃO.....	55
2.4 PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO.....	58
2.5 ANÁLISE ESTRUTURAL DOS PERÍODOS.....	61
2.6 TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO: SUJEITO E PREDICADO.....	66
2.7 TERMOS INTEGRANTES E TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO.....	68
2.8 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: RELAÇÕES SINTÁTICAS ENTRE ORAÇÕES.....	71
CAPÍTULO 3 – CONCORDÂNCIA.....	74
3.1 CONCORDÂNCIA VERBAL.....	74
3.2 CASOS PARTICULARES DA CONCORDÂNCIA VERBAL.....	78
3.4 CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	82
3.5 CONCORDÂNCIA, REGÊNCIA E COLOCAÇÃO PRONOMINAL: ASPECTOS GRAMATICAIS DA SINTAXE.....	86
3.6 CASOS ESPECIAIS DE CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	89
CAPÍTULO 4 – REGÊNCIA E COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	95
4.1 REGÊNCIA VERBAL.....	95
4.2 REGÊNCIA NOMINAL.....	99
4.3 CRASE.....	104
4.4 COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	108



CAPÍTULO 5 – PONTUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA.....	113
5.1 O PAPEL DA PONTUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA E NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS.....	113
5.2 PONTUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO.....	115
5.3 ORGANIZAÇÃO LÓGICA DAS IDEIAS.....	117
5.4 SINTAXE APLICADA À PRODUÇÃO TEXTUAL.....	109
5.5 CASOS ESPECIAIS DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	122
CAPÍTULO 6 – SINTAXE E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	126
6.1 O ENSINO DA SINTAXE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	126
6.2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ENSINO GRAMATICAL.....	128
6.3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA SINTAXE.....	130
6.4 A SINTAXE NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA.....	133
6.5 A SINTAXE COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO.....	135
6.6 ANÁLISE SINTÁTICA EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS.....	138
6.7 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA SINTAXE PARA A LEITURA, A ESCRITA E A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA.....	142
CAPÍTULO 7 – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	145
7.1 CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	145
7.2 TIPOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	147
7.3 NORMA-PADRÃO, NORMA CULTA E USO DA LÍNGUA.....	150
7.4 CONCEITO DE PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....	151
7.5 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA.....	153
7.6 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	155
7.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	162



APRESENTAÇÃO

A língua portuguesa representa um dos mais importantes patrimônios culturais da sociedade brasileira. Por meio dela, construímos conhecimentos, estabelecemos relações sociais, produzimos ciência, preservamos nossa história e participamos dos diversos espaços de comunicação. Nesse universo, compreender a estrutura da língua não significa apenas dominar regras gramaticais, mas desenvolver competências que favorecem a leitura crítica, a escrita eficiente e a comunicação consciente.

Foi a partir dessa compreensão que nasceu **Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais**. Esta obra foi elaborada com o propósito de oferecer aos estudantes, professores, pesquisadores e demais interessados um material de estudo que una fundamentação teórica consistente, organização didática e aplicabilidade prática. Ao longo de minha experiência com o ensino da língua portuguesa e com a produção de textos acadêmicos, percebi que muitos estudantes demonstram dificuldades na compreensão dos fenômenos sintáticos, frequentemente por terem sido apresentados a esses conteúdos de forma excessivamente normativa, fragmentada ou descontextualizada.

A sintaxe constitui uma das áreas mais importantes da gramática, pois investiga as relações estabelecidas entre as palavras dentro das orações e dos períodos, possibilitando compreender como a organização dos elementos linguísticos influencia diretamente a construção dos sentidos. Entretanto, estudar sintaxe vai muito além da identificação de sujeitos, predicados ou complementos. Trata-se de compreender os mecanismos que tornam possível a comunicação humana em toda a sua complexidade.

Neste livro, procurei apresentar os conteúdos de forma gradual, respeitando uma sequência lógica de aprendizagem. Os capítulos iniciam pelos conceitos fundamentais da linguagem, da gramática e da sintaxe, avançando para temas como frase, oração e período, funções sintáticas, processos de coordenação e subordinação, concordância, regência verbal e nominal, colocação pronominal, pontuação e organização lógica das ideias. Cada tema foi desenvolvido buscando integrar a tradição gramatical às contribuições da Linguística contemporânea, favorecendo uma compreensão mais ampla do funcionamento da língua portuguesa.

Uma das principais preocupações durante a elaboração desta obra foi aproximar teoria e prática. Em muitos materiais didáticos, a sintaxe aparece desvinculada da leitura e da produção textual, reduzindo-se à classificação de termos e à memorização de regras. Neste trabalho, procurei demonstrar que o conhecimento sintático adquire verdadeiro significado quando aplicado à interpretação de textos, à argumentação, à produção escrita e às diferentes situações de comunicação presentes na vida acadêmica, profissional e social.

A obra também foi organizada pensando nas necessidades da formação docente. Professores da Educação Básica e do Ensino Superior encontrarão subsídios para o planejamento de aulas, elaboração de atividades e aprofundamento teórico. Da mesma forma, estudantes de graduação, candidatos a concursos públicos e pesquisadores poderão utilizar este livro como fonte de consulta e apoio aos estudos da língua portuguesa. Cada capítulo foi desenvolvido com linguagem clara, rigor científico e compromisso com a qualidade acadêmica. Sempre que possível, os conceitos são apresentados de maneira articulada, permitindo que o leitor compreenda não apenas "como" as estruturas sintáticas são classificadas, mas também "por que" elas desempenham determinadas funções na construção dos sentidos. Essa perspectiva busca estimular uma aprendizagem reflexiva, crítica e significativa.



Escrever esta obra representou um compromisso com a valorização do ensino da língua portuguesa e com a difusão do conhecimento científico na área da Linguística e da Gramática. Em uma sociedade cada vez mais marcada pela circulação de informações e pela necessidade de comunicação eficiente, compreender o funcionamento da língua torna-se condição indispensável para o exercício da cidadania, para a formação acadêmica e para o desenvolvimento profissional.

Espero que este livro possa contribuir para ampliar o interesse pelos estudos sintáticos e estimular novas reflexões sobre a riqueza estrutural da língua portuguesa. Mais do que um manual de gramática, esta obra pretende ser um instrumento de formação, pesquisa e consulta, capaz de auxiliar o leitor na construção de conhecimentos sólidos e aplicáveis aos mais diversos contextos de uso da linguagem.

Desejo que a leitura dos capítulos seguintes seja produtiva, instigante e enriquecedora, contribuindo para o fortalecimento da competência linguística, da capacidade analítica e do prazer em estudar a língua portuguesa.

Ao abrir estas páginas, convido você a percorrer um caminho de descobertas sobre a organização da linguagem, reconhecendo na sintaxe não apenas um conjunto de regras, mas uma das bases fundamentais da comunicação humana e da produção de sentidos.

Seja bem-vindo a esta leitura.

Antonio Eudes Mota

Autor



INTRODUÇÃO

A linguagem constitui um dos mais importantes instrumentos de interação humana, permitindo que os indivíduos expressem pensamentos, sentimentos, conhecimentos e valores culturais. Desde os primeiros anos de vida, o ser humano desenvolve competências linguísticas que possibilitam sua inserção nos diferentes contextos sociais, acadêmicos e profissionais. Entretanto, comunicar-se adequadamente não depende apenas do conhecimento do vocabulário, mas também da compreensão das estruturas que organizam as palavras em frases e textos coerentes. Nesse contexto, a sintaxe ocupa posição central nos estudos da língua portuguesa, uma vez que investiga as relações estabelecidas entre os elementos linguísticos responsáveis pela construção do significado.

A sintaxe representa um dos pilares fundamentais da gramática, pois estuda a organização das palavras nas orações e dos enunciados nos períodos, estabelecendo princípios que orientam a produção de textos claros, objetivos e coerentes. Embora frequentemente associada apenas às normas gramaticais, a sintaxe ultrapassa a simples memorização de regras, constituindo-se em instrumento indispensável para o desenvolvimento da competência comunicativa e da interpretação textual. Assim, compreender sua estrutura significa compreender também os mecanismos que possibilitam a construção dos sentidos na linguagem.

Os estudos linguísticos contemporâneos evidenciam que a língua não pode ser entendida apenas como um conjunto de normas fixas, mas como um sistema dinâmico de comunicação, sujeito às transformações históricas, culturais e sociais. Nessa perspectiva, a gramática deixa de assumir exclusivamente um caráter prescritivo para incorporar abordagens descritivas e funcionais, valorizando os diferentes usos da língua em contextos diversos. Conforme observa José Luiz Fiorin (2018), a linguagem constitui uma prática social que produz sentidos em situações concretas de interação, tornando indispensável o estudo da sintaxe para compreender os mecanismos que estruturam os discursos.

Nesse cenário, a sintaxe revela-se como área de conhecimento que estabelece pontes entre a gramática normativa, a linguística moderna e os processos comunicativos cotidianos. O domínio das relações sintáticas favorece não apenas a escrita formal, mas também a leitura crítica, a interpretação textual e a argumentação, competências essenciais para estudantes, professores, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Além disso, o estudo dos aspectos gramaticais contribui significativamente para o fortalecimento da educação linguística. A compreensão das funções sintáticas, das relações entre sujeito e predicado, dos complementos verbais, da concordância, da regência e da pontuação amplia a capacidade de análise da língua, permitindo que o falante utilize diferentes recursos expressivos de forma consciente. Como afirma Evanildo Bechara (2019), a gramática deve ser compreendida como um instrumento de organização do pensamento e da comunicação, e não apenas como um conjunto de prescrições normativas.

Ao longo das últimas décadas, os avanços da Linguística ampliaram significativamente a compreensão acerca da estrutura da língua. Estudos desenvolvidos por pesquisadores como Mário Perini (2010) demonstram que a descrição da língua portuguesa deve considerar tanto seus aspectos formais quanto suas manifestações efetivas nos diferentes contextos de uso. Dessa forma, a análise sintática passa a desempenhar papel fundamental na formação de leitores e escritores competentes, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Esta obra nasce da necessidade de oferecer um material didático e científico que articule fundamentos teóricos sólidos com aplicações práticas da sintaxe da língua portuguesa. Diferentemente de manuais excessivamente normativos ou de obras exclusivamente técnicas, este livro busca estabelecer um equilíbrio entre teoria, análise linguística e exemplificação, proporcionando ao leitor uma compreensão progressiva dos principais conceitos sintáticos e gramaticais.

A organização do livro foi estruturada de modo a acompanhar o desenvolvimento lógico dos conteúdos. Inicialmente são apresentados os fundamentos da linguagem e da gramática, seguidos pela compreensão da frase, oração e período. Em seguida, são abordadas as funções sintáticas, os processos de coordenação e subordinação, a concordância verbal e nominal, a regência, a colocação pronominal, o emprego da pontuação e a organização lógica das ideias. Também são discutidas as relações entre sintaxe e produção de sentidos, evidenciando como as escolhas estruturais influenciam diretamente a interpretação textual.

Outro aspecto contemplado consiste na aproximação entre teoria gramatical e prática pedagógica. O ensino da sintaxe frequentemente apresenta dificuldades decorrentes da excessiva fragmentação dos conteúdos e da predominância de metodologias baseadas apenas na memorização de classificações. Este livro propõe uma abordagem mais reflexiva, incentivando a análise da língua em uso, a leitura crítica e a produção textual como estratégias fundamentais para a aprendizagem significativa.

A presente obra destina-se a estudantes de graduação, licenciandos em Letras e Pedagogia, professores da Educação Básica e do Ensino Superior, candidatos a concursos públicos, pesquisadores da área da linguagem e leitores interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a estrutura da língua portuguesa. Espera-se que o conteúdo aqui desenvolvido contribua tanto para o aperfeiçoamento acadêmico quanto para a prática docente e profissional.

Finalmente, este livro reafirma a compreensão de que estudar sintaxe não significa apenas aprender regras gramaticais, mas compreender os mecanismos que organizam o pensamento por meio da linguagem. Em uma sociedade caracterizada pela circulação intensa de informações, pela diversidade dos discursos e pela necessidade crescente de comunicação eficiente, o domínio das estruturas sintáticas torna-se condição essencial para a formação de sujeitos críticos, autônomos e linguisticamente competentes. Assim, **Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais** pretende constituir-se como uma obra de referência,

oferecendo bases teóricas consistentes e aplicações práticas que contribuam para o ensino, a pesquisa e o estudo da língua portuguesa.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DA SINTAXE

1.1 LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA

O estudo da sintaxe pressupõe a compreensão de conceitos fundamentais da Linguística, entre os quais se destacam linguagem, língua e fala. Embora esses termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos no cotidiano, eles possuem significados distintos e desempenham funções específicas na comunicação humana. A diferenciação entre esses conceitos permite compreender como os indivíduos produzem, organizam e interpretam enunciados, constituindo a base para o estudo da estrutura sintática das línguas naturais.

A linguagem é a capacidade humana de comunicar pensamentos, sentimentos, intenções e conhecimentos por meio de diferentes sistemas de signos. Trata-se de uma faculdade inerente ao ser humano, desenvolvida ao longo da evolução da espécie e responsável pela organização do pensamento e pela interação social. A linguagem manifesta-se de diversas formas, podendo ser verbal, quando utiliza palavras; não verbal, quando emprega imagens, gestos, expressões faciais, sons ou símbolos; e mista, quando combina elementos verbais e não verbais.

Segundo Ferdinand de Saussure (2012), a linguagem constitui um fenômeno amplo, do qual a língua representa apenas uma de suas manifestações. Para o autor, a linguagem envolve tanto aspectos individuais quanto sociais, sendo um sistema complexo que possibilita a comunicação entre os membros de uma comunidade. Essa concepção marcou profundamente os estudos linguísticos modernos ao estabelecer distinções fundamentais para a análise científica da língua.

A língua corresponde ao sistema organizado de sinais linguísticos compartilhado por uma comunidade de falantes. É um conjunto estruturado de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas que permite a construção de mensagens compreensíveis. Diferentemente da linguagem, que é uma faculdade universal, a língua possui caráter social e convencional, sendo aprendida pelos indivíduos no convívio com a comunidade em que vivem.

Nesse sentido, o português, o espanhol, o inglês e o francês constituem exemplos de línguas naturais, cada uma possuindo estrutura própria, vocabulário específico e normas de funcionamento que orientam a produção dos enunciados. Essas regras não surgem de maneira aleatória; elas são construídas historicamente e modificam-se conforme as transformações culturais e sociais vivenciadas pelos seus falantes.

Saussure (2012) afirma que a língua é um produto social da faculdade da linguagem. Ela existe independentemente do indivíduo, pois pertence à coletividade. Cada falante recebe esse sistema linguístico pronto e o internaliza durante o processo de aquisição da linguagem. Assim, embora cada pessoa utilize a língua de forma particular, o sistema permanece compartilhado pela comunidade linguística.

A fala, por sua vez, representa a utilização concreta da língua pelos indivíduos em situações reais de comunicação. Trata-se do ato individual de selecionar palavras, construir frases, organizar ideias e produzir enunciados conforme os objetivos comunicativos e o contexto em que ocorre a interação.

Enquanto a língua possui natureza coletiva, a fala caracteriza-se pela individualidade. Cada falante apresenta maneiras próprias de pronunciar palavras, organizar o discurso, escolher expressões e construir enunciados. Aspectos como escolaridade, profissão, faixa etária, contexto social, experiências culturais e intenção comunicativa influenciam diretamente a forma como a língua é utilizada.

A distinção proposta por Saussure entre língua e fala tornou-se um dos pilares da Linguística moderna. Segundo essa perspectiva, a língua corresponde ao sistema abstrato de regras compartilhadas pelos falantes, enquanto a fala constitui sua realização concreta em cada situação comunicativa. Dessa forma, a sintaxe ocupa-se principalmente da descrição das relações estruturais existentes na língua, embora sua manifestação ocorra efetivamente por meio da fala e dos textos produzidos pelos usuários.

Posteriormente, Noam Chomsky ampliou essa discussão ao distinguir competência e desempenho. A competência refere-se ao conhecimento internalizado que o falante possui sobre sua língua, enquanto o desempenho corresponde ao uso efetivo desse conhecimento em situações reais de comunicação. Essa perspectiva evidencia que o indivíduo domina um conjunto muito mais amplo de regras linguísticas do que aquilo que efetivamente produz em cada ato comunicativo.

No contexto do ensino da língua portuguesa, compreender as diferenças entre linguagem, língua e fala torna-se essencial para evitar interpretações reducionistas acerca do funcionamento da linguagem humana. Muitas dificuldades observadas na aprendizagem da sintaxe decorrem justamente da confusão entre esses conceitos. Frequentemente, considera-se que falar de maneira diferente da norma-padrão significa falar "errado", quando, na realidade, diferentes variedades linguísticas obedecem a regras próprias e apresentam organização gramatical consistente.

A Sociolinguística demonstra que toda variedade linguística possui estrutura e regularidade. O uso da língua varia conforme fatores geográficos, históricos, culturais e sociais, sem que isso comprometa sua eficiência comunicativa. Nesse sentido, o ensino da sintaxe deve considerar tanto a norma-padrão quanto a diversidade linguística existente entre os falantes, promovendo uma abordagem que respeite as diferentes formas de expressão presentes na sociedade.

A sintaxe, especificamente, dedica-se ao estudo da organização das palavras nas frases, das relações estabelecidas entre os constituintes do enunciado e das regras que possibilitam a construção de sequências linguísticas gramaticalmente aceitáveis. Para compreender essas relações, torna-se indispensável reconhecer que a sintaxe faz parte do sistema da língua, mas sua realização ocorre por meio da fala e dos diversos gêneros textuais utilizados na comunicação cotidiana.

Assim, linguagem, língua e fala constituem conceitos interdependentes. A linguagem representa a capacidade humana de comunicação; a língua corresponde ao sistema organizado compartilhado socialmente; e a fala materializa esse sistema nas diversas situações comunicativas. O domínio desses fundamentos oferece ao estudante uma base sólida para compreender os princípios sintáticos que regulam a organização das frases e a produção de sentidos na língua portuguesa.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, LINGUAGEM E FALA

A compreensão da relação entre língua, linguagem e fala constitui um dos fundamentos essenciais da Linguística e representa um importante pressuposto para os estudos da sintaxe, da gramática e da comunicação humana. Embora esses conceitos sejam frequentemente utilizados como sinônimos no cotidiano, cada um deles possui características próprias e desempenha funções específicas no processo comunicativo. A distinção entre esses elementos possibilita compreender a complexidade da linguagem humana e evidencia que a comunicação resulta da interação entre um sistema linguístico compartilhado, uma capacidade inerente ao ser humano e a realização concreta desse sistema em situações reais de uso.

A linguagem pode ser compreendida como a capacidade humana de produzir, interpretar e compartilhar significados por meio de diferentes sistemas simbólicos. Trata-se de uma faculdade universal que permite aos indivíduos expressar pensamentos, sentimentos, conhecimentos e intenções, estabelecendo relações sociais e construindo a cultura. Essa capacidade manifesta-se não apenas pela língua oral e escrita, mas também por meio de linguagens não verbais, como gestos, imagens, expressões faciais, música, sinais, símbolos e diversas outras formas de representação. Assim, a linguagem constitui um fenômeno amplo que engloba todas as possibilidades de comunicação desenvolvidas pelo ser humano.

Nesse contexto, Ferdinand de Saussure (2012) afirma que a linguagem é um fenômeno complexo formado por duas dimensões fundamentais: a língua e a fala. Para o autor, a língua (*langue*) corresponde ao sistema social de signos compartilhado por uma comunidade linguística, enquanto a fala (*parole*) representa o uso individual desse sistema em situações concretas de comunicação. Essa distinção permitiu estabelecer o objeto de estudo da Linguística moderna, evidenciando que a língua possui organização própria e pode ser analisada cientificamente independentemente das inúmeras manifestações individuais da fala.

Sob essa perspectiva, a língua constitui um patrimônio coletivo. Ela não pertence a um único indivíduo, mas à comunidade que a utiliza e a transmite de geração em geração. Suas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas organizam o funcionamento da comunicação e possibilitam que os falantes compreendam uns aos outros. Ao mesmo tempo, a língua não permanece estática. Ela sofre transformações contínuas em decorrência das mudanças históricas, culturais,

tecnológicas e sociais vivenciadas pelos grupos humanos. Dessa forma, a língua caracteriza-se por seu dinamismo, preservando certa estabilidade estrutural sem deixar de acompanhar a evolução da sociedade.

A fala, por sua vez, corresponde à materialização da língua. Cada vez que um indivíduo participa de uma conversa, escreve um texto, realiza uma apresentação ou interage em qualquer situação comunicativa, ele coloca em funcionamento o sistema linguístico compartilhado por sua comunidade. Entretanto, essa utilização nunca ocorre de maneira absolutamente idêntica entre diferentes falantes. Cada pessoa seleciona palavras, organiza frases, utiliza recursos sintáticos, adapta registros linguísticos e emprega estratégias discursivas conforme suas intenções, seu contexto sociocultural, seu grau de escolaridade e as circunstâncias da comunicação.

Essa relação demonstra que língua e fala são elementos interdependentes. Não existe fala sem língua, pois o indivíduo necessita de um sistema linguístico previamente adquirido para comunicar-se. Da mesma forma, a língua somente permanece viva porque é constantemente utilizada pelos falantes em suas práticas comunicativas cotidianas. Assim, a língua fornece os recursos necessários para a comunicação, enquanto a fala atualiza, modifica e revitaliza continuamente esse sistema por meio do uso social.

A perspectiva gerativista de Noam Chomsky (2006) amplia essa discussão ao distinguir competência linguística e desempenho linguístico. Segundo o autor, a competência corresponde ao conhecimento internalizado que o falante possui acerca das regras de sua língua, enquanto o desempenho refere-se à utilização efetiva desse conhecimento nas situações reais de comunicação. Embora Chomsky utilize terminologia distinta da proposta por Saussure, ambas as abordagens convergem ao reconhecer que existe uma diferença entre o sistema linguístico e sua realização concreta. Essa distinção contribui para compreender como os indivíduos conseguem produzir e interpretar um número praticamente ilimitado de enunciados utilizando um conjunto relativamente limitado de regras gramaticais.

Entretanto, a relação entre língua, linguagem e fala não pode ser explicada apenas sob perspectivas estruturais ou cognitivas. As contribuições de Mikhail Bakhtin (2016) evidenciam que esses elementos adquirem sentido apenas no contexto das interações sociais. Para o autor, toda manifestação linguística possui caráter dialógico, uma vez que cada enunciado estabelece relações com discursos anteriores e futuros. Dessa forma, a fala representa muito mais do que a aplicação de regras gramaticais; ela constitui um processo de construção coletiva de sentidos, orientado pelas condições históricas, culturais e sociais em que ocorre a comunicação.

Nessa perspectiva, a linguagem configura-se como atividade social permanente. A língua fornece os recursos estruturais necessários para a comunicação, enquanto a fala possibilita a concretização desses recursos em situações específicas de interação. O significado dos enunciados resulta da articulação entre esses elementos e das experiências compartilhadas pelos interlocutores. Assim, compreender a

comunicação humana exige considerar simultaneamente a organização da língua, a competência dos falantes e os contextos em que os discursos são produzidos.

As reflexões de Irlandé Antunes (2014) reforçam essa concepção ao defender que o ensino da língua portuguesa deve integrar linguagem, língua e fala em uma perspectiva funcional. Para a autora, não basta ensinar regras gramaticais isoladas do contexto de uso; é necessário possibilitar que os estudantes compreendam como os recursos linguísticos são mobilizados na produção de textos, na argumentação, na leitura e nas diversas práticas sociais de linguagem. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da competência comunicativa e da reflexão crítica sobre o funcionamento da língua.

Da mesma forma, Luiz Carlos Travaglia (2009) afirma que a finalidade do ensino da língua consiste em desenvolver a capacidade de interação dos estudantes. Isso significa compreender que a gramática e a sintaxe não constituem fins em si mesmas, mas instrumentos que possibilitam aos indivíduos comunicar-se de forma eficiente e adequada às diferentes situações comunicativas. Sob essa ótica, língua, linguagem e fala articulam-se continuamente, formando um sistema integrado que sustenta todas as práticas discursivas.

As contribuições de Ingedore Villaça Koch (2015) também destacam que a produção de sentidos depende da interação entre os conhecimentos linguísticos dos falantes e os contextos de comunicação. Segundo a autora, compreender um texto exige mobilizar informações sintáticas, semânticas, pragmáticas e socioculturais. Isso demonstra que língua, linguagem e fala não atuam isoladamente, mas constituem dimensões complementares do processo comunicativo.

No âmbito da sintaxe, essa relação torna-se particularmente evidente. As estruturas sintáticas estudadas pela gramática representam possibilidades organizadas pelo sistema da língua; entretanto, sua utilização depende das escolhas realizadas pelos falantes em cada situação de comunicação. Uma mesma ideia pode ser expressa por diferentes construções sintáticas, produzindo efeitos de sentido distintos conforme o contexto, o interlocutor e os objetivos discursivos. Assim, a análise sintática ultrapassa a simples identificação de termos da oração e passa a considerar a função comunicativa das estruturas linguísticas.

No contexto educacional, compreender a relação entre língua, linguagem e fala possui importantes implicações pedagógicas. O ensino da língua portuguesa deve promover uma formação que integre conhecimentos gramaticais, leitura, escrita, oralidade e análise linguística, permitindo que os estudantes desenvolvam competências para utilizar a língua de maneira crítica, consciente e socialmente adequada. Isso implica reconhecer a diversidade linguística existente na sociedade brasileira e valorizar tanto a norma-padrão quanto as diferentes variedades utilizadas pelos falantes em seus contextos de vida.

Em síntese, linguagem, língua e fala constituem dimensões complementares de um mesmo fenômeno. A linguagem representa a capacidade humana de comunicação; a língua corresponde ao sistema

socialmente compartilhado de signos; e a fala configura-se como a realização individual e concreta desse sistema nas práticas comunicativas. A interação entre esses três elementos torna possível a produção de sentidos, a construção do conhecimento e o estabelecimento das relações sociais que caracterizam a experiência humana. Compreender essa articulação é fundamental para os estudos linguísticos e para uma abordagem contemporânea da sintaxe, que reconhece a língua como um sistema vivo, dinâmico e inseparável das práticas sociais de seus usuários.

1.3 O CONCEITO DE SINTAXE

A sintaxe aplicada constitui uma abordagem dos estudos sintáticos que ultrapassa a análise puramente estrutural das orações para compreender o funcionamento da língua em situações reais de comunicação. Enquanto a sintaxe tradicional concentra-se, em grande parte, na descrição e classificação das relações estabelecidas entre os constituintes da oração, a sintaxe aplicada preocupa-se em investigar como essas estruturas são utilizadas na produção, interpretação e organização dos textos, considerando os objetivos comunicativos, os diferentes gêneros discursivos e os contextos sociais em que a linguagem se realiza. Dessa forma, a sintaxe deixa de ser concebida apenas como um conjunto de regras normativas e passa a ser entendida como um instrumento fundamental para a construção dos sentidos e para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Na tradição gramatical, a sintaxe foi definida como o ramo da gramática responsável pelo estudo das relações entre as palavras na constituição das orações e dos períodos. Essa definição permanece válida, uma vez que a organização sintática estabelece princípios que regulam a combinação dos elementos linguísticos segundo as convenções da língua. Entretanto, os avanços da Linguística contemporânea demonstram que tais relações não possuem apenas finalidade estrutural, mas desempenham importante papel na construção do significado e na interação entre os sujeitos.

Segundo Evanildo Bechara (2019), a sintaxe compreende o estudo das relações funcionais estabelecidas entre os elementos da oração, permitindo compreender como as unidades linguísticas se organizam para formar enunciados dotados de sentido. Para o autor, as estruturas sintáticas constituem parte essencial do sistema da língua, pois possibilitam que os falantes organizem logicamente seus pensamentos e expressem diferentes intenções comunicativas. Essa concepção evidencia que a sintaxe não se restringe à identificação de categorias gramaticais, mas envolve a compreensão do funcionamento da língua em sua dimensão estrutural e funcional.

A perspectiva da sintaxe aplicada amplia essa compreensão ao reconhecer que as estruturas gramaticais somente adquirem pleno significado quando inseridas em contextos reais de comunicação. Conforme afirma Irandé Antunes (2014), o ensino da gramática deve estar diretamente relacionado às práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Nessa perspectiva, estudar sintaxe significa

compreender como a organização das palavras, das orações e dos períodos interfere na construção dos textos e na produção dos sentidos, favorecendo uma utilização mais consciente e eficiente da língua.

Essa abordagem rompe com modelos tradicionais de ensino que privilegiavam exercícios de classificação descontextualizada. Durante muito tempo, a aprendizagem da sintaxe esteve centrada na identificação de sujeito, predicado, objetos, adjuntos e demais termos da oração, frequentemente analisados em frases isoladas. Embora tais conhecimentos sejam importantes para o domínio da estrutura da língua, eles não são suficientes para desenvolver a competência comunicativa dos estudantes. A sintaxe aplicada propõe justamente a integração entre análise gramatical e uso efetivo da linguagem, permitindo que o conhecimento sintático seja mobilizado na compreensão e produção de textos.

As contribuições de Luiz Carlos Travaglia (2009) reforçam essa perspectiva ao afirmar que o objetivo central do ensino da língua portuguesa consiste em desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua. Para o autor, ensinar gramática significa possibilitar que os estudantes utilizem os recursos linguísticos de maneira adequada às diferentes situações de comunicação. A sintaxe aplicada, portanto, concentra-se menos na memorização de regras e mais na capacidade de selecionar estruturas sintáticas compatíveis com os objetivos do discurso, o interlocutor, o gênero textual e o contexto comunicativo.

Nessa perspectiva, a análise sintática deixa de constituir um fim em si mesma para transformar-se em instrumento de interpretação textual e produção escrita. Ao estudar a organização das orações em um artigo científico, por exemplo, o estudante compreende como a subordinação contribui para o desenvolvimento da argumentação; ao analisar uma notícia jornalística, observa como os períodos curtos favorecem a objetividade; ao interpretar um texto literário, percebe que inversões sintáticas, elipses e paralelismos produzem efeitos estéticos e expressivos. Assim, a sintaxe aplicada evidencia que as estruturas gramaticais desempenham funções comunicativas específicas conforme o gênero textual e a intenção do autor.

As reflexões de Ingedore Villaça Koch (2015) contribuem significativamente para essa compreensão. A autora argumenta que o texto constitui a unidade básica da comunicação e que sua interpretação depende da articulação entre diferentes conhecimentos linguísticos, entre eles os sintáticos. A organização das frases, o emprego dos conectivos, a distribuição das informações e as relações estabelecidas entre as orações orientam a construção da coesão e da coerência, permitindo ao leitor compreender o percurso argumentativo desenvolvido pelo autor. Nessa perspectiva, a sintaxe aplicada integra-se aos estudos da Linguística Textual, ampliando seu campo de atuação para além da descrição gramatical.

Outro aspecto fundamental refere-se à dimensão discursiva da sintaxe. Segundo Mikhail Bakhtin (2016), toda manifestação da linguagem ocorre por meio de enunciados produzidos em situações concretas

de interação social. Assim, as estruturas sintáticas devem ser analisadas em função das condições de produção do discurso, dos interlocutores envolvidos, dos gêneros discursivos e das intenções comunicativas. A sintaxe aplicada, portanto, reconhece que a organização das frases responde às necessidades da comunicação e adapta-se continuamente às práticas sociais da linguagem.

No contexto educacional, essa concepção possui importantes implicações metodológicas. A sintaxe aplicada favorece práticas pedagógicas que articulam gramática, leitura, produção textual e oralidade, permitindo que os estudantes compreendam a função das estruturas sintáticas na organização dos textos. Atividades de reescrita, revisão textual, análise de gêneros discursivos, produção de textos e interpretação crítica tornam-se estratégias privilegiadas para desenvolver a consciência linguística e aprimorar a competência comunicativa.

Além disso, a sintaxe aplicada contribui para superar a dicotomia entre teoria e prática frequentemente observada no ensino da língua portuguesa. O conhecimento das categorias sintáticas permanece importante, mas passa a ser mobilizado em função da resolução de problemas concretos de comunicação. O estudante aprende a identificar não apenas a estrutura das orações, mas também os efeitos de sentido produzidos pelas diferentes escolhas sintáticas, desenvolvendo maior autonomia na produção e revisão de seus próprios textos.

Outro aspecto relevante consiste na relação entre sintaxe aplicada e formação do pensamento crítico. Ao analisar como diferentes construções sintáticas podem modificar a ênfase, a objetividade, a persuasão ou a expressividade dos textos, o estudante amplia sua capacidade de interpretar discursos presentes nas diversas esferas sociais, como mídia, publicidade, política, ciência e literatura. Dessa maneira, o domínio da sintaxe deixa de representar apenas uma competência gramatical e passa a constituir importante instrumento para a leitura crítica da realidade.

Em síntese, a sintaxe aplicada corresponde à utilização dos conhecimentos sintáticos na compreensão e na produção de textos em diferentes contextos comunicativos. Fundamentada nas contribuições da Linguística contemporânea, essa abordagem compreende a sintaxe como um recurso funcional, discursivo e interacional, indispensável para a organização do pensamento, para a construção dos sentidos e para a efetivação da comunicação. Ao integrar teoria gramatical e práticas de linguagem, a sintaxe aplicada fortalece o ensino da língua portuguesa e contribui para a formação de sujeitos capazes de utilizar a linguagem de maneira crítica, consciente e socialmente significativa.

1.4 A SINTAXE COMO COMPONENTE DA GRAMÁTICA

A gramática constitui o conjunto de princípios e regras que organizam o funcionamento de uma língua, permitindo que seus falantes produzam e compreendam enunciados de forma coerente e inteligível. Entre os diversos níveis de análise linguística, a sintaxe ocupa posição central, pois se dedica ao estudo das

relações estabelecidas entre as palavras e da maneira como elas se organizam para formar frases, orações e períodos. Compreender a sintaxe como componente da gramática significa reconhecer que a comunicação eficaz depende não apenas do conhecimento das palavras, mas também da forma como elas são combinadas para construir sentidos.

Tradicionalmente, a gramática da língua portuguesa é dividida em diferentes áreas de estudo, cada uma responsável por analisar aspectos específicos do sistema linguístico. Entre essas áreas destacam-se a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e, em abordagens mais recentes, a pragmática. Embora possuam objetos distintos, esses componentes atuam de maneira integrada na construção do significado dos enunciados. A sintaxe, nesse conjunto, estabelece as regras que orientam a combinação das unidades linguísticas em estruturas maiores, possibilitando que a comunicação ocorra de maneira organizada.

Segundo Evanildo Bechara (2019), a gramática descreve os mecanismos que regulam o funcionamento da língua, observando tanto os aspectos estruturais quanto os usos efetivos realizados pelos falantes. Nessa perspectiva, a sintaxe representa o campo responsável por investigar como os elementos linguísticos se relacionam dentro das construções frasais, estabelecendo vínculos de dependência, coordenação e subordinação entre palavras, sintagmas e orações.

A morfologia e a sintaxe mantêm estreita relação no estudo da gramática. Enquanto a morfologia analisa a estrutura interna das palavras, sua formação, flexão e classificação, a sintaxe concentra-se nas funções que essas palavras desempenham quando inseridas em um enunciado. Assim, conhecer a classe gramatical de uma palavra constitui apenas uma etapa da análise linguística; compreender sua função sintática permite interpretar sua contribuição para a construção do sentido.

Por exemplo, na frase "Os estudantes realizaram a pesquisa", a morfologia identifica "estudantes" como substantivo e "realizaram" como verbo. A sintaxe, por sua vez, demonstra que "Os estudantes" exerce a função de sujeito da oração, enquanto "a pesquisa" desempenha a função de objeto direto. Essa distinção evidencia que uma mesma palavra pode pertencer a determinada classe gramatical e, simultaneamente, exercer diferentes funções sintáticas conforme o contexto em que é empregada.

Essa característica torna a sintaxe indispensável para a compreensão da estrutura das frases. O simples conhecimento do significado isolado das palavras não garante a interpretação adequada de um enunciado. O sentido emerge, sobretudo, das relações estabelecidas entre seus constituintes. A ordem dos termos, os mecanismos de concordância, os processos de regência e a organização das orações contribuem diretamente para a construção da mensagem.

Na tradição linguística moderna, Noam Chomsky atribuiu papel central à sintaxe ao defender que a capacidade humana de produzir um número praticamente infinito de frases decorre do domínio de um conjunto finito de regras sintáticas internalizadas pelos falantes. Em sua teoria da Gramática Gerativa, a

sintaxe não é apenas um componente da gramática, mas o núcleo organizador da competência linguística, responsável por gerar estruturas capazes de expressar diferentes significados.

Sob essa perspectiva, a sintaxe deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de normas prescritivas e passa a ser entendida como um sistema que explica o funcionamento da linguagem humana. O falante não memoriza todas as frases possíveis de sua língua; ele domina regras que permitem criar continuamente novos enunciados, adequando-os às mais diversas situações comunicativas.

Na gramática normativa, a sintaxe também desempenha papel relevante ao orientar o uso da variedade padrão da língua. As regras de concordância verbal e nominal, de regência, de colocação pronominal e de pontuação constituem exemplos de fenômenos sintáticos que contribuem para a clareza e a precisão da comunicação escrita formal. Entretanto, essas regras não esgotam o objeto de estudo da sintaxe, que abrange igualmente as diferentes variedades linguísticas utilizadas pelos falantes em contextos diversos.

As contribuições da Linguística contemporânea ampliaram significativamente a compreensão da sintaxe. Estudos desenvolvidos pela Sociolinguística demonstram que diferentes variedades da língua apresentam regularidades estruturais próprias, ainda que se afastem da norma-padrão. Isso significa que construções frequentes na linguagem cotidiana obedecem a princípios sintáticos consistentes, refletindo a dinâmica natural das línguas vivas.

No contexto educacional, compreender a sintaxe como componente da gramática favorece práticas pedagógicas mais significativas. Em vez de restringir o ensino à memorização de regras, torna-se possível desenvolver atividades que levem os estudantes a observar o funcionamento da língua em textos reais, identificando como a organização sintática interfere na produção de sentidos. Essa abordagem contribui para o aprimoramento da leitura, da escrita e da competência comunicativa, objetivos centrais do ensino de língua portuguesa.

Além disso, a análise sintática desenvolve capacidades importantes de raciocínio lógico, interpretação textual e argumentação. Ao reconhecer as relações existentes entre sujeito, predicado, complementos, adjuntos e demais constituintes da oração, o estudante amplia sua compreensão da estrutura textual e torna-se capaz de produzir textos mais claros, coesos e coerentes.

Assim, a sintaxe constitui um dos pilares da gramática, integrando conhecimentos provenientes da morfologia, da semântica e da pragmática para explicar como os elementos linguísticos se organizam na construção dos enunciados. Seu estudo não se limita à identificação de funções gramaticais, mas busca compreender os mecanismos que possibilitam a expressão do pensamento por meio da língua. Dessa forma, a sintaxe revela-se essencial tanto para a descrição científica das línguas quanto para o desenvolvimento das competências comunicativas necessárias à participação dos indivíduos na vida acadêmica, profissional e social.

1.5 A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA SINTÁTICA E PRODUÇÃO DE SENTIDO

A estrutura sintática constitui um dos principais mecanismos responsáveis pela construção dos sentidos no texto. Muito além de organizar palavras em frases e períodos, a sintaxe estabelece relações semânticas e discursivas que orientam a interpretação do leitor e determinam a forma como as informações são compreendidas. Assim, a produção de sentidos não depende exclusivamente do significado isolado das palavras, mas da maneira como elas são organizadas na estrutura linguística. A escolha da ordem dos constituintes da oração, da coordenação ou da subordinação, dos conectivos, da pontuação e dos recursos de referenciação interfere diretamente na clareza, na argumentação, na expressividade e na intencionalidade do discurso.

Durante muito tempo, a tradição gramatical privilegiou o estudo da sintaxe sob uma perspectiva predominantemente estrutural, concentrando-se na classificação das funções sintáticas e na descrição das relações formais entre os termos da oração. Embora essa abordagem tenha contribuído significativamente para a sistematização da gramática da língua portuguesa, os estudos desenvolvidos pela Linguística Textual e pela Análise do Discurso demonstraram que a estrutura sintática desempenha papel muito mais amplo, participando ativamente da construção do significado e da interação comunicativa. Nesse sentido, compreender a sintaxe implica reconhecer que sua função ultrapassa a organização formal da língua, alcançando a dimensão discursiva e pragmática da comunicação.

Segundo Ingedore Villaça Koch (2015), o sentido de um texto é construído de forma interativa, resultando da articulação entre os recursos linguísticos empregados pelo produtor e os conhecimentos compartilhados entre os interlocutores. A autora ressalta que as estruturas sintáticas orientam a progressão das informações e estabelecem conexões que permitem ao leitor interpretar corretamente os enunciados. Assim, a organização das orações não constitui um elemento neutro, mas um recurso que direciona a construção da coerência textual e facilita a compreensão do discurso.

A relação entre sintaxe e significado pode ser observada em diferentes níveis da organização textual. A ordem das palavras, por exemplo, influencia diretamente o foco informacional e a ênfase atribuída aos elementos da oração. Em português, a estrutura mais frequente segue a sequência sujeito, verbo e complemento. Entretanto, alterações nessa ordem podem modificar o destaque dado às informações sem comprometer necessariamente a correção gramatical.

Observe-se os exemplos:

- **O professor explicou o conteúdo aos alunos.**
- **Aos alunos, o professor explicou o conteúdo.**
- **O conteúdo foi explicado pelo professor aos alunos.**

Embora as três construções transmitam informações semelhantes, cada uma produz efeitos discursivos distintos. Na primeira, a ênfase recai sobre a ação realizada pelo professor; na segunda, destaca-

se o destinatário da ação; na terceira, a utilização da voz passiva desloca o foco para o conteúdo explicado. Esses exemplos evidenciam que a estrutura sintática participa da organização da informação e da orientação interpretativa do leitor.

As contribuições de José Luiz Fiorin (2018) reforçam essa compreensão ao afirmar que as escolhas linguísticas realizadas pelo produtor do texto nunca são aleatórias. Cada construção sintática representa uma decisão comunicativa capaz de produzir determinados efeitos de sentido. O emprego de períodos longos e articulados pode conferir maior formalidade e aprofundamento à exposição, enquanto frases curtas tendem a produzir maior dinamismo, objetividade e impacto discursivo. Dessa forma, a sintaxe atua simultaneamente como mecanismo estrutural e recurso argumentativo.

Outro aspecto fundamental refere-se às relações estabelecidas entre as orações. A coordenação e a subordinação não representam apenas classificações gramaticais, mas formas distintas de organizar o pensamento. A coordenação geralmente coloca informações em nível de igualdade, permitindo a apresentação sucessiva de ideias. Já a subordinação estabelece relações de dependência lógica entre as proposições, favorecendo explicações, justificativas, condições, consequências, comparações e concessões.

Considere os exemplos:

- **O estudante pesquisou o tema e escreveu o artigo.**
- **O estudante escreveu o artigo porque pesquisou o tema.**

No primeiro caso, as ações são apresentadas em sequência coordenada. No segundo, estabelece-se uma relação explícita de causa e consequência. Embora ambas as construções sejam gramaticalmente corretas, a organização sintática produz interpretações diferentes, demonstrando que a sintaxe participa ativamente da elaboração do raciocínio textual.

Essa perspectiva é compartilhada por Luiz Carlos Travaglia (2009), que compreende a gramática como instrumento de interação social. Para o autor, o ensino da sintaxe deve possibilitar ao estudante compreender por que determinadas construções são mais adequadas em determinados contextos comunicativos. O conhecimento sintático, portanto, não se limita ao reconhecimento das funções gramaticais, mas envolve a capacidade de utilizar conscientemente diferentes estruturas para alcançar objetivos específicos de comunicação.

Além da organização lógica das ideias, a estrutura sintática exerce importante influência sobre a coesão textual. Os mecanismos de referenciação, substituição, elipse, paralelismo e emprego de conectores dependem da articulação sintática para estabelecer relações entre frases, períodos e parágrafos. Esses recursos permitem evitar repetições excessivas, assegurar a continuidade temática e orientar a progressão argumentativa do texto. Quando empregados adequadamente, favorecem a fluidez da leitura e contribuem para a construção da coerência.

As reflexões de Maria Helena de Moura Neves (2018) evidenciam que a sintaxe deve ser compreendida em funcionamento, isto é, observada no interior dos textos e das práticas sociais de linguagem. Para a autora, as estruturas sintáticas não possuem finalidade em si mesmas; elas organizam os enunciados de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes. Assim, a produção de sentidos decorre da interação entre forma linguística, contexto e intenção discursiva.

A relação entre sintaxe e produção de sentidos também se manifesta na argumentação. Em textos dissertativos, científicos e jurídicos, por exemplo, a escolha de determinadas estruturas sintáticas fortalece a consistência dos argumentos apresentados. Orações subordinadas causais, consecutivas, concessivas e conclusivas estabelecem relações lógicas indispensáveis para o desenvolvimento do raciocínio. A utilização adequada desses recursos permite ao autor construir explicações, justificar posicionamentos e conduzir o leitor ao entendimento das conclusões defendidas.

Sob a perspectiva dialógica proposta por Mikhail Bakhtin (2016), a produção dos sentidos ocorre sempre no contexto da interação social. Os enunciados adquirem significado em função das relações estabelecidas entre os interlocutores, dos gêneros discursivos e das condições históricas da comunicação. Consequentemente, a estrutura sintática deve ser analisada não apenas em sua dimensão formal, mas também em sua função comunicativa. A mesma construção sintática pode produzir interpretações distintas conforme o contexto em que é utilizada, evidenciando que os sentidos resultam da articulação entre linguagem, texto e interação.

No ensino da Língua Portuguesa, essa concepção possui importantes implicações pedagógicas. O estudo da sintaxe deve favorecer a reflexão sobre os efeitos produzidos pelas diferentes escolhas estruturais, permitindo que os estudantes compreendam como pequenas alterações na organização das orações modificam a clareza, a objetividade, a persuasão e a expressividade dos textos. Atividades de reescrita, comparação entre diferentes versões de um mesmo texto e análise de gêneros discursivos constituem estratégias que aproximam o conhecimento sintático das práticas efetivas de leitura e produção textual.

Essa abordagem fortalece a formação da competência comunicativa, pois possibilita ao estudante utilizar a sintaxe de maneira consciente, planejando seus textos de acordo com a finalidade comunicativa e o público-alvo. O domínio das estruturas sintáticas deixa de representar apenas um conhecimento gramatical e transforma-se em recurso para organizar ideias, desenvolver argumentos, produzir diferentes efeitos de sentido e participar de forma crítica das práticas sociais de linguagem.

Em síntese, a relação entre estrutura sintática e produção de sentidos evidencia que a sintaxe constitui um dos elementos centrais da construção textual. As escolhas estruturais realizadas pelo produtor do texto influenciam diretamente a organização das informações, a progressão temática, a coesão, a coerência, a argumentação e a interpretação dos enunciados. Compreendida nessa perspectiva funcional e

discursiva, a sintaxe revela-se um instrumento indispensável para a comunicação humana e para o ensino da Língua Portuguesa, contribuindo para a formação de leitores críticos e produtores competentes de textos.

1.6 A IMPORTÂNCIA DA SINTAXE NA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

A competência comunicativa constitui uma das principais finalidades do ensino da Língua Portuguesa e refere-se à capacidade de utilizar a linguagem de forma adequada, eficiente e significativa nas mais diversas situações de interação social. Essa competência ultrapassa o domínio das normas gramaticais, envolvendo conhecimentos linguísticos, discursivos, socioculturais e pragmáticos que permitem ao indivíduo compreender e produzir textos apropriados aos diferentes contextos comunicativos. Nesse cenário, a sintaxe ocupa posição estratégica, pois organiza linguisticamente o discurso, estabelece relações entre as ideias e possibilita a construção de enunciados claros, coerentes e socialmente eficazes.

Tradicionalmente, o ensino da sintaxe esteve associado ao estudo das regras de organização das palavras na oração, enfatizando a identificação de funções sintáticas, a classificação dos períodos e a análise das estruturas gramaticais. Embora esses conhecimentos permaneçam relevantes para o domínio da norma-padrão, os avanços da Linguística demonstraram que a competência comunicativa não se desenvolve apenas pela memorização de regras. É necessário compreender como as estruturas sintáticas funcionam na produção e na interpretação dos textos, contribuindo para a realização dos diferentes objetivos da comunicação.

Segundo Luiz Carlos Travaglia (2009), o objetivo maior do ensino da língua materna é formar usuários competentes da linguagem, capazes de empregar os recursos linguísticos de maneira adequada às diferentes situações comunicativas. Para o autor, conhecer a gramática não significa apenas identificar categorias e funções sintáticas, mas utilizar esse conhecimento para produzir textos claros, coerentes, argumentativos e compatíveis com as exigências dos diversos gêneros discursivos. Assim, a sintaxe representa um instrumento indispensável para o desenvolvimento da competência comunicativa.

A competência comunicativa pressupõe que o falante seja capaz de selecionar estruturas linguísticas conforme o contexto em que ocorre a interação. Um mesmo conteúdo pode ser expresso de maneiras diferentes, dependendo do interlocutor, da finalidade comunicativa, do grau de formalidade e do gênero textual empregado. Nesse processo, a sintaxe oferece inúmeras possibilidades de organização do discurso, permitindo ao produtor do texto escolher construções mais objetivas, mais descritivas, mais argumentativas ou mais expressivas, conforme as necessidades da comunicação.

Essa perspectiva é reforçada por Irandé Antunes (2014), ao defender que a gramática deve ser compreendida como um conjunto de recursos que possibilitam a construção dos textos e não apenas como um sistema de normas a serem decoradas. Segundo a autora, ensinar sintaxe significa desenvolver no estudante a capacidade de compreender como as escolhas estruturais influenciam a produção dos sentidos

e a eficácia comunicativa. Dessa forma, a aprendizagem da sintaxe torna-se significativa porque está diretamente relacionada às práticas reais de leitura, escrita e oralidade.

A organização sintática exerce influência direta sobre a clareza da comunicação. Quando as ideias são articuladas de maneira lógica, utilizando períodos adequadamente estruturados e relações sintáticas bem definidas, o texto torna-se mais acessível ao leitor ou ao ouvinte. Em contrapartida, construções sintáticas desorganizadas, ambiguidades, ausência de conectivos ou excesso de informações em um único período podem comprometer a compreensão da mensagem. Assim, o domínio da sintaxe favorece não apenas a correção gramatical, mas também a eficiência comunicativa.

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade argumentativa proporcionada pelo conhecimento sintático. Nos textos dissertativos, científicos, jurídicos e acadêmicos, por exemplo, a organização das orações desempenha papel decisivo na construção dos argumentos. Orações subordinadas causais, concessivas, consecutivas e conclusivas estabelecem relações lógicas indispensáveis para a sustentação das ideias defendidas pelo autor. O emprego adequado desses recursos fortalece a consistência argumentativa e facilita o convencimento do leitor.

As contribuições de Ingedore Villaça Koch (2015) evidenciam que a construção dos sentidos ocorre por meio da interação entre os recursos linguísticos presentes no texto e os conhecimentos mobilizados pelo leitor durante a interpretação. Nesse processo, a sintaxe atua como elemento organizador da informação, orientando a progressão temática e estabelecendo relações que favorecem a coesão e a coerência textual. Assim, a competência comunicativa depende da capacidade de compreender e utilizar conscientemente essas estruturas na produção e interpretação dos discursos.

Além da escrita, a sintaxe exerce papel fundamental na comunicação oral. Durante conversas, debates, seminários, entrevistas e apresentações públicas, os interlocutores organizam espontaneamente suas ideias por meio de estruturas sintáticas que garantem continuidade, clareza e organização do discurso. Embora a oralidade apresente características próprias, frequentemente mais flexíveis que a escrita, a competência comunicativa continua dependendo da capacidade de estruturar linguisticamente o pensamento de forma compreensível para os interlocutores.

Sob a perspectiva da interação social, Mikhail Bakhtin (2016) afirma que a linguagem se concretiza por meio dos diferentes gêneros discursivos produzidos nas variadas esferas da atividade humana. Cada gênero apresenta formas específicas de organização sintática, determinadas por sua finalidade comunicativa e pelas condições de produção do discurso. Assim, desenvolver competência comunicativa significa também aprender a adaptar as estruturas sintáticas às características dos diferentes gêneros textuais e às necessidades de cada situação de comunicação.

A sintaxe também contribui para o desenvolvimento da leitura crítica. O leitor competente não apenas identifica as informações explícitas presentes no texto, mas compreende como a organização

sintática orienta a argumentação, destaca determinadas informações, estabelece relações de causa e consequência e produz diferentes efeitos de sentido. Essa capacidade torna-se especialmente importante diante da diversidade de textos que circulam na sociedade contemporânea, como notícias, artigos científicos, campanhas publicitárias, documentos oficiais e conteúdos digitais.

As reflexões de José Luiz Fiorin (2018) demonstram que as escolhas sintáticas nunca são neutras. A organização das orações, a ordem dos constituintes, a seleção dos conectores e a distribuição das informações refletem intenções discursivas e podem influenciar significativamente a interpretação do leitor. Dessa forma, a competência comunicativa envolve a capacidade de reconhecer esses recursos tanto na produção quanto na leitura dos textos, favorecendo uma postura crítica diante dos discursos presentes na vida social.

No contexto escolar, compreender a importância da sintaxe para a competência comunicativa implica transformar a maneira como a gramática é ensinada. Em vez de limitar o estudo da sintaxe à classificação de termos da oração ou à resolução de exercícios mecânicos, torna-se necessário integrar a análise linguística às práticas de leitura, escrita, oralidade e revisão textual. Atividades de produção de diferentes gêneros, reescrita, análise comparativa de textos e discussão dos efeitos de sentido produzidos pelas escolhas sintáticas contribuem significativamente para o desenvolvimento das habilidades comunicativas dos estudantes.

Essa perspectiva encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino da Língua Portuguesa para o desenvolvimento das práticas de linguagem. O documento propõe que a análise linguística seja realizada em articulação com a leitura, a produção textual e a oralidade, permitindo que os estudantes compreendam o funcionamento da língua em situações reais de comunicação. Nesse contexto, a sintaxe deixa de representar um conteúdo isolado e passa a constituir um recurso para a construção da competência comunicativa.

Outro aspecto importante refere-se ao desenvolvimento da autonomia linguística. À medida que o estudante compreende as funções desempenhadas pelas estruturas sintáticas, torna-se capaz de revisar seus próprios textos, reorganizar períodos, eliminar ambiguidades, aperfeiçoar argumentos e adequar a linguagem aos diferentes contextos de interação. Essa consciência sintática fortalece a competência comunicativa e amplia a capacidade de participação nas diversas práticas sociais mediadas pela linguagem.

Segundo Maria Helena de Moura Neves (2018), a gramática deve ser estudada em funcionamento, observando-se como as estruturas sintáticas organizam os textos produzidos pelos falantes em situações concretas de uso da língua. Nessa perspectiva, a competência comunicativa desenvolve-se quando o estudante compreende que as escolhas linguísticas possuem finalidades específicas e que diferentes construções sintáticas produzem diferentes efeitos de sentido.

Em síntese, a sintaxe representa um dos pilares da competência comunicativa, pois organiza o pensamento, estrutura o discurso e possibilita a construção de textos claros, coerentes e adequados às diversas situações de interação social. Seu ensino, quando articulado às práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, contribui para a formação de sujeitos capazes de utilizar a língua de maneira consciente, crítica e eficiente. Dessa forma, a sintaxe deixa de ser apenas objeto de estudo gramatical para tornar-se instrumento indispensável ao exercício da cidadania, da comunicação e da produção do conhecimento.

1.7 A LINGUAGEM COMO CAPACIDADE HUMANA

A linguagem constitui uma das mais complexas e significativas capacidades desenvolvidas pela espécie humana. Muito além de um simples instrumento de comunicação, ela representa um sistema simbólico que possibilita ao indivíduo organizar o pensamento, construir conhecimentos, estabelecer relações sociais, transmitir valores culturais e participar ativamente da vida em sociedade. É por meio da linguagem que o ser humano interpreta a realidade, compartilha experiências, manifesta emoções, expressa opiniões e produz diferentes formas de conhecimento. Dessa maneira, compreender a linguagem implica reconhecer sua dimensão biológica, cognitiva, histórica, cultural e social, uma vez que ela permeia todas as atividades humanas.

Desde as primeiras civilizações, a linguagem ocupa posição central na organização da vida coletiva. A evolução das sociedades esteve intimamente relacionada ao desenvolvimento das formas de comunicação, permitindo que conhecimentos fossem registrados, preservados e transmitidos entre gerações. Nesse sentido, a linguagem tornou-se elemento fundamental para a constituição da cultura, da ciência, da filosofia, da religião e das diversas manifestações artísticas, consolidando-se como patrimônio coletivo da humanidade.

Sob a perspectiva da Linguística moderna, a linguagem não deve ser compreendida apenas como um conjunto de palavras ou regras gramaticais, mas como uma atividade social dinâmica que envolve interação, produção de sentidos e construção de significados. Conforme afirma Ferdinand de Saussure (2012), a linguagem engloba tanto a língua quanto a fala, constituindo um fenômeno amplo e complexo que ultrapassa a simples estrutura dos sistemas linguísticos. Enquanto a língua representa um sistema organizado de signos compartilhado por uma comunidade, a fala corresponde ao uso individual desse sistema em situações concretas de comunicação. Essa distinção inaugurou uma nova compreensão científica da linguagem e influenciou profundamente os estudos linguísticos do século XX.

A abordagem estrutural proposta por Saussure abriu caminho para diversas correntes de investigação que passaram a compreender a linguagem sob diferentes perspectivas. Entre essas contribuições, destaca-se a teoria gerativista de Noam Chomsky (2006), segundo a qual a capacidade

linguística é uma característica inerente à espécie humana. Para o autor, todos os indivíduos nascem dotados de uma faculdade biológica para adquirir linguagem, denominada competência linguística. Essa competência permite que crianças aprendam naturalmente a língua de sua comunidade, independentemente do grau de complexidade de sua estrutura gramatical. Sob essa ótica, a linguagem constitui uma faculdade mental universal que distingue o ser humano das demais espécies.

Embora a perspectiva chomskiana enfatize os aspectos cognitivos da linguagem, outros estudiosos destacam sua dimensão social e interativa. Entre eles, Mikhail Bakhtin (2016) compreende a linguagem como um fenômeno essencialmente dialógico. Para o autor, toda manifestação linguística ocorre em um contexto de interação social, no qual os sujeitos produzem sentidos a partir das relações estabelecidas com outros indivíduos. Assim, a linguagem não existe de forma isolada; ela se concretiza no diálogo, nos diferentes gêneros discursivos e nas práticas comunicativas que caracterizam a vida em sociedade.

Sob essa perspectiva, falar não significa apenas combinar palavras segundo regras gramaticais, mas participar de processos sociais de construção de sentidos. Cada enunciado responde a outros enunciados anteriores e, simultaneamente, antecipa novas respostas, formando uma cadeia contínua de interação verbal. Essa concepção amplia significativamente o entendimento da linguagem ao demonstrar que seus significados são produzidos nas relações entre os sujeitos e nos diferentes contextos históricos e culturais.

No contexto brasileiro, os estudos de Irandé Antunes (2014) reforçam essa compreensão ao afirmar que a linguagem constitui uma prática social cuja finalidade principal é promover a interação entre os indivíduos. Segundo a autora, o ensino da língua portuguesa deve superar práticas baseadas exclusivamente na memorização de regras gramaticais, favorecendo situações reais de comunicação em que os estudantes possam desenvolver competências de leitura, escrita, oralidade e reflexão linguística. Dessa forma, a linguagem deixa de ser entendida apenas como objeto de estudo para tornar-se instrumento de participação social e exercício da cidadania.

Em consonância com essa perspectiva, Luiz Carlos Travaglia (2009) argumenta que ensinar língua portuguesa significa desenvolver a competência comunicativa dos estudantes. Para o autor, o domínio da linguagem não se limita ao conhecimento das estruturas gramaticais, mas envolve a capacidade de utilizar diferentes recursos linguísticos de maneira adequada às variadas situações comunicativas. Isso implica reconhecer que a eficácia da comunicação depende não apenas da correção gramatical, mas também da adequação ao contexto, ao interlocutor, aos objetivos do discurso e ao gênero textual empregado.

As contribuições de Ingedore Villaça Koch (2015) complementam essa visão ao destacar que a linguagem é um processo de construção de sentidos realizado de forma colaborativa entre os participantes da interação. Segundo a autora, compreender um texto exige muito mais do que decodificar palavras ou identificar estruturas sintáticas; exige mobilizar conhecimentos linguísticos, culturais, sociais e cognitivos

que permitem interpretar os significados produzidos durante o ato comunicativo. Nessa perspectiva, a linguagem configura-se como atividade essencialmente interativa e interpretativa.

Essa concepção aproxima os estudos linguísticos das práticas educacionais contemporâneas. Ao compreender a linguagem como fenômeno social, histórico e cognitivo, o ensino da sintaxe deixa de restringir-se à análise mecânica das estruturas frasais para integrar-se aos processos de leitura, produção textual e interpretação. As relações sintáticas passam a ser estudadas não apenas em função de sua organização formal, mas sobretudo em razão dos efeitos de sentido que produzem nos diferentes gêneros discursivos.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão cultural da linguagem. Cada comunidade desenvolve formas particulares de expressão que refletem sua história, seus valores, suas tradições e suas práticas sociais. Assim, a linguagem constitui importante elemento de identidade coletiva, permitindo que diferentes grupos preservem suas memórias e transmitam conhecimentos entre gerações. Essa característica explica a diversidade linguística observada nas diferentes regiões do mundo e reforça a necessidade de compreender a língua como fenômeno vivo, dinâmico e em permanente transformação.

No ambiente escolar, essa compreensão possui importantes implicações pedagógicas. O professor de Língua Portuguesa deve reconhecer que os estudantes chegam à escola portadores de diferentes experiências linguísticas construídas em seus contextos familiares e comunitários. Essas variedades não representam formas "erradas" de falar, mas manifestações legítimas da riqueza linguística da sociedade. Cabe ao ensino promover o domínio da norma-padrão sem desvalorizar as demais variedades, favorecendo uma educação linguística inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

Sob essa perspectiva, o estudo da linguagem torna-se o fundamento para a compreensão da língua, da fala e, conseqüentemente, da sintaxe. Afinal, as estruturas sintáticas somente adquirem sentido quando inseridas em situações concretas de comunicação, nas quais sujeitos utilizam a linguagem para interagir, negociar significados e construir conhecimento. Desse modo, compreender a linguagem como capacidade humana constitui o primeiro passo para o aprofundamento dos estudos sintáticos e para a formação de usuários competentes da língua portuguesa.

1.8 O CONCEITO DE LÍNGUA NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA

A compreensão do conceito de língua constitui um dos pilares fundamentais dos estudos linguísticos e representa um ponto de partida indispensável para a análise da sintaxe, da gramática e dos processos de comunicação. Embora, no senso comum, a língua seja frequentemente entendida apenas como um conjunto de palavras e regras utilizadas para a comunicação entre os indivíduos, a Linguística moderna demonstra que esse conceito é significativamente mais amplo e complexo. A língua configura-se como um sistema

organizado de signos, historicamente construído, socialmente compartilhado e continuamente transformado pelas práticas comunicativas de seus falantes.

Ao longo da história, diferentes correntes teóricas procuraram explicar a natureza da língua e sua relação com o pensamento, a cultura e a sociedade. A partir do século XX, com o desenvolvimento da Linguística como ciência autônoma, consolidou-se uma perspectiva que compreende a língua não apenas como um código de comunicação, mas como um fenômeno social, cognitivo e cultural que possibilita a construção dos significados e a organização das relações humanas. Nesse contexto, o estudo da língua passou a considerar seus aspectos estruturais, funcionais e discursivos, ampliando significativamente o campo das investigações linguísticas.

Um marco decisivo para essa nova compreensão foi a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure (2012). Considerado o fundador da Linguística moderna, Saussure definiu a língua (*langue*) como um sistema de signos linguísticos compartilhado pelos membros de uma comunidade. Para o autor, a língua possui caráter social, pois existe independentemente da vontade individual dos falantes, sendo transmitida de geração em geração por meio das interações sociais. Trata-se de um sistema organizado cujas unidades estabelecem relações de interdependência, formando uma estrutura que permite a produção e a compreensão dos enunciados.

Segundo Saussure (2012), a língua distingue-se da fala (*parole*), uma vez que esta corresponde à realização individual e concreta do sistema linguístico. Enquanto a língua é coletiva, relativamente estável e compartilhada pelos integrantes de uma comunidade, a fala apresenta caráter individual, variável e circunstancial. Essa distinção permitiu compreender que o objeto de estudo da Linguística deveria concentrar-se na descrição do funcionamento interno da língua, investigando suas regularidades, seus mecanismos de organização e as relações existentes entre seus elementos constitutivos.

Outro conceito fundamental introduzido por Saussure refere-se ao signo linguístico, entendido como a união entre significante (a forma sonora ou gráfica da palavra) e significado (o conceito associado a essa forma). A relação entre significante e significado é arbitrária, isto é, não existe uma ligação natural entre o objeto e o nome que o representa. Essa arbitrariedade explica por que diferentes línguas utilizam palavras distintas para designar uma mesma realidade, evidenciando o caráter convencional dos sistemas linguísticos. Assim, a língua constitui um conjunto organizado de convenções aceitas socialmente pelos membros de uma comunidade linguística.

Embora o estruturalismo saussuriano tenha estabelecido importantes fundamentos científicos para os estudos da língua, novas abordagens ampliaram essa compreensão. A teoria gerativista desenvolvida por Noam Chomsky (2006) deslocou o foco das investigações para a competência linguística dos falantes. Segundo Chomsky, a língua não deve ser compreendida apenas como um sistema social, mas também como uma capacidade mental inerente ao ser humano. O autor sustenta que todos os indivíduos possuem uma

faculdade inata para adquirir linguagem, denominada Gramática Universal, que possibilita a aprendizagem de qualquer língua natural durante a infância.

Na perspectiva gerativista, a competência linguística corresponde ao conhecimento implícito que o falante possui acerca das regras de sua língua, permitindo-lhe produzir e compreender um número praticamente ilimitado de frases, inclusive aquelas jamais ouvidas anteriormente. Esse conhecimento não resulta exclusivamente da aprendizagem escolar, mas decorre de capacidades cognitivas próprias da espécie humana. Assim, a língua passa a ser compreendida simultaneamente como um sistema de regras internalizado pelo indivíduo e como manifestação da capacidade cognitiva humana.

Entretanto, as abordagens centradas exclusivamente na estrutura ou na cognição mostraram-se insuficientes para explicar a complexidade do uso da língua nas situações reais de comunicação. Nesse sentido, as contribuições de Mikhail Bakhtin (2016) trouxeram uma nova perspectiva ao enfatizar o caráter social e dialógico da linguagem. Para Bakhtin, a língua somente adquire existência concreta quando utilizada pelos sujeitos em contextos específicos de interação. As palavras não possuem sentidos fixos ou permanentes; seus significados são construídos nas relações estabelecidas entre os interlocutores e nas condições históricas em que ocorre a comunicação.

Sob essa ótica, a língua deixa de ser vista apenas como um conjunto abstrato de regras e passa a ser compreendida como prática social. Os falantes utilizam os recursos linguísticos para responder a diferentes necessidades comunicativas, adaptando seus enunciados aos interlocutores, aos objetivos da comunicação e aos diversos gêneros discursivos presentes na sociedade. Essa perspectiva evidencia que o estudo da língua deve considerar não apenas sua estrutura gramatical, mas também os aspectos sociais, culturais e pragmáticos envolvidos na produção dos discursos.

No contexto brasileiro, as reflexões de Irandé Antunes (2014) reforçam essa concepção ao defender que a língua constitui um patrimônio coletivo construído pelas práticas sociais de seus usuários. Para a autora, ensinar língua portuguesa significa possibilitar ao estudante compreender os mecanismos que regulam o funcionamento da comunicação, desenvolvendo competências para interpretar, argumentar, produzir textos e participar criticamente da vida social. A língua, portanto, não pode ser reduzida a listas de regras gramaticais ou exercícios mecânicos de análise sintática; ela deve ser estudada em situações reais de uso, nas quais a produção de sentidos ocupa posição central.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Luiz Carlos Travaglia (2009), que define a língua como instrumento de interação social. Segundo o autor, sua principal função consiste em permitir que os indivíduos estabeleçam relações comunicativas eficientes, construindo conhecimentos, negociando significados e participando das práticas sociais. Consequentemente, o ensino da língua deve privilegiar o desenvolvimento da competência comunicativa, integrando conhecimentos gramaticais, textuais e discursivos.

Também merece destaque a perspectiva de Maria Helena de Moura Neves (2018), para quem a língua é um sistema vivo, dinâmico e funcional, constantemente adaptado às necessidades comunicativas da sociedade. A autora ressalta que a gramática deve ser compreendida como descrição do funcionamento da língua em uso, e não apenas como um conjunto de normas prescritivas. Essa abordagem contribui para uma visão mais flexível do ensino gramatical, valorizando os diferentes contextos de produção textual e os diversos gêneros discursivos.

Nessa mesma direção, José Luiz Fiorin (2015) afirma que a língua constitui um fenômeno inseparável da cultura. Cada comunidade linguística organiza sua experiência de mundo por meio das categorias disponibilizadas por sua língua, razão pela qual os sistemas linguísticos refletem modos específicos de compreender a realidade. Assim, estudar uma língua significa também compreender os valores, as crenças e as formas de organização social dos grupos que a utilizam.

No âmbito da sintaxe, essa concepção possui implicações significativas. A organização das palavras em frases, orações e períodos não decorre apenas da aplicação mecânica de regras gramaticais, mas atende às necessidades comunicativas dos falantes. As escolhas sintáticas influenciam diretamente a construção dos sentidos, a progressão textual, a argumentação e a eficácia da comunicação. Dessa forma, compreender a língua em sua dimensão estrutural e funcional possibilita uma abordagem mais abrangente da sintaxe, articulando aspectos formais e discursivos.

No contexto educacional, essa perspectiva reforça a necessidade de um ensino que integre gramática, leitura, escrita e oralidade. O estudo da língua deve promover a reflexão sobre seu funcionamento, favorecendo a formação de sujeitos capazes de utilizar os recursos linguísticos de maneira crítica, consciente e adequada às diferentes situações comunicativas. A escola, portanto, desempenha papel fundamental ao proporcionar aos estudantes o domínio da norma-padrão sem desconsiderar a diversidade linguística que caracteriza a sociedade brasileira.

Em síntese, a Linguística contemporânea compreende a língua como um sistema socialmente compartilhado, cognitivamente internalizado e culturalmente construído. Essa visão amplia o entendimento tradicional da gramática e da sintaxe, evidenciando que o funcionamento da língua está intrinsecamente relacionado às práticas sociais, aos processos de interação e à produção de sentidos. Assim, o estudo da língua ultrapassa a descrição de suas estruturas formais e passa a contribuir para a compreensão da comunicação humana em toda a sua complexidade.

1.9 IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA SINTAXE

A compreensão dos conceitos de linguagem, língua e fala constitui um dos principais fundamentos para o ensino da sintaxe na contemporaneidade. Durante muito tempo, o ensino da gramática nas escolas esteve centrado na memorização de regras, na classificação de palavras e na identificação de funções

sintáticas, privilegiando uma abordagem essencialmente normativa. Embora esses conhecimentos possuam relevância para o domínio da norma-padrão, essa metodologia mostrou-se insuficiente para desenvolver nos estudantes a capacidade de utilizar a língua de forma crítica, reflexiva e adequada às diferentes situações comunicativas. Nesse contexto, os estudos linguísticos passaram a defender uma concepção de ensino da sintaxe que integra os aspectos estruturais da língua às práticas sociais de leitura, escrita, oralidade e produção de sentidos.

A sintaxe, entendida como o ramo da gramática que estuda as relações estabelecidas entre as palavras na construção das orações e dos períodos, desempenha papel fundamental na organização do discurso. Entretanto, seu ensino não deve restringir-se à identificação mecânica de sujeito, predicado, complementos ou adjuntos. Conforme destaca Irandé Antunes (2014), a gramática precisa ser compreendida como um instrumento a serviço da comunicação, permitindo ao estudante refletir sobre o funcionamento da língua em contextos reais de uso. Assim, o ensino da sintaxe deve favorecer a compreensão de como as escolhas estruturais influenciam a construção dos significados e a eficácia da comunicação.

Nessa perspectiva, a sintaxe deixa de ser um conjunto de regras descontextualizadas para assumir uma função discursiva. A organização dos constituintes da oração, a ordem dos termos, a utilização das orações subordinadas e coordenadas, a concordância, a regência e a pontuação não representam apenas exigências da norma-padrão, mas recursos linguísticos que contribuem para produzir diferentes efeitos de sentido. Desse modo, ensinar sintaxe significa possibilitar que os estudantes compreendam as consequências comunicativas de suas escolhas linguísticas.

As contribuições de Luiz Carlos Travaglia (2009) reforçam essa concepção ao defender que o objetivo central do ensino da língua portuguesa consiste no desenvolvimento da competência comunicativa. Segundo o autor, conhecer as regras sintáticas não garante, por si só, a capacidade de comunicar-se adequadamente. É necessário que o estudante aprenda a selecionar estruturas linguísticas compatíveis com o contexto, o interlocutor, o gênero textual e os objetivos da comunicação. A sintaxe, portanto, deve ser ensinada em estreita relação com a produção e a interpretação de textos.

Essa abordagem encontra respaldo nas reflexões de Ingedore Villaça Koch (2015), para quem o texto constitui a unidade básica da comunicação. A autora argumenta que a compreensão textual depende da interação entre conhecimentos sintáticos, semânticos, pragmáticos e socioculturais. Assim, o estudo das estruturas sintáticas torna-se mais significativo quando realizado a partir da análise de textos autênticos, nos quais os estudantes possam observar como a organização das orações interfere na progressão temática, na coesão, na coerência e na argumentação.

Sob essa ótica, o ensino da sintaxe deve abandonar práticas que fragmentam excessivamente o estudo da língua. Exercícios baseados exclusivamente na classificação de termos da oração ou na aplicação

mecânica de regras tendem a limitar a compreensão do funcionamento linguístico. Em contrapartida, atividades que articulam análise sintática, leitura e produção textual favorecem uma aprendizagem mais significativa, permitindo que os estudantes compreendam a finalidade comunicativa das estruturas gramaticais. A sintaxe passa, então, a ser percebida como elemento constitutivo da produção de sentidos e não apenas como objeto de memorização.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização da oralidade no ensino da sintaxe. As contribuições de Mikhail Bakhtin (2016) evidenciam que a linguagem se realiza nas interações sociais por meio dos diferentes gêneros discursivos. Consequentemente, o estudo das estruturas sintáticas deve contemplar tanto a modalidade escrita quanto a oral, reconhecendo que ambas apresentam características próprias e desempenham funções específicas nos processos comunicativos. Debates, seminários, entrevistas, rodas de conversa e apresentações orais constituem importantes oportunidades para que os estudantes observem como a sintaxe organiza o discurso falado e contribui para a construção dos significados.

As pesquisas de Maria Helena de Moura Neves (2018) também destacam que a gramática deve ser ensinada a partir do funcionamento efetivo da língua. Para a autora, a análise sintática precisa considerar os diferentes contextos de uso, evitando tratar as estruturas linguísticas como modelos fixos e imutáveis. Essa perspectiva funcional permite compreender que determinadas construções sintáticas são escolhidas pelos falantes em função dos objetivos comunicativos, das características do gênero textual e das necessidades da interação.

Outro desafio importante diz respeito à relação entre sintaxe e variação linguística. O professor precisa reconhecer que os estudantes chegam à escola utilizando diferentes variedades do português brasileiro, adquiridas em seus contextos familiares e comunitários. Essas formas de expressão constituem manifestações legítimas da língua e não devem ser interpretadas como sinais de deficiência linguística. Conforme argumenta Marcos Bagno (2007), combater o preconceito linguístico é condição indispensável para promover uma educação democrática e inclusiva. Nesse sentido, o ensino da sintaxe deve possibilitar o domínio da norma-padrão sem desvalorizar as variedades linguísticas presentes na sociedade.

A utilização de diferentes gêneros textuais representa outra importante estratégia metodológica. Notícias, artigos científicos, crônicas, poemas, textos publicitários, histórias em quadrinhos, documentos oficiais e textos digitais oferecem contextos diversificados para a análise das estruturas sintáticas. Ao observar como a organização das frases varia conforme a finalidade comunicativa, o estudante desenvolve maior consciência linguística e amplia sua capacidade de produzir textos adequados às diferentes situações de comunicação.

As metodologias ativas também contribuem significativamente para o ensino da sintaxe. Estratégias como resolução de problemas, aprendizagem baseada em projetos, estudo de casos, oficinas de produção textual e análise colaborativa de textos favorecem a participação dos estudantes na construção do

conhecimento. Nessas práticas, o professor assume o papel de mediador, estimulando a investigação, a reflexão e a autonomia dos alunos na compreensão dos fenômenos sintáticos.

No cenário educacional contemporâneo, os documentos curriculares brasileiros reforçam essa perspectiva. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o ensino da Língua Portuguesa esteja centrado no desenvolvimento das práticas de linguagem, integrando leitura, produção escrita, oralidade e análise linguística. Nesse contexto, a sintaxe deixa de ser ensinada de forma isolada e passa a constituir um recurso para compreender e produzir textos em diferentes esferas de circulação social. Essa orientação representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais de ensino, valorizando uma aprendizagem contextualizada e funcional.

Além do desenvolvimento das competências linguísticas, o ensino reflexivo da sintaxe contribui para a formação do pensamento crítico. Ao analisar como a organização das estruturas linguísticas influencia a argumentação, a persuasão, a objetividade ou a expressividade dos textos, os estudantes tornam-se leitores mais conscientes e produtores mais competentes de discursos. Essa capacidade é particularmente importante em uma sociedade marcada pela ampla circulação de informações, na qual interpretar criticamente diferentes textos constitui requisito essencial para o exercício da cidadania.

Outro aspecto relevante consiste na formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa. Para que o ensino da sintaxe acompanhe os avanços da Linguística contemporânea, é fundamental que os docentes dominem não apenas os conteúdos gramaticais, mas também as teorias da linguagem, da aquisição da língua, da análise do discurso e da linguística textual. Esse conhecimento amplia as possibilidades metodológicas e favorece práticas pedagógicas mais significativas, contextualizadas e comprometidas com a formação integral dos estudantes.

Em síntese, as implicações dos estudos sobre linguagem, língua e fala para o ensino da sintaxe apontam para uma mudança de paradigma. A sintaxe deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de regras normativas e passa a ser concebida como um instrumento de organização do pensamento, construção dos sentidos e interação social. Essa perspectiva fortalece práticas pedagógicas que articulam gramática, leitura, escrita e oralidade, promovendo o desenvolvimento da competência comunicativa e da consciência linguística dos estudantes. Assim, o ensino da sintaxe torna-se um componente essencial para a formação de sujeitos capazes de utilizar a língua portuguesa de maneira crítica, criativa e socialmente responsável.

CAPÍTULO 2 – FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O estudo da sintaxe inicia-se pela compreensão de três unidades fundamentais da organização linguística: a frase, a oração e o período. Embora esses conceitos estejam intimamente relacionados, cada um apresenta características próprias que permitem compreender como a língua estrutura os enunciados para produzir sentido. O domínio dessas noções constitui requisito indispensável para o estudo das funções sintáticas, da análise dos constituintes da oração e da organização textual, uma vez que representam os níveis básicos de construção do discurso.

Na comunicação cotidiana, os falantes produzem diferentes tipos de enunciados para expressar ideias, sentimentos, ordens, perguntas ou informações. Esses enunciados podem apresentar maior ou menor complexidade estrutural, mas todos são organizados segundo princípios sintáticos que asseguram sua inteligibilidade. É justamente nesse contexto que se distinguem os conceitos de frase, oração e período, elementos essenciais para a descrição da estrutura da língua portuguesa.

2.1.1 O conceito de frase

A frase é toda unidade linguística dotada de sentido completo em determinada situação comunicativa. Sua principal característica é a capacidade de transmitir uma mensagem compreensível, independentemente da presença de um verbo. Assim, o critério fundamental para a identificação de uma frase não é sua estrutura gramatical, mas sua autonomia comunicativa.

Segundo Evanildo Bechara (2019), a frase corresponde a um enunciado que satisfaz uma intenção comunicativa, podendo assumir diferentes formas estruturais conforme o contexto em que é utilizada. Essa definição evidencia que a função comunicativa prevalece sobre a organização sintática propriamente dita.

Desse modo, expressões como:

- "Bom dia!"
- "Silêncio!"
- "Que surpresa!"
- "Até amanhã."

São consideradas frases, ainda que não apresentem verbo. Todas elas comunicam uma ideia completa e cumprem determinada finalidade discursiva, sendo plenamente compreendidas pelos interlocutores.

Quando a frase contém verbo, recebe a denominação de frase verbal. Quando não apresenta verbo, denomina-se frase nominal. Ambas possuem valor comunicativo e desempenham importante papel nas interações sociais.

A existência de frases nominais demonstra que a comunicação não depende exclusivamente da presença de estruturas oracionais completas. Em diferentes gêneros textuais, especialmente na publicidade,

nas manchetes jornalísticas, nos diálogos e na linguagem literária, as frases nominais são utilizadas para produzir efeitos de objetividade, impacto, emoção ou dinamismo.

2.1.2 O conceito de oração

A oração constitui uma unidade sintática organizada obrigatoriamente em torno de um verbo ou de uma locução verbal. Diferentemente da frase, cuja característica principal é o sentido completo, a oração é definida por sua estrutura gramatical.

Toda oração apresenta um predicado, cujo núcleo é um verbo. Em muitos casos, também possui sujeito, embora existam orações sem sujeito determinado ou com sujeito indeterminado.

São exemplos de oração:

- "Os alunos estudam diariamente."
- "Choveu durante toda a noite."
- "Precisamos trabalhar."
- "Há muitas possibilidades."

Cada uma dessas construções contém um verbo que organiza os demais elementos da oração, estabelecendo relações sintáticas entre sujeito, predicado, complementos e adjuntos.

Conforme explica José Carlos de Azeredo (2018), o verbo constitui o elemento estruturador da oração, pois determina tanto a organização sintática quanto as relações semânticas entre seus constituintes. Em razão dessa centralidade, a identificação do verbo representa o primeiro passo da análise sintática.

A oração corresponde, portanto, à unidade básica de estudo da sintaxe, pois é nela que se manifestam fenômenos como concordância, regência, colocação pronominal, coordenação e subordinação.

2.1.3 O conceito de período

O período corresponde ao enunciado formado por uma ou mais orações, delimitado, na escrita, por sinais de pontuação que indicam seu início e seu término, como ponto final, ponto de interrogação ou ponto de exclamação. Em termos sintáticos, representa uma unidade superior à oração, organizada segundo relações estruturais específicas.

Quando apresenta apenas uma oração, recebe o nome de período simples.

Exemplos:

- "O professor iniciou a aula."
- "As crianças brincavam no pátio."
- "A pesquisa foi concluída."

Em todos esses casos existe apenas um verbo principal, caracterizando uma única oração.

Quando o período apresenta duas ou mais orações, denomina-se período composto.

Exemplos:

- "Os estudantes chegaram cedo e iniciaram a prova."
- "Embora estivesse cansado, continuou trabalhando."
- "Espero que você participe da reunião."

Nessas construções, observam-se diferentes formas de articulação entre as orações, estabelecidas por mecanismos de coordenação ou subordinação, temas que constituem importantes objetos de estudo da sintaxe.

Segundo Maria Helena de Moura Neves (2018), a organização do período revela a capacidade da língua de estruturar relações lógicas entre ideias, permitindo expressar causa, consequência, condição, finalidade, oposição, comparação e inúmeras outras relações semânticas.

2.1.4 Diferenças entre frase, oração e período

Embora frequentemente empregados de maneira indistinta, frase, oração e período representam conceitos distintos.

A frase caracteriza-se pelo sentido completo e pela intenção comunicativa. Pode existir com ou sem verbo, desde que constitua um enunciado compreensível.

A oração define-se pela presença obrigatória de um verbo ou locução verbal, independentemente de constituir ou não uma mensagem completa de forma isolada.

O período corresponde ao conjunto formado por uma ou mais orações organizadas em uma unidade comunicativa maior, delimitada pela pontuação na modalidade escrita.

Esses conceitos podem coincidir em determinadas situações. Na frase "O aluno estudou.", por exemplo, há simultaneamente uma frase, uma oração e um período simples. Já na construção "Bom trabalho!", existe apenas uma frase nominal, pois não há verbo. Em "Quando terminou a aula, os alunos saíram.", observa-se uma única frase organizada em um período composto por duas orações.

2.1.5 A importância desses conceitos para o estudo da sintaxe

O reconhecimento das diferenças entre frase, oração e período constitui etapa essencial para o desenvolvimento da análise sintática. É a partir dessas unidades que se identificam sujeitos, predicados, complementos verbais, adjuntos adverbiais, orações coordenadas, subordinadas e demais constituintes responsáveis pela organização da língua.

No ensino da língua portuguesa, a compreensão desses conceitos favorece o desenvolvimento da leitura e da produção textual, pois possibilita ao estudante reconhecer como as ideias são estruturadas e articuladas nos diversos gêneros discursivos. Além disso, contribui para o domínio da pontuação, da coesão textual e da clareza argumentativa, competências indispensáveis à comunicação escrita e oral.

Do ponto de vista linguístico, a distinção entre frase, oração e período demonstra que a construção do significado depende tanto da intenção comunicativa quanto da organização estrutural dos enunciados. A sintaxe, ao investigar essas relações, oferece instrumentos para compreender de maneira mais profunda o funcionamento da língua e os mecanismos que tornam possível a interação entre os falantes.

Assim, frase, oração e período constituem conceitos fundamentais para o estudo da sintaxe. Enquanto a frase representa a unidade comunicativa básica, a oração corresponde à unidade estrutural organizada em torno do verbo, e o período reúne uma ou mais orações em uma construção sintática completa. O domínio dessas noções fornece ao estudante uma base sólida para os estudos posteriores sobre constituintes da oração, relações sintáticas, coordenação, subordinação e organização textual, permitindo compreender a complexidade e a riqueza da língua portuguesa.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS FRASES

A frase constitui a unidade básica da comunicação linguística, sendo caracterizada pela capacidade de transmitir uma mensagem completa em determinado contexto comunicativo. Conforme destaca Evanildo Bechara (2019), a frase é todo enunciado dotado de sentido completo, independentemente de sua extensão ou da presença de verbo. Essa característica distingue a frase das demais unidades sintáticas e evidencia sua importância para a organização do discurso.

A classificação das frases pode ser realizada sob diferentes critérios. Na gramática da língua portuguesa, é comum distingui-las quanto à presença de verbo (frases nominais e verbais) e quanto à intenção comunicativa (declarativas, interrogativas, exclamativas, imperativas e optativas). Essa classificação possibilita compreender como os recursos sintáticos e entonacionais contribuem para a produção de sentidos e para a interação entre os interlocutores.

2.2.1 Frases nominais

As frases nominais são aquelas que não apresentam verbo ou locução verbal. Embora desprovidas desse elemento, possuem sentido completo e cumprem uma função comunicativa, dependendo muitas vezes do contexto em que são produzidas.

Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra (2017), a frase nominal é frequente na linguagem cotidiana, nos diálogos, nos textos publicitários, nas manchetes jornalísticas e na literatura, sendo empregada para conferir objetividade, expressividade ou impacto à mensagem.

São exemplos de frases nominais:

- "Bom dia!"
- "Silêncio!"
- "Que maravilha!"

- "Até logo!"
- "Socorro!"

Nesses exemplos, não há verbo, mas a intenção comunicativa é plenamente compreendida pelos interlocutores.

2.2.2 Frases verbais

As frases verbais apresentam um ou mais verbos e, por esse motivo, contêm pelo menos uma oração. São as construções mais frequentes na comunicação escrita e oral, pois permitem maior desenvolvimento das informações.

Exemplos:

- "O professor iniciou a aula."
- "Os estudantes participaram da pesquisa."
- "A criança sorriu para os colegas."

Nessas construções, o verbo organiza sintaticamente os demais constituintes da frase, estabelecendo relações entre sujeito, predicado e complementos.

2.2.3 Classificação quanto à intenção comunicativa

Além da estrutura, as frases podem ser classificadas de acordo com a finalidade comunicativa do falante. Essa classificação considera a intenção presente no ato de fala, bem como aspectos de entonação e pontuação.

2.2.4 Frases declarativas

As frases declarativas têm como finalidade informar, afirmar ou negar um fato. Constituem o tipo mais frequente na comunicação cotidiana e caracterizam-se pela objetividade na transmissão das informações.

Podem ser afirmativas ou negativas.

2.2.4.1 Declarativas afirmativas:

- "A pesquisa foi concluída com sucesso."
- "Os alunos participaram da atividade."

2.2.4.2 Declarativas negativas:

- "Os estudantes não compareceram à aula."
- "Ela nunca deixou de estudar."

Segundo Evanildo Bechara (2019), as frases declarativas representam a forma básica da comunicação informativa, pois descrevem acontecimentos, estados ou opiniões.

2.2.5 Frases interrogativas

As frases interrogativas expressam perguntas e têm como objetivo solicitar informações, esclarecimentos ou confirmações.

Podem ser classificadas em:

Interrogativas diretas, quando apresentam pontuação interrogativa:

- "Você concluiu o trabalho?"
- "Onde está o livro?"

Interrogativas indiretas, quando a pergunta é incorporada a outra oração:

- "Gostaria de saber onde você mora."
- "Perguntei se todos haviam chegado."

Conforme observa José Carlos de Azeredo (2018), a modalidade interrogativa desempenha importante papel na interação verbal, pois estabelece diálogo e promove a troca de informações entre os participantes da comunicação.

2.2.6 Frases exclamativas

As frases exclamativas expressam emoções, sentimentos ou estados afetivos intensos, como surpresa, alegria, medo, indignação, admiração ou entusiasmo.

Exemplos:

- "Que bela apresentação!"
- "Como o tempo passou rápido!"
- "Parabéns pela conquista!"

Na linguagem oral, a entonação desempenha papel decisivo na identificação desse tipo de frase. Na modalidade escrita, utiliza-se normalmente o ponto de exclamação.

2.2.7 Frases imperativas

As frases imperativas têm como finalidade orientar o comportamento do interlocutor por meio de ordens, pedidos, recomendações, conselhos ou instruções.

Exemplos:

- "Feche a porta."
- "Estudem para a prova."
- "Por favor, aguarde alguns minutos."

Segundo Maria Helena de Moura Neves (2018), a modalidade imperativa caracteriza-se pelo estabelecimento de uma relação direta entre o locutor e o interlocutor, envolvendo diferentes graus de autoridade, cortesia ou persuasão.

2.2.8 Frases optativas

As frases optativas exprimem desejo, esperança, vontade, bênção ou expectativa em relação a determinado acontecimento.

São frequentemente introduzidas por palavras como "tomara", "oxalá" ou construções semelhantes.

Exemplos:

- "Tomara que chova amanhã."
- "Que todos tenham sucesso."
- "Deus o acompanhe."

Embora menos frequentes que os demais tipos, as frases optativas possuem importante função expressiva na comunicação.

2.2.9 A importância da classificação das frases para o estudo da sintaxe

A classificação das frases constitui uma etapa essencial para a compreensão do funcionamento da língua. Cada modalidade comunicativa apresenta características sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, influenciando a organização dos enunciados e a interpretação dos textos.

No ensino da língua portuguesa, o reconhecimento dessas modalidades favorece o desenvolvimento da competência comunicativa, permitindo que os estudantes utilizem diferentes estratégias linguísticas conforme a situação de comunicação. Além disso, auxilia na interpretação textual, na produção escrita e na adequada utilização dos sinais de pontuação.

Sob a perspectiva da sintaxe, a classificação das frases evidencia que a organização estrutural da língua está diretamente relacionada às intenções comunicativas dos falantes. Uma mesma estrutura sintática pode assumir diferentes funções discursivas conforme a entonação, o contexto e os recursos linguísticos empregados. Assim, o estudo das frases ultrapassa a simples identificação de categorias gramaticais, contribuindo para uma compreensão mais ampla da linguagem em uso.

Em síntese, a classificação das frases permite compreender como os enunciados são organizados para informar, perguntar, ordenar, expressar emoções ou manifestar desejos. O domínio dessas modalidades amplia a capacidade de leitura, interpretação e produção textual, constituindo um dos fundamentos indispensáveis para o estudo da sintaxe e da gramática da língua portuguesa.

2.3 ESTRUTURA DA ORAÇÃO

A oração constitui a unidade fundamental de análise da sintaxe, pois é nela que se estabelecem as relações gramaticais responsáveis pela construção do significado dos enunciados. Diferentemente da frase, cuja principal característica é apresentar sentido completo em determinado contexto comunicativo, a oração é definida pela presença obrigatória de um verbo ou de uma locução verbal, que funciona como núcleo do predicado e organiza os demais elementos da estrutura sintática. Assim, compreender a estrutura da oração é indispensável para o estudo da língua portuguesa, uma vez que dela derivam as análises de sujeito, predicado, complementos, adjuntos e demais funções sintáticas.

Segundo Evanildo Bechara (2019), a oração é uma unidade linguística organizada em torno de um predicado, cuja existência depende da presença de um verbo. É o verbo que estabelece as relações entre os diferentes constituintes da oração, determinando tanto a estrutura sintática quanto os papéis desempenhados pelos demais termos.

Sob a perspectiva da Linguística, a oração representa uma estrutura organizada segundo regras próprias da língua, permitindo que as palavras deixem de ser elementos isolados para formar enunciados coerentes e semanticamente significativos. Conforme explica José Carlos de Azeredo (2018), a sintaxe investiga justamente essas relações estruturais, analisando como os constituintes da oração se articulam para produzir diferentes efeitos de sentido.

2.3.1 O verbo como núcleo estruturador da oração

O elemento central da oração é o verbo. Toda oração possui um verbo ou uma locução verbal que desempenha a função de núcleo do predicado. A partir dele organizam-se os demais constituintes da estrutura sintática.

Considere o exemplo:

Os pesquisadores apresentaram os resultados da investigação.

Nesse enunciado, o verbo **apresentaram** organiza toda a oração. O sintagma nominal **os pesquisadores** relaciona-se ao verbo como sujeito da ação, enquanto **os resultados da investigação** funciona como complemento verbal, completando o sentido do verbo transitivo.

Na perspectiva da Gramática Gerativa, desenvolvida por Noam Chomsky (1978), o verbo ocupa posição central na organização sintática da oração, pois determina o número e o tipo de elementos necessários para completar seu significado. Essa propriedade é conhecida como valência verbal, conceito amplamente explorado pelos estudos sintáticos contemporâneos.

Assim, verbos como **dormir** exigem apenas um participante ("A criança dormiu."), enquanto verbos como **entregar** normalmente exigem três participantes ("O professor entregou o livro ao aluno."). A estrutura da oração varia, portanto, conforme as exigências sintáticas e semânticas do verbo.

2.3.2 Os constituintes da oração

A oração é formada por constituintes que desempenham funções específicas dentro da estrutura sintática. Esses constituintes podem ser classificados em essenciais, integrantes e acessórios.

Os termos essenciais são aqueles indispensáveis para a organização da oração: o sujeito e o predicado.

O sujeito corresponde ao termo sobre o qual se faz uma declaração. Em geral, representa o ser que pratica, sofre ou experimenta o processo verbal.

Exemplo:

Os estudantes participaram do seminário.

Nesse caso, **os estudantes** constituem o sujeito da oração.

O predicado corresponde àquilo que se declara sobre o sujeito e possui como núcleo um verbo.

No exemplo anterior:

Os estudantes **participaram do seminário**.

Todo o segmento destacado constitui o predicado.

Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra (2017), sujeito e predicado estabelecem a relação fundamental da oração, organizando a informação comunicada pelo enunciado.

Além dos termos essenciais, existem os termos integrantes, como os complementos verbais e o complemento nominal, responsáveis por completar o significado de determinados verbos ou nomes.

Já os termos acessórios — adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto — ampliam ou especificam informações, embora, em muitos casos, possam ser retirados sem comprometer a estrutura básica da oração.

2.3.3 A organização sintática da oração

A estrutura da oração resulta das relações estabelecidas entre seus constituintes. Essas relações obedecem às regras gramaticais da língua portuguesa e garantem a coerência estrutural dos enunciados.

Observe o exemplo:

A professora explicou cuidadosamente o conteúdo aos alunos durante a aula.

Nesse enunciado, cada termo exerce uma função específica:

- **A professora** – sujeito;
- **explicou** – núcleo do predicado;
- **o conteúdo** – objeto direto;
- **aos alunos** – objeto indireto;
- **cuidadosamente** – adjunto adverbial de modo;
- **durante a aula** – adjunto adverbial de tempo.

A organização desses elementos permite que a mensagem seja compreendida com clareza. Caso a ordem ou as relações sintáticas sejam alteradas de maneira inadequada, o sentido poderá tornar-se ambíguo ou até incompreensível.

Entretanto, a sintaxe da língua portuguesa admite certa flexibilidade na ordem dos constituintes, especialmente em textos literários, jornalísticos e argumentativos. Alterações na disposição dos termos podem enfatizar informações específicas, desde que sejam preservadas as relações sintáticas estabelecidas pelo verbo.

2.3.4 Estrutura sintática e construção do sentido

A estrutura da oração não se limita ao aspecto formal da língua; ela participa diretamente da construção dos significados. A escolha dos constituintes, sua posição na oração e as relações estabelecidas entre eles influenciam a interpretação do enunciado.

Considere as seguintes construções:

O diretor elogiou os professores.

Os professores foram elogiados pelo diretor.

Embora ambas expressem o mesmo acontecimento, apresentam estruturas sintáticas diferentes. Na primeira, utiliza-se a voz ativa; na segunda, a voz passiva. Essa mudança modifica o foco informacional do enunciado, demonstrando que diferentes organizações sintáticas podem produzir efeitos discursivos distintos.

De acordo com Maria Helena de Moura Neves (2018), a sintaxe deve ser compreendida como um sistema funcional de organização da linguagem, no qual as escolhas estruturais refletem intenções comunicativas e necessidades discursivas dos falantes.

2.3.5 A importância do estudo da estrutura da oração

O conhecimento da estrutura da oração constitui um dos fundamentos do ensino da sintaxe. É por meio dele que o estudante desenvolve habilidades para identificar funções sintáticas, compreender relações de concordância, interpretar períodos simples e compostos e produzir textos mais claros e coerentes.

No contexto escolar, a análise da estrutura da oração favorece não apenas a aprendizagem da gramática normativa, mas também o desenvolvimento da competência comunicativa. Ao compreender como os constituintes da oração se relacionam, o estudante torna-se capaz de interpretar textos com maior profundidade e elaborar produções escritas mais organizadas.

Além disso, esse conhecimento possui aplicações em diferentes áreas da Linguística, como a análise do discurso, a linguística textual, a pragmática e a sociolinguística, demonstrando que a sintaxe ultrapassa

a simples classificação de palavras e funções gramaticais, constituindo um instrumento essencial para a compreensão do funcionamento da linguagem.

Em síntese, a oração representa a unidade central da análise sintática. Estruturada em torno do verbo, ela organiza seus constituintes segundo regras que garantem a construção dos significados e a eficiência da comunicação. O estudo de sua estrutura fornece as bases necessárias para compreender fenômenos mais complexos da língua portuguesa, como os diferentes tipos de predicado, os processos de coordenação e subordinação, as relações de concordância e os mecanismos de coesão textual, consolidando-se como etapa indispensável na formação linguística dos estudantes.

2.4 PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO

O período constitui uma unidade sintática formada por uma ou mais orações organizadas de maneira lógica e semanticamente coerente. Na modalidade escrita, inicia-se com letra maiúscula e encerra-se por meio de um sinal de pontuação conclusivo, como ponto final, ponto de interrogação ou ponto de exclamação. No âmbito da sintaxe, o estudo do período é fundamental porque permite compreender como as orações se articulam para construir ideias, estabelecer relações de sentido e organizar o discurso.

Segundo Evanildo Bechara (2019), o período representa uma unidade comunicativa completa, podendo ser constituído por uma única oração ou por várias orações sintaticamente relacionadas. Essa distinção dá origem às duas classificações fundamentais: período simples e período composto.

O conhecimento dessas estruturas é indispensável para a análise sintática, pois possibilita compreender como a língua organiza informações em diferentes níveis de complexidade. Enquanto o período simples expressa uma ideia por meio de uma única oração, o período composto permite estabelecer relações lógicas entre diversas proposições, enriquecendo a construção textual e ampliando as possibilidades expressivas da linguagem.

2.4.1 O período simples

O período simples é formado por apenas uma oração, isto é, apresenta somente um verbo ou uma locução verbal que funciona como núcleo do predicado. Por possuir apenas uma estrutura oracional, caracteriza-se pela objetividade e pela simplicidade sintática, sendo amplamente utilizado tanto na comunicação cotidiana quanto em textos acadêmicos, jornalísticos e literários.

Conforme afirmam Celso Cunha e Lindley Cintra (2017), a presença de apenas um núcleo verbal constitui o principal critério para identificar um período simples, independentemente da quantidade de palavras presentes no enunciado.

Observe os exemplos:

- **Os alunos participaram da aula.**

- **A professora explicou o conteúdo.**
- **Choveu intensamente durante a madrugada.**
- **As pesquisas avançam rapidamente.**

Embora algumas dessas orações sejam maiores que outras, todas apresentam apenas um verbo principal, caracterizando um período simples.

O período simples pode apresentar diferentes estruturas sintáticas. O sujeito pode ser simples, composto, oculto, indeterminado ou inexistente; o predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal; e podem ocorrer diversos complementos e adjuntos. Assim, sua simplicidade refere-se exclusivamente ao número de orações e não ao grau de complexidade das funções sintáticas presentes.

Por exemplo:

Os dedicados pesquisadores da universidade concluíram cuidadosamente o experimento científico.

Apesar da quantidade de termos, esse enunciado continua sendo um período simples, pois contém apenas um verbo principal: **concluíram**.

2.4.2 O período composto

O período composto é formado por duas ou mais orações sintaticamente relacionadas. Cada oração possui seu próprio verbo ou locução verbal, estabelecendo entre si diferentes relações de coordenação ou subordinação.

Segundo José Carlos de Azeredo (2018), o período composto representa um importante mecanismo de expansão textual, permitindo ao falante organizar informações mais complexas e estabelecer relações lógicas entre diferentes acontecimentos.

Observe os exemplos:

- **Os alunos estudaram e realizaram a avaliação.**
- **Quando a aula terminou, todos deixaram a sala.**
- **Espero que você participe da pesquisa.**
- **Embora estivesse cansado, continuou trabalhando.**

Em cada um desses exemplos há dois ou mais verbos, indicando a presença de duas ou mais orações.

O período composto amplia significativamente as possibilidades comunicativas da língua, permitindo expressar relações de causa, consequência, condição, finalidade, oposição, comparação, explicação, concessão, tempo e inúmeras outras relações semânticas.

2.4.3 Período composto por coordenação

O período composto por coordenação ocorre quando as orações apresentam independência sintática, embora permaneçam relacionadas pelo sentido. Nenhuma oração exerce função sintática dentro da outra.

Exemplos:

- **O professor explicou a matéria e os alunos fizeram anotações.**
- **Estude bastante, pois a prova será difícil.**
- **Cheguei cedo, mas a reunião já havia começado.**

Nesses casos, cada oração possui estrutura sintática própria e poderia existir separadamente sem comprometer sua organização gramatical.

De acordo com Evanildo Bechara (2019), as orações coordenadas estabelecem relações de adição, adversidade, alternância, conclusão ou explicação, geralmente introduzidas por conjunções coordenativas.

2.4.4 Período composto por subordinação

No período composto por subordinação, uma oração depende sintaticamente da outra para completar seu sentido. Há, portanto, uma relação de dependência estrutural entre as orações.

Observe os exemplos:

- **Espero que você obtenha bons resultados.**
- **Quando terminou a aula, os estudantes saíram.**
- **Os pesquisadores verificaram que os dados estavam corretos.**

Nessas construções, as orações subordinadas exercem funções sintáticas em relação à oração principal, podendo desempenhar papéis equivalentes aos de substantivos, adjetivos ou advérbios.

Segundo Maria Helena de Moura Neves (2018), a subordinação representa um dos mecanismos mais produtivos da língua portuguesa, permitindo organizar o pensamento com maior precisão e estabelecer relações complexas entre ideias.

2.4.5 Período composto por coordenação e subordinação

Em textos mais elaborados, é comum encontrar períodos compostos que apresentam simultaneamente relações de coordenação e de subordinação.

Exemplo:

Os pesquisadores concluíram o estudo e divulgaram os resultados porque os experimentos haviam sido finalizados.

Nesse período há três orações:

1. **Os pesquisadores concluíram o estudo** (oração coordenada);
2. **e divulgaram os resultados** (oração coordenada);

3. **porque os experimentos haviam sido finalizados** (oração subordinada adverbial causal).

Essa combinação demonstra a flexibilidade da língua portuguesa na organização das informações.

2.4.6 Diferenças entre período simples e período composto

A principal diferença entre essas estruturas está no número de orações que as compõem. O período simples apresenta apenas uma oração e, conseqüentemente, um único núcleo verbal. Já o período composto reúne duas ou mais orações, estabelecendo relações sintáticas que ampliam a complexidade da mensagem.

Entretanto, essa distinção não implica superioridade de uma estrutura sobre a outra. O período simples favorece objetividade e clareza, sendo frequentemente utilizado em textos instrucionais, científicos e jornalísticos. O período composto, por sua vez, permite desenvolver raciocínios mais elaborados, relacionar argumentos e construir textos com maior riqueza informativa.

Assim, a escolha entre uma estrutura e outra depende dos objetivos comunicativos do produtor do texto, do gênero discursivo e do contexto de interação.

2.4.7 A importância do estudo do período para a sintaxe

O estudo do período simples e do período composto constitui uma etapa essencial da análise sintática, pois possibilita compreender como as orações se organizam para construir significados. É a partir dessa distinção que se desenvolvem conteúdos mais específicos, como coordenação, subordinação, análise dos conectivos, relações de coesão e organização textual.

No ensino da língua portuguesa, a compreensão dessas estruturas favorece a leitura crítica, a interpretação textual e a produção escrita. O estudante passa a reconhecer como diferentes formas de articulação entre as orações influenciam a clareza, a progressão temática e a argumentação dos textos.

Além disso, o domínio do período composto contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa, permitindo ao falante elaborar textos mais articulados, expressar relações lógicas com precisão e adequar sua linguagem às diferentes situações de comunicação.

Em síntese, o período simples e o período composto representam formas distintas de organização sintática da língua portuguesa. Enquanto o primeiro expressa uma única oração, o segundo articula diversas orações por meio de processos de coordenação e subordinação. O estudo dessas estruturas constitui um dos pilares da sintaxe, oferecendo ao estudante os instrumentos necessários para compreender a organização dos enunciados e produzir textos mais claros, coesos e semanticamente consistentes.

2.5 ANÁLISE ESTRUTURAL DOS PERÍODOS

A análise estrutural dos períodos constitui uma das etapas mais importantes do estudo da sintaxe, pois permite compreender como as orações são organizadas para formar enunciados completos e

semanticamente coerentes. Enquanto o estudo da oração concentra-se na identificação de seus constituintes internos, a análise estrutural do período investiga as relações estabelecidas entre uma ou mais orações, observando sua organização, dependência sintática e função comunicativa.

Na língua portuguesa, os períodos podem apresentar diferentes graus de complexidade estrutural. Alguns são formados por uma única oração, enquanto outros reúnem diversas orações articuladas por mecanismos de coordenação ou subordinação. Compreender essas estruturas é essencial para interpretar textos, produzir discursos claros e desenvolver competências de leitura e escrita.

Segundo Evanildo Bechara (2019), a análise sintática não consiste apenas em identificar classes gramaticais ou funções sintáticas, mas em compreender as relações que organizam os elementos da oração e do período, possibilitando a construção dos significados.

2.5.1 Estrutura do período simples

O período simples apresenta apenas uma oração, organizada em torno de um único verbo ou locução verbal. Apesar dessa característica, sua estrutura pode variar significativamente quanto ao número de constituintes presentes e às funções sintáticas desempenhadas por cada termo.

Observe o exemplo:

Os estudantes apresentaram o seminário com excelência.

A análise estrutural evidencia os seguintes constituintes:

- **Os estudantes** – sujeito simples;
- **apresentaram** – núcleo do predicado verbal;
- **o seminário** – objeto direto;
- **com excelência** – adjunto adverbial de modo.

Embora contenha diversos termos sintáticos, existe apenas uma oração, caracterizando um período simples.

Segundo Celso Cunha e Lindley Cintra (2017), o número de palavras não determina a classificação do período. O critério fundamental é a quantidade de verbos ou locuções verbais existentes no enunciado.

2.5.2 Estrutura do período composto

O período composto apresenta duas ou mais orações articuladas entre si. Cada oração possui seu próprio verbo e desempenha determinado papel na organização global do enunciado.

Considere o exemplo:

Os alunos estudaram e realizaram a avaliação.

A análise estrutural identifica:

Primeira oração:

- **Os alunos** – sujeito;
- **estudaram** – predicado verbal.

Segunda oração:

- (sujeito oculto: **os alunos**);
- **realizaram a avaliação** – predicado verbal.

As duas orações são independentes sintaticamente e estão ligadas pela conjunção coordenativa **e**, formando um período composto por coordenação.

2.5.3 Relações estruturais entre as orações

A análise estrutural do período composto busca identificar o tipo de relação existente entre as orações.

Essas relações podem ser:

2.5.3.1 Coordenação

Na coordenação, as orações apresentam autonomia sintática. Nenhuma exerce função gramatical dentro da outra.

Exemplo:

O professor explicou o conteúdo, e os alunos fizeram perguntas.

Estrutura:

Primeira oração:

- O professor
- explicou o conteúdo

Segunda oração:

- os alunos
- fizeram perguntas

Cada oração possui organização sintática própria, sendo ligada apenas por uma relação de sentido estabelecida pela conjunção coordenativa.

Segundo José Carlos de Azeredo (2018), a coordenação permite ampliar o discurso por meio da associação entre proposições independentes, preservando a autonomia estrutural de cada oração.

2.5.3.2 Subordinação

Na subordinação existe dependência sintática entre as orações.

Observe:

Espero que os resultados sejam positivos.

Estrutura:

Oração principal:

- Espero

Oração subordinada substantiva objetiva direta:

- que os resultados sejam positivos

Nesse caso, a segunda oração completa o sentido do verbo **esperar**, exercendo função sintática equivalente à de um objeto direto.

Outro exemplo:

Quando terminou a reunião, os participantes deixaram o auditório.

Estrutura:

Oração subordinada adverbial temporal:

- Quando terminou a reunião

Oração principal:

- os participantes deixaram o auditório

A oração subordinada estabelece uma circunstância temporal em relação à oração principal.

2.5.4 Os constituintes estruturais da oração

Na análise estrutural, cada oração é composta por diferentes constituintes sintáticos organizados hierarquicamente.

Entre eles destacam-se:

- sujeito;
- predicado;
- núcleo do sujeito;
- núcleo do predicado;
- objetos direto e indireto;
- complemento nominal;
- agente da passiva;
- adjuntos adnominais;
- adjuntos adverbiais;
- aposto;
- vocativo.

Cada constituinte desempenha papel específico na organização da informação.

Conforme explica Maria Helena de Moura Neves (2018), a sintaxe contemporânea considera esses elementos como unidades organizadas em torno de relações funcionais, e não apenas como categorias classificatórias.

2.5.4.1 A organização hierárquica dos constituintes

Os estudos linguísticos modernos demonstram que a oração não consiste em uma simples sequência linear de palavras. Ela apresenta organização hierárquica formada por grupos sintáticos denominados sintagmas.

Considere o exemplo:

O jovem pesquisador apresentou excelentes resultados científicos.

Sua estrutura pode ser representada da seguinte maneira:

- Sintagma nominal (sujeito):
 - O jovem pesquisador
- Sintagma verbal (predicado):
 - apresentou excelentes resultados científicos

Dentro do sintagma verbal observa-se outro sintagma nominal:

- excelentes resultados científicos

Essa organização evidencia que os constituintes se agrupam em unidades maiores responsáveis pela construção do significado.

Na perspectiva da Gramática Gerativa, desenvolvida por Noam Chomsky (1978), a estrutura hierárquica constitui um princípio fundamental da sintaxe, permitindo explicar como um conjunto limitado de regras produz um número praticamente infinito de enunciados.

2.5.5 A análise estrutural e a produção de textos

O domínio da análise estrutural dos períodos possui grande relevância para a produção textual. Ao compreender como as orações se relacionam, o escritor torna-se capaz de organizar ideias de maneira lógica, estabelecer relações argumentativas e evitar ambiguidades.

Em textos acadêmicos, por exemplo, períodos excessivamente longos podem comprometer a clareza da exposição. Da mesma forma, uma sucessão de períodos simples pode tornar o texto fragmentado e pouco articulado.

A escolha entre períodos simples e compostos deve considerar o objetivo comunicativo, o gênero textual e o público-alvo. O equilíbrio entre essas estruturas favorece a fluidez da leitura, a progressão temática e a coesão textual.

2.5.5.1 A importância da análise estrutural para o estudo da sintaxe

A análise estrutural dos períodos constitui a base para praticamente todos os conteúdos da sintaxe. É a partir dela que se desenvolvem os estudos sobre coordenação, subordinação, concordância, regência, colocação pronominal, pontuação e organização textual.

No contexto educacional, esse conhecimento contribui para o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes, favorecendo a leitura crítica, a interpretação de textos complexos e a produção de discursos mais claros e precisos.

Além disso, a análise estrutural permite compreender que a organização sintática não ocorre de maneira aleatória. Cada elemento da oração desempenha funções específicas e estabelece relações sistemáticas com os demais constituintes, formando um sistema organizado responsável pela construção dos significados.

Assim, o estudo da estrutura dos períodos ultrapassa a simples classificação gramatical e constitui um instrumento essencial para compreender o funcionamento da língua portuguesa. Ao reconhecer as relações existentes entre orações, constituintes e sintagmas, o estudante desenvolve uma visão integrada da sintaxe, tornando-se capaz de analisar e produzir textos com maior precisão, coesão e eficácia comunicativa.

2.6 TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO: SUJEITO E PREDICADO

Os termos essenciais da oração constituem a base da organização sintática da língua portuguesa, sendo representados pelo sujeito e pelo predicado. Esses elementos estruturam a oração e estabelecem a relação fundamental entre o ser ou elemento sobre o qual se faz uma declaração e aquilo que é afirmado a seu respeito. O estudo desses termos é indispensável para a compreensão do funcionamento da língua, pois permite identificar como os enunciados são organizados e como os sentidos são construídos nos diferentes contextos comunicativos (BECHARA, 2019).

No âmbito da sintaxe, o sujeito é tradicionalmente definido como o termo da oração sobre o qual se declara alguma informação, enquanto o predicado corresponde àquilo que se afirma acerca do sujeito. Entretanto, essa definição deve ser compreendida de maneira contextualizada, considerando que a língua apresenta diferentes estruturas sintáticas que nem sempre seguem modelos rígidos. Conforme destacam Cunha e Cintra (2017), a análise do sujeito deve considerar tanto os aspectos sintáticos quanto os semânticos e discursivos presentes no enunciado.

O sujeito pode ser simples, composto, oculto (ou desinencial), indeterminado ou inexistente, conforme sua estrutura e sua identificação na oração. O sujeito simples possui apenas um núcleo, como na oração "O professor explicou o conteúdo". Já o sujeito composto apresenta dois ou mais núcleos, como em "Os alunos e os professores participaram da reunião". Essas classificações auxiliam na compreensão das

relações de concordância verbal e nominal, fundamentais para a construção da norma-padrão da língua portuguesa (CEGALLA, 2020).

O sujeito oculto ocorre quando não está expresso na oração, mas pode ser identificado pela desinência verbal ou pelo contexto discursivo. Na oração "Estudamos para a prova", por exemplo, compreende-se que o sujeito corresponde ao pronome "nós", ainda que não esteja explicitamente mencionado. Segundo Azeredo (2018), esse tipo de construção demonstra que a língua portuguesa permite a omissão do sujeito quando sua identificação é recuperável pelo contexto gramatical ou comunicativo.

Outra classificação importante é o sujeito indeterminado, empregado quando o falante não deseja ou não pode identificar o agente da ação verbal. Esse fenômeno ocorre, por exemplo, em construções com o verbo na terceira pessoa do plural sem referência explícita ao sujeito ("Disseram que haverá mudanças") ou com o índice de indeterminação do sujeito representado pela partícula "se", acompanhando verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação ("Precisa-se de profissionais qualificados"). Essas construções revelam a flexibilidade da língua na organização das informações e são frequentes tanto na linguagem formal quanto na cotidiana (BECHARA, 2019).

Há ainda as orações sem sujeito, também denominadas de sujeito inexistente. Nesses casos, o verbo não admite um sujeito sintático, como ocorre com os verbos que expressam fenômenos da natureza ("Choveu muito ontem"), com o verbo "haver" no sentido de existir ("Há muitos livros na biblioteca") e com o verbo "fazer" indicando tempo decorrido ("Faz três anos que iniciou a pesquisa"). Conforme observam Cunha e Cintra (2017), essas estruturas representam particularidades importantes da sintaxe portuguesa e frequentemente constituem objeto de dúvidas no ensino da gramática.

O predicado, por sua vez, corresponde ao termo da oração que contém a informação declarada sobre o sujeito. Seu núcleo é sempre um verbo ou uma locução verbal, responsável por estabelecer a predicação. A classificação do predicado depende da função exercida pelo verbo na oração e pode ser dividida em predicado verbal, predicado nominal e predicado verbo-nominal (CEGALLA, 2020).

O predicado verbal caracteriza-se pela presença de verbos significativos, isto é, verbos que expressam ação, fenômeno ou acontecimento. Nessa estrutura, o núcleo do predicado é o verbo, como em "Os estudantes realizaram a atividade". Já o predicado nominal apresenta como núcleo um nome, geralmente um adjetivo ou substantivo, ligado ao sujeito por meio de um verbo de ligação, como em "Os estudantes estavam atentos". Nesse caso, o elemento principal da informação é o predicativo do sujeito, responsável por atribuir uma característica ao sujeito da oração (BECHARA, 2019).

O predicado verbo-nominal reúne simultaneamente características dos dois tipos anteriores. Nele, há um verbo significativo acompanhado de um predicativo que atribui uma qualidade ao sujeito ou ao objeto. Um exemplo é a oração "Os alunos terminaram a atividade satisfeitos". Nessa construção, o verbo indica a ação realizada, enquanto o predicativo acrescenta uma característica ao sujeito após a realização

da ação. Segundo Azeredo (2018), essa modalidade de predicado evidencia a riqueza das possibilidades sintáticas da língua portuguesa e amplia os recursos expressivos da comunicação.

Sob a perspectiva da linguística aplicada ao ensino, o estudo dos termos essenciais da oração deve estar articulado às práticas reais de leitura e produção textual. A aprendizagem da sintaxe torna-se mais significativa quando os estudantes analisam a organização das orações em diferentes gêneros discursivos, compreendendo como as escolhas linguísticas influenciam os efeitos de sentido produzidos nos textos (ANTUNES, 2014).

Essa abordagem encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino da gramática integrado às práticas de linguagem, favorecendo a reflexão sobre os usos da língua em situações concretas de comunicação. O documento enfatiza que os conhecimentos gramaticais devem contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa, da argumentação, da leitura crítica e da produção textual, superando práticas pedagógicas centradas exclusivamente na memorização de classificações (BRASIL, 2018).

Além do aspecto normativo, o estudo do sujeito e do predicado contribui para o desenvolvimento da consciência linguística dos estudantes. Ao compreender como esses elementos organizam as informações dentro da oração, o aprendiz desenvolve maior capacidade de interpretar textos, identificar ambiguidades, estabelecer relações sintáticas e produzir enunciados mais claros e coerentes. Koch e Elias (2018) ressaltam que a competência textual depende, em grande medida, da compreensão das relações sintáticas que estruturam os diferentes gêneros discursivos.

Dessa forma, o ensino dos termos essenciais da oração representa um dos pilares da educação linguística, pois oferece fundamentos para a compreensão da sintaxe, da concordância, da regência e da organização textual. Quando trabalhados de maneira contextualizada, esses conhecimentos deixam de ser apenas conteúdos gramaticais e passam a constituir instrumentos efetivos para o desenvolvimento das competências comunicativas, da leitura crítica e da escrita proficiente.

2.7 TERMOS INTEGRANTES E TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO

A organização sintática da língua portuguesa não se limita aos termos essenciais da oração. Além do sujeito e do predicado, existem elementos que complementam ou ampliam o significado dos enunciados, desempenhando funções específicas na construção dos sentidos. Esses elementos são classificados como termos integrantes e termos acessórios da oração. Seu estudo é indispensável para a compreensão da estrutura sintática, uma vez que evidencia como as relações estabelecidas entre palavras e expressões contribuem para a clareza, a precisão e a expressividade da comunicação (BECHARA, 2019).

Os termos integrantes da oração são aqueles que completam o sentido de determinados verbos ou nomes, tornando possível a construção de enunciados semanticamente completos. Integram esse grupo os

complementos verbais — objeto direto e objeto indireto —, o complemento nominal e o agente da passiva. Conforme Cunha e Cintra (2017), esses termos exercem papel essencial na estrutura da oração, pois determinados verbos e nomes exigem complementos para que seu significado seja plenamente compreendido.

O objeto direto é o complemento de um verbo transitivo direto e caracteriza-se por ligar-se ao verbo sem a necessidade de preposição obrigatória. Na oração "O professor explicou o conteúdo", a expressão "o conteúdo" funciona como objeto direto, completando o sentido do verbo "explicar". Já o objeto indireto completa o sentido dos verbos transitivos indiretos e é introduzido por preposição obrigatória. Em "Os alunos necessitam de orientação", a expressão "de orientação" constitui objeto indireto por complementar o verbo mediante a preposição "de" (CEGALLA, 2020).

A distinção entre objeto direto e objeto indireto ultrapassa a classificação gramatical, pois está diretamente relacionada ao fenômeno da regência verbal. Conhecer a regência dos verbos permite empregar corretamente as preposições exigidas pela norma-padrão e evita construções inadequadas que comprometem a clareza da comunicação. Segundo Bechara (2019), a regência verbal representa uma das áreas mais importantes da sintaxe normativa, estabelecendo relações de dependência entre verbos e seus complementos.

Outro termo integrante é o complemento nominal, definido como o termo que completa o sentido de nomes, como substantivos, adjetivos e advérbios, geralmente por meio de preposição. Em construções como "A necessidade de estudo é evidente", a expressão "de estudo" completa o significado do substantivo "necessidade". Para Azeredo (2018), o complemento nominal evidencia que a complementação sintática não ocorre apenas em relação aos verbos, mas também aos elementos nominais presentes na oração.

Também integra esse grupo o agente da passiva, termo que indica quem pratica a ação verbal nas orações construídas na voz passiva analítica. Na oração "O livro foi escrito pelo autor", a expressão "pelo autor" exerce a função de agente da passiva. Embora nem todas as orações na voz passiva apresentem esse elemento de forma explícita, sua identificação favorece a compreensão das relações sintáticas entre sujeito, verbo e agente da ação (CUNHA; CINTRA, 2017).

Diferentemente dos termos integrantes, os termos acessórios não são indispensáveis para a estrutura sintática da oração, mas desempenham importante função na ampliação e no detalhamento das informações. São classificados como adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto. Embora possam ser retirados sem comprometer a estrutura essencial da oração, sua presença contribui significativamente para a riqueza expressiva da linguagem (BECHARA, 2019).

O adjunto adnominal acompanha um substantivo para caracterizá-lo, determiná-lo ou especificá-lo. Podem exercer essa função artigos, pronomes, numerais, adjetivos e locuções adjetivas. Na expressão "Os novos livros chegaram", os termos "os" e "novos" funcionam como adjuntos adnominais do substantivo

"livros". Segundo Cegalla (2020), esse termo exerce importante papel na precisão das informações, delimitando o referente do substantivo.

O adjunto adverbial, por sua vez, modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, indicando circunstâncias como tempo, lugar, modo, intensidade, causa, finalidade, condição, companhia, instrumento, entre diversas outras. Em "Os alunos estudaram cuidadosamente durante a manhã", as expressões "cuidadosamente" e "durante a manhã" exercem função de adjuntos adverbiais, acrescentando circunstâncias de modo e de tempo. Conforme Azeredo (2018), os adjuntos adverbiais ampliam as possibilidades descritivas da língua e tornam os textos mais precisos e informativos.

O aposto é outro termo acessório de grande relevância para a organização textual. Sua função consiste em explicar, resumir, identificar ou especificar outro termo da oração. Em "Machado de Assis, importante escritor brasileiro, é referência da literatura nacional", a expressão "importante escritor brasileiro" exerce função de aposto explicativo. Esse recurso é amplamente empregado em textos acadêmicos, científicos e jornalísticos por favorecer a precisão das informações e facilitar a compreensão do leitor (CUNHA; CINTRA, 2017).

Embora tradicionalmente classificado entre os termos acessórios, o vocativo ocupa posição diferenciada na análise sintática. Sua função consiste em identificar ou chamar o interlocutor durante o processo comunicativo, sem estabelecer relação sintática direta com o verbo da oração. Em "Alunos, iniciem a atividade", o termo "Alunos" constitui vocativo. Conforme Bechara (2019), sua função é predominantemente discursiva, estabelecendo contato entre emissor e receptor.

No contexto do ensino da língua portuguesa, a abordagem dos termos integrantes e acessórios deve estar associada às práticas de leitura e produção textual. Em vez de restringir-se à identificação mecânica das funções sintáticas, é importante que os estudantes compreendam como esses elementos contribuem para a construção dos sentidos, para a organização das ideias e para a adequação da linguagem aos diferentes contextos comunicativos (ANTUNES, 2014).

Essa perspectiva é reforçada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe o ensino da análise linguística de forma integrada às práticas sociais de linguagem. O documento orienta que os conteúdos gramaticais sejam trabalhados em situações concretas de uso, favorecendo a reflexão sobre as escolhas linguísticas realizadas pelos falantes e escritores em diferentes gêneros textuais (BRASIL, 2018).

Além disso, o domínio dos termos integrantes e acessórios fortalece competências relacionadas à interpretação textual, à escrita e à revisão de textos. Koch e Elias (2018) afirmam que a compreensão das relações sintáticas permite ao estudante perceber como a organização dos constituintes da oração interfere diretamente na produção dos efeitos de sentido e na progressão textual.

Dessa forma, o estudo dos termos integrantes e acessórios representa etapa fundamental na aprendizagem da sintaxe da língua portuguesa. Esses elementos revelam que a organização das orações

depende não apenas dos termos essenciais, mas também das relações de complementação e expansão que tornam a linguagem mais precisa, expressiva e adequada às diferentes situações de comunicação. Assim, seu ensino contribui para o desenvolvimento da competência linguística, da leitura crítica e da produção de textos coesos, coerentes e gramaticalmente bem estruturados.

2.8 COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: RELAÇÕES SINTÁTICAS ENTRE ORAÇÕES

O estudo da coordenação e da subordinação representa uma etapa fundamental na compreensão da sintaxe do período composto, pois evidencia as diferentes formas de articulação entre as orações que constituem um texto. Essas relações sintáticas permitem organizar ideias de maneira lógica, estabelecer vínculos de dependência ou de autonomia entre enunciados e conferir maior precisão, clareza e riqueza argumentativa à comunicação escrita e oral. Assim, compreender os mecanismos de coordenação e subordinação é essencial para o desenvolvimento da competência linguística e da produção textual (BECHARA, 2019).

O período composto caracteriza-se pela presença de duas ou mais orações. Essas orações podem relacionar-se por coordenação, quando possuem independência sintática, ou por subordinação, quando uma delas depende estruturalmente da outra para completar ou ampliar seu significado. Segundo Cunha e Cintra (2017), essa distinção constitui um dos princípios fundamentais da análise sintática da língua portuguesa, pois revela diferentes formas de organização do pensamento na linguagem.

As orações coordenadas são sintaticamente independentes, ou seja, apresentam estrutura completa e poderiam existir isoladamente sem prejuízo gramatical. Entretanto, quando reunidas em um mesmo período, estabelecem relações de sentido que enriquecem a comunicação. Conforme Cegalla (2020), a coordenação evidencia uma relação de equivalência entre as orações, sem que uma exerça função sintática sobre a outra.

As orações coordenadas classificam-se em assindéticas e sindéticas. As coordenadas assindéticas aparecem justapostas, sem a presença de conjunções coordenativas. Um exemplo é: "O professor explicou o conteúdo, os alunos realizaram os exercícios." Já as coordenadas sindéticas são introduzidas por conjunções que indicam diferentes relações semânticas, como adição, oposição, alternância, conclusão e explicação. Essas conjunções desempenham importante papel na coesão textual e na organização lógica das ideias (BECHARA, 2019).

As orações coordenadas sindéticas aditivas expressam soma de ideias, sendo frequentemente introduzidas pelas conjunções "e", "nem" e "bem como". As adversativas estabelecem oposição ou contraste, utilizando conectivos como "mas", "porém", "todavia" e, “contudo”. As alternativas indicam possibilidade de escolha, por meio de conjunções como "ou", "ora... ora" e "quer... quer". As conclusivas exprimem consequência lógica, geralmente introduzidas por "logo", "portanto", "assim" e "por

consequente". Já as explicativas apresentam justificativas ou esclarecimentos, sendo introduzidas por conectivos como "porque", "que" e "pois", quando empregados com valor explicativo (CEGALLA, 2020).

Enquanto a coordenação estabelece relações entre orações independentes, a subordinação caracteriza-se pela dependência sintática. Nesse tipo de estrutura, uma oração principal apresenta sentido relativamente completo, enquanto a oração subordinada desempenha função sintática em relação à principal, funcionando como termo integrante ou acessório da oração. Segundo Azeredo (2018), essa relação de dependência amplia significativamente as possibilidades expressivas da língua, permitindo maior detalhamento das informações e organização mais sofisticada do discurso.

As orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, conforme a função sintática desempenhada. As subordinadas substantivas exercem funções equivalentes às dos substantivos, podendo atuar como sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo ou aposto. Na oração "É importante que os alunos estudem", o segmento "que os alunos estudem" exerce função de sujeito da oração principal (CUNHA; CINTRA, 2017).

As orações subordinadas adjetivas exercem função semelhante à dos adjetivos, qualificando ou especificando um substantivo antecedente. Introduzidas geralmente pelos pronomes relativos "que", "quem", "cujo", "onde" e outros, podem ser classificadas em restritivas ou explicativas. As restritivas delimitam o significado do antecedente, enquanto as explicativas acrescentam uma informação acessória, normalmente destacada por vírgulas. Essa distinção interfere diretamente na interpretação textual e na construção dos sentidos (BECHARA, 2019).

Já as orações subordinadas adverbiais exercem função semelhante aos adjuntos adverbiais, exprimindo circunstâncias de causa, consequência, finalidade, condição, concessão, conformidade, comparação, proporção, tempo, lugar e modo. Em "Embora estivesse cansado, continuou trabalhando", a oração subordinada adverbial concessiva estabelece uma relação de contraste entre a circunstância apresentada e a ação principal. Conforme Cegalla (2020), essas construções são fundamentais para a elaboração de textos argumentativos e científicos, pois permitem organizar raciocínios complexos com maior precisão.

Sob a perspectiva textual, as relações de coordenação e subordinação desempenham papel decisivo na construção da coesão e da coerência. Koch e Elias (2018) destacam que os conectivos responsáveis por essas relações funcionam como operadores argumentativos, orientando a interpretação do leitor e estabelecendo vínculos lógicos entre as diferentes informações do texto. Dessa forma, o domínio das estruturas sintáticas favorece tanto a compreensão quanto a produção de textos de diferentes gêneros.

No ensino da língua portuguesa, o estudo dessas relações deve ocorrer de forma contextualizada, privilegiando a análise de textos autênticos e situações reais de comunicação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que a aprendizagem da sintaxe esteja integrada às práticas de leitura, escrita,

oralidade e análise linguística, promovendo o desenvolvimento da competência discursiva e da reflexão sobre os usos da linguagem (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, Antunes (2014) argumenta que o ensino da gramática precisa ultrapassar a simples classificação de orações, priorizando a compreensão de como os recursos sintáticos contribuem para a organização do pensamento, para a construção da argumentação e para a produção de sentidos. O estudante deve compreender não apenas as regras gramaticais, mas também as funções comunicativas desempenhadas pelas diferentes estruturas sintáticas.

Além disso, o domínio das relações entre coordenação e subordinação contribui significativamente para a melhoria da escrita acadêmica, da interpretação de textos e da competência argumentativa. A utilização adequada dessas estruturas possibilita maior variedade na construção dos períodos, evita repetições desnecessárias e favorece a elaboração de textos mais articulados, claros e coerentes.

Portanto, o estudo da coordenação e da subordinação constitui um dos eixos centrais da sintaxe da língua portuguesa. Ao compreender as relações de independência e dependência entre as orações, o estudante desenvolve competências essenciais para a leitura crítica, para a produção textual e para a análise linguística, consolidando uma formação gramatical que ultrapassa a memorização de regras e se orienta para o uso consciente e eficaz da linguagem em diferentes contextos sociais e acadêmicos.

CAPÍTULO 3 – CONCORDÂNCIA

3.1 CONCORDÂNCIA VERBAL

A concordância verbal constitui um dos princípios fundamentais da organização sintática da língua portuguesa, sendo responsável pela relação de concordância estabelecida entre o verbo e o sujeito da oração. Essa relação exige que o verbo flexione em número (singular ou plural) e pessoa (primeira, segunda ou terceira), de acordo com o núcleo do sujeito. O domínio dessa regra favorece a construção de enunciados gramaticalmente corretos, além de contribuir para a clareza, a coesão e a precisão da comunicação escrita e oral.

Segundo Bechara (2019), a concordância verbal é o mecanismo pelo qual o verbo adapta sua flexão às características morfológicas do sujeito, constituindo um dos elementos essenciais para a organização lógica da oração. Essa adequação permite ao interlocutor identificar corretamente a relação existente entre os constituintes sintáticos, favorecendo a interpretação do enunciado.

Para Cunha e Cintra (2017), a concordância verbal representa um importante recurso de coesão sintática, pois estabelece vínculos estruturais entre sujeito e predicado. A ausência dessa concordância pode comprometer não apenas a correção gramatical, mas também a compreensão da mensagem, sobretudo em textos acadêmicos, científicos e administrativos, nos quais a precisão linguística é indispensável.

Do ponto de vista sintático, a regra geral determina que o verbo concorde com o núcleo do sujeito. Quando o sujeito é simples, formado por um único núcleo, o verbo assume a flexão correspondente.

Exemplos:

- O estudante realizou a pesquisa.
- Os estudantes realizaram a pesquisa.
- A professora explicou o conteúdo.
- As crianças participaram da atividade.

Nesses exemplos, observa-se que o verbo acompanha a flexão de número do sujeito, estabelecendo perfeita concordância entre ambos.

Entretanto, a língua portuguesa apresenta diversas situações particulares que exigem conhecimento mais aprofundado das regras gramaticais. Entre elas destacam-se os sujeitos compostos, os sujeitos pospostos ao verbo, os coletivos, as expressões partitivas, as porcentagens, os pronomes de tratamento, as expressões de quantidade e determinados casos facultativos previstos pela norma-padrão.

3.1.1 Concordância com sujeito composto

Quando o sujeito é composto e aparece antes do verbo, este normalmente permanece no plural.

Exemplos:

- O professor e os alunos organizaram o seminário.
- A pesquisa e a extensão fortalecem a universidade.

- O livro e o caderno estavam sobre a mesa.

De acordo com Rocha Lima (2011), quando os núcleos do sujeito representam elementos coordenados, o verbo deve assumir obrigatoriamente o plural, pois a ação é atribuída simultaneamente a todos os componentes do sujeito.

Quando o sujeito composto aparece depois do verbo, há duas possibilidades admitidas pela norma culta:

- o verbo permanece no plural;
- ou concorda apenas com o núcleo mais próximo.

Exemplos:

- Chegaram o diretor e os professores.
- Chegou o diretor e os professores.

Embora ambas as construções sejam aceitas, a concordância no plural é considerada preferível na linguagem formal (Bechara, 2019).

3.1.2 Concordância com sujeitos ligados por "ou"

Quando a conjunção "ou" indica exclusão, o verbo permanece no singular.

Exemplos:

- Pedro ou João será escolhido.
- O diretor ou o coordenador fará o pronunciamento.

Quando há ideia de adição ou equivalência, utiliza-se o plural.

Exemplos:

- O calor ou a umidade provocam desconforto.
- A ansiedade ou o medo dificultam o desempenho.

Conforme Azeredo (2018), o sentido expresso pela conjunção exerce papel decisivo na determinação da concordância verbal.

3.1.3 Concordância com sujeito coletivo

Os substantivos coletivos normalmente exigem verbo no singular.

Exemplos:

- A multidão ocupou a praça.
- A equipe venceu a competição.
- O rebanho atravessou a estrada.

Todavia, quando o coletivo é seguido de expressão especificadora no plural, admite-se também a concordância no plural em determinados contextos.

Exemplos:

- A maioria dos estudantes participou da pesquisa.
- A maioria dos estudantes participaram da pesquisa.

Segundo Cunha e Cintra (2017), ambas as construções são aceitas, embora a concordância com o núcleo "maioria" seja geralmente preferida em textos formais.

3.1.4 Concordância com expressões partitivas

Expressões como "grande parte de", "a maior parte de", "boa parte de", "metade de" admitem duas possibilidades de concordância.

Exemplos:

- Grande parte dos alunos compareceu.
- Grande parte dos alunos compareceram.

As duas formas encontram respaldo na tradição gramatical, dependendo da intenção comunicativa do falante (Bechara, 2019).

3.1.5 Concordância com porcentagens

Quando acompanhadas de substantivo, as porcentagens normalmente determinam a concordância com esse substantivo.

Exemplos:

- 30% dos candidatos foram aprovados.
- 1% da população vive nessa região.
- 90% dos professores participaram da formação.

Sem substantivo expreso, a concordância ocorre com o numeral.

Exemplos:

- 20% compareceram.
- 1% compareceu.

3.1.6 Concordância com pronomes de tratamento

Os pronomes de tratamento exigem verbo na terceira pessoa.

Exemplos:

- Vossa Excelência decidirá a questão.
- Vossa Senhoria recebeu os documentos.
- Sua Excelência participou da cerimônia.

Embora se refiram ao interlocutor, esses pronomes possuem tratamento sintático equivalente à terceira pessoa (Rocha Lima, 2011).

3.1.7 Concordância com expressões de quantidade

Expressões como "mais de um", "menos de dois", "cerca de", "aproximadamente" apresentam regras específicas.

Normalmente, "mais de um" exige verbo no singular.

Exemplo:

- Mais de um estudante faltou à aula.

Quando há ideia de reciprocidade ou repetição, utiliza-se o plural.

Exemplos:

- Mais de um pesquisador discutiram entre si.
- Mais de um atleta participaram das entrevistas.

3.1.8 Concordância com o verbo "haver"

Quando empregado no sentido de existir ou ocorrer, o verbo "haver" é impessoal e permanece obrigatoriamente no singular.

Exemplos:

- Havia muitos estudantes na biblioteca.
- Houve diversos acidentes.
- Há excelentes oportunidades.

Segundo Bechara (2019), por tratar-se de verbo impessoal, não admite sujeito, razão pela qual permanece invariável.

3.1.9 Concordância com o verbo "fazer"

O verbo "fazer", indicando tempo decorrido ou fenômenos da natureza, também permanece no singular.

Exemplos:

- Faz cinco anos que estudo sintaxe.
- Faz muitos dias que não chove.
- Fez muito frio ontem.

Essa construção caracteriza igualmente um emprego impessoal do verbo.

3.1.11 Concordância verbal e produção textual

No contexto da produção textual, a concordância verbal assume papel decisivo na construção da credibilidade do texto. Em trabalhos científicos, artigos acadêmicos, documentos oficiais e produções escolares, desvios de concordância comprometem a qualidade da escrita e podem prejudicar a compreensão do leitor.

Antunes (2014) destaca que o ensino da concordância verbal deve ultrapassar a simples memorização de regras, promovendo a reflexão sobre o funcionamento da língua em situações reais de comunicação. Nessa perspectiva, a análise de textos autênticos favorece o desenvolvimento da competência linguística e da consciência sintática dos estudantes.

Assim, compreender os princípios da concordância verbal significa desenvolver não apenas conhecimentos normativos, mas também habilidades de leitura, interpretação e produção textual. O estudo sistemático desse conteúdo fortalece a competência comunicativa, amplia o domínio da norma-padrão e contribui para o uso mais eficiente da língua portuguesa em diferentes contextos sociais, acadêmicos e profissionais.

3.2 CASOS PARTICULARES DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Embora a regra geral da concordância verbal determine que o verbo concorde em número e pessoa com o núcleo do sujeito, a língua portuguesa apresenta diversas situações específicas que exigem uma análise mais criteriosa da estrutura sintática. Esses casos particulares decorrem de aspectos semânticos, estilísticos e históricos da língua, sendo amplamente descritos pelas gramáticas normativas. O conhecimento dessas construções é indispensável para a produção de textos formais e para o domínio da norma-padrão.

Segundo Bechara (2019), a concordância verbal não deve ser compreendida apenas como um conjunto de regras rígidas, mas como um sistema que procura harmonizar a estrutura sintática com os sentidos produzidos no discurso. Em muitos casos, a intenção comunicativa e a organização dos constituintes da oração influenciam diretamente a flexão verbal.

3.2.1 Concordância com a expressão "um dos que"

Quando o sujeito é formado pela expressão **"um dos que"**, o verbo da oração subordinada costuma permanecer no plural, pois retoma o pronome relativo "que", cujo referente corresponde ao grupo mencionado anteriormente.

Exemplos:

- João é um dos alunos que mais estudam.
- Maria foi uma das pesquisadoras que participaram do projeto.

- Este é um dos livros que melhor explicam a sintaxe.

Entretanto, admite-se também o verbo no singular quando se deseja destacar apenas o elemento individual referido pelo sujeito.

Exemplo:

- João é um dos alunos que mais estuda.

Segundo Cunha e Cintra (2017), embora ambas as construções sejam registradas pela tradição gramatical, o emprego do plural é predominante na norma culta.

3.2.2 Concordância com expressões "qual de nós", "qual de vós"

Nas expressões interrogativas ou exclamativas iniciadas por **"qual de nós"**, **"qual de vós"**, **"quem de nós"** e semelhantes, o verbo permanece normalmente na terceira pessoa do singular.

Exemplos:

- Qual de nós responderá à pergunta?
- Quem de vocês participou da pesquisa?
- Qual de vós conhece essa teoria?

Caso haja predicativo relacionado à primeira ou segunda pessoa, esse elemento pode concordar com o pronome correspondente, sem alterar a flexão verbal.

3.2.3 Concordância com pronomes relativos

Quando o sujeito contém um pronome relativo, a concordância ocorre com o antecedente desse pronome.

Exemplos:

- Fui eu que organizei a reunião.
- Fomos nós que realizamos a pesquisa.
- És tu que conduzes a apresentação.

Na linguagem corrente, também é frequente a construção com o verbo na terceira pessoa do singular:

- Fui eu que organizou a reunião.

Entretanto, conforme Rocha Lima (2011), a concordância com o antecedente é considerada mais adequada na modalidade escrita formal.

3.2.4 Concordância com a expressão "cada um"

Quando o sujeito é formado pela expressão **"cada um"**, o verbo permanece obrigatoriamente no singular.

Exemplos:

- Cada um apresentou seu trabalho.
- Cada aluno recebeu o certificado.
- Cada pesquisador contribuiu para o estudo.

Mesmo que haja complemento no plural, a flexão verbal continua no singular, pois o núcleo do sujeito permanece sendo "cada".

3.2.5 Concordância com "nenhum de", "algum de", "qualquer de"

Essas expressões exigem, em regra, verbo no singular.

Exemplos:

- Nenhum dos participantes faltou.
- Algum dos candidatos será convocado.
- Qualquer dos alunos poderá responder.

O verbo concorda com o pronome indefinido que constitui o núcleo do sujeito.

3.2.6 Concordância com nomes próprios no plural

Quando o sujeito corresponde a nomes próprios empregados no plural e acompanhados de artigo, o verbo normalmente assume a forma plural.

Exemplos:

- Os Estados Unidos ampliaram suas exportações.
- Os Andes estendem-se por vários países.
- As Filipinas desenvolveram o turismo.

Quando o nome próprio aparece sem artigo, o verbo pode permanecer no singular, dependendo da tradição de uso.

Exemplo:

- Minas Gerais possui grande diversidade cultural.

Bechara (2019) observa que a presença ou ausência do artigo frequentemente influencia a concordância verbal nesses casos.

3.2.7 Concordância com títulos de obras

Quando o sujeito corresponde ao título de uma obra, o verbo normalmente permanece no singular.

Exemplos:

- "Os Lusíadas" tornou-se uma das maiores obras da literatura portuguesa.
- "Memórias Póstumas de Brás Cubas" revolucionou o romance brasileiro.

A concordância considera o título como uma unidade semântica.

3.2.8 Concordância com expressões numéricas

Quando o sujeito contém numerais, a concordância depende da estrutura da expressão.

Exemplos:

- Dois milhões de pessoas participaram da campanha.
- Um milhão de habitantes vive na região.
- Vinte por cento dos alunos compareceram.

Nessas construções, o verbo geralmente concorda com o núcleo efetivo do sujeito ou com o termo determinado pela expressão quantitativa.

3.2.9 Concordância com sujeitos resumidos

Quando diversos sujeitos são resumidos por pronomes como **tudo**, **nada**, **isso** ou **aquilo**, o verbo concorda com o pronome resumidor.

Exemplos:

- O trabalho, o esforço e a dedicação garantiram o sucesso; tudo contribuiu para o excelente resultado.
- A pesquisa, os dados e a análise foram apresentados; isso demonstrou o rigor científico do estudo.

Essa construção evita repetições e contribui para a coesão textual.

3.2.10 Concordância por atração

A concordância por atração ocorre quando o verbo concorda com um termo mais próximo, e não necessariamente com o núcleo sintático do sujeito. Embora seja encontrada em textos literários e na linguagem oral, seu emprego deve ser criterioso na escrita formal.

Exemplos:

- Chegou o diretor e os professores.
- Vieram o coordenador e os estudantes.

Na produção acadêmica recomenda-se privilegiar a concordância que reflita claramente a estrutura sintática da oração, reduzindo ambiguidades (Azeredo, 2018).

3.2.11 Concordância verbal e adequação linguística

O domínio dos casos particulares da concordância verbal representa importante etapa da formação linguística, pois amplia a capacidade de interpretar e produzir textos de acordo com diferentes contextos comunicativos. Em ambientes acadêmicos, jurídicos, administrativos e científicos, o emprego adequado dessas construções evidencia domínio da norma-padrão e fortalece a credibilidade do texto.

Conforme Antunes (2014), o ensino da concordância verbal deve partir da observação do funcionamento da língua em situações reais de comunicação, permitindo que o estudante compreenda não apenas as regras gramaticais, mas também os efeitos de sentido produzidos pelas diferentes possibilidades de concordância. Dessa forma, o aprendizado torna-se mais significativo, favorecendo o desenvolvimento da competência comunicativa e da consciência sintática.

3.4 CONCORDÂNCIA NOMINAL

A concordância nominal consiste no princípio gramatical segundo o qual as palavras que acompanham um substantivo devem ajustar-se a ele em gênero (masculino ou feminino) e número (singular ou plural). Esse mecanismo estabelece relações de dependência entre o substantivo e seus determinantes ou modificadores, como artigos, adjetivos, pronomes, numerais e participípios, contribuindo para a organização sintática, a clareza textual e a precisão semântica dos enunciados.

Na língua portuguesa, a concordância nominal desempenha papel essencial na construção da coesão interna da oração, pois assegura que os elementos relacionados ao substantivo mantenham uniformidade morfológica. Segundo Bechara (2019), a concordância nominal constitui um dos processos responsáveis pela harmonia estrutural da frase, permitindo que os constituintes sintáticos estabeleçam relações claras e coerentes entre si.

De acordo com Cunha e Cintra (2017), a concordância nominal não se limita ao cumprimento de regras gramaticais, mas participa diretamente da organização do sentido. A adequação entre substantivos e seus modificadores facilita a interpretação do texto e reduz ambiguidades, especialmente em contextos formais, científicos e acadêmicos, nos quais a precisão linguística é indispensável.

3.4.1 Conceito de concordância nominal

A concordância nominal ocorre quando os termos que caracterizam, determinam ou especificam um substantivo flexionam-se para acompanhar suas características gramaticais.

Observe os exemplos:

- O aluno dedicado apresentou excelente desempenho.
- A aluna dedicada apresentou excelente desempenho.
- Os alunos dedicados participaram do seminário.
- As alunas dedicadas participaram do congresso.

Nos exemplos acima, o artigo e o adjetivo concordam em gênero e número com o substantivo "aluno", estabelecendo uma relação sintática coerente.

Segundo Rocha Lima (2011), essa concordância constitui um dos elementos fundamentais da estrutura da oração, pois evidencia as relações entre núcleo e termos subordinados.

3.4.2 Elementos que realizam concordância nominal

Diversas classes gramaticais participam da concordância nominal, entre elas:

- artigos;
- adjetivos;
- pronomes adjetivos;
- numerais;
- participípios empregados como adjetivos;
- locuções adjetivas.

Cada um desses elementos adapta sua forma às características do substantivo ao qual se refere.

Exemplos:

- Os novos livros chegaram.
- Aquelas excelentes pesquisadoras receberam homenagem.
- As duas primeiras etapas foram concluídas.
- Os documentos assinados foram arquivados.

Essa flexão conjunta reforça a unidade sintática da oração.

3.4.3 Regra geral da concordância nominal

A regra básica estabelece que todos os modificadores do substantivo concordem com ele em gênero e número.

Exemplos:

- A professora competente organizou a reunião.
- Os pesquisadores experientes apresentaram os resultados.
- As atividades escolares foram concluídas.

Essa regra aplica-se à maior parte das construções da língua portuguesa e representa o princípio central da concordância nominal.

3.4.4 Concordância do adjetivo com um único substantivo

Quando o adjetivo se refere a apenas um substantivo, a concordância é obrigatória.

Exemplos:

- O relatório completo foi entregue.
- A pesquisa completa foi publicada.
- Os relatórios completos foram analisados.
- As pesquisas completas receberam parecer favorável.

Nesse caso, a flexão ocorre integralmente em gênero e número.

3.4.5 Concordância do adjetivo com mais de um substantivo

Quando um mesmo adjetivo caracteriza dois ou mais substantivos, a concordância varia conforme sua posição na oração.

3.4.5.1 Adjetivo posposto aos substantivos

Se o adjetivo aparece depois de substantivos de gêneros diferentes, prevalece o masculino plural.

Exemplos:

- O professor e a coordenadora estavam satisfeitos.
- A pesquisa e o relatório foram concluídos.
- O livro e a apostila estavam organizados.

Quando os substantivos possuem o mesmo gênero, o adjetivo assume esse gênero no plural.

Exemplos:

- A professora e a diretora estavam satisfeitas.
- O aluno e o pesquisador permaneceram atentos.

Segundo Bechara (2019), essa regra decorre da tradição gramatical da língua portuguesa e busca assegurar uniformidade na estrutura da oração.

3.4.5.2 Adjetivo anteposto aos substantivos

Quando o adjetivo antecede dois substantivos, normalmente concorda com o mais próximo.

Exemplos:

- Bela atitude e comportamento marcaram a cerimônia.
- Excelente professor e pesquisadora participaram do congresso.
- Longa caminhada e reflexão transformaram sua visão.

Essa construção é frequente tanto na linguagem literária quanto na escrita formal.

3.4.6 Concordância dos pronomes adjetivos

Os pronomes adjetivos também acompanham o substantivo em gênero e número.

Exemplos:

- Esta pesquisa foi aprovada.
- Estes trabalhos foram publicados.
- Aquela professora participou do evento.
- Aquelas pesquisadoras apresentaram excelente desempenho.

Segundo Azeredo (2018), os pronomes determinantes desempenham função importante na delimitação do referente, razão pela qual devem concordar plenamente com o substantivo.

3.4.7 Concordância dos numerais

Os numerais ordinais variam em gênero e número.

Exemplos:

- Primeiro capítulo.
- Primeira unidade.
- Segundos encontros.
- Segundas avaliações.

Os numerais cardinais geralmente permanecem invariáveis, exceto "um" e "dois", que apresentam flexão de gênero quando empregados em determinadas construções.

Exemplos:

- Um aluno.
- Uma aluna.
- Dois estudantes.
- Duas estudantes.

3.4.8 Concordância dos participípios

Os participípios empregados como adjetivos obedecem às regras da concordância nominal.

Exemplos:

- As portas estavam fechadas.
- Os documentos estavam assinados.
- As pesquisas permaneceram arquivadas.
- Os pareceres foram emitidos.

Quando o participípio integra tempos compostos com os verbos auxiliares "ter" e "haver", permanece invariável.

Exemplos:

- Os alunos haviam concluído o curso.
- As pesquisadoras tinham publicado os artigos.

3.4.9 Concordância nominal e produção textual

Na produção textual, a concordância nominal exerce papel decisivo para a construção da clareza, da coerência e da credibilidade do texto. Em artigos científicos, dissertações, documentos oficiais e demais gêneros acadêmicos, o emprego correto das flexões nominais demonstra domínio da norma-padrão e favorece a compreensão por parte do leitor.

Antunes (2014) ressalta que o ensino da concordância nominal deve ocorrer de forma contextualizada, permitindo que os estudantes compreendam a função comunicativa das flexões gramaticais. Assim, mais do que memorizar regras, o aprendiz desenvolve competência para utilizar os recursos da língua de maneira consciente e adequada às diferentes situações de interação.

Sob essa perspectiva, a concordância nominal representa um elemento estruturante da sintaxe do português, contribuindo para a organização lógica das ideias, para a precisão das relações entre os constituintes da oração e para a qualidade da comunicação escrita e oral. Seu estudo sistemático fortalece a competência linguística e amplia a capacidade de produzir textos coesos, coerentes e compatíveis com as exigências da norma-padrão.

3.5 CONCORDÂNCIA, REGÊNCIA E COLOCAÇÃO PRONOMINAL: ASPECTOS GRAMATICAIIS DA SINTAXE

A sintaxe da língua portuguesa compreende um conjunto de princípios que orientam a organização das palavras nas orações e nos períodos, garantindo clareza, coerência e adequação comunicativa. Entre esses princípios destacam-se a concordância, a regência e a colocação pronominal, elementos fundamentais para a construção de enunciados de acordo com a norma-padrão. Esses aspectos não se restringem ao domínio de regras gramaticais, mas constituem recursos linguísticos que favorecem a precisão dos sentidos e a eficácia da comunicação em diferentes gêneros textuais (BECHARA, 2019).

A concordância refere-se à relação de conformidade estabelecida entre os termos da oração. Divide-se em concordância verbal e concordância nominal, ambas indispensáveis para a organização sintática dos enunciados. Conforme Cunha e Cintra (2017), a concordância representa um mecanismo de coesão interna da oração, assegurando a harmonia entre seus constituintes e contribuindo para a inteligibilidade do discurso.

A concordância verbal consiste na adequação entre o verbo e o sujeito em número e pessoa. Em construções como "Os estudantes realizaram a atividade", o verbo flexiona-se no plural para concordar com o sujeito "os estudantes". Entretanto, a língua portuguesa apresenta situações particulares que exigem maior atenção, como os sujeitos compostos, coletivos, partitivos e expressões quantitativas. Segundo Cegalla (2020), essas estruturas demonstram que a concordância não depende apenas da proximidade entre verbo e sujeito, mas também das relações sintáticas e semânticas estabelecidas na oração.

Entre os casos especiais destacam-se as construções com expressões partitivas, como "A maioria dos alunos participou da pesquisa", nas quais o verbo pode concordar tanto com o núcleo do sujeito ("maioria") quanto com o termo plural ("alunos"), dependendo da intenção comunicativa. Também merecem destaque os verbos impessoais, como o verbo *haver* no sentido de existir e o verbo *fazer* indicando

tempo decorrido, que permanecem obrigatoriamente na terceira pessoa do singular, independentemente da presença de complementos no plural (BECHARA, 2019).

A concordância nominal estabelece a relação entre substantivos e seus determinantes ou qualificadores, como artigos, adjetivos, pronomes e numerais. Em "As excelentes pesquisas foram publicadas", todos os elementos flexionam-se em gênero e número para concordar com o substantivo "pesquisas". Azeredo (2018) destaca que essa modalidade de concordância garante uniformidade às estruturas nominais e favorece a organização lógica do enunciado.

Além das regras gerais, a concordância nominal apresenta casos específicos envolvendo expressões como "anexo", "mesmo", "bastante", "meio", "possível" e locuções adjetivas, frequentemente responsáveis por dúvidas no uso da norma-padrão. O domínio dessas particularidades contribui para a produção de textos acadêmicos mais consistentes e linguisticamente adequados (CEGALLA, 2020).

Outro aspecto essencial da sintaxe é a regência, entendida como a relação de dependência estabelecida entre um termo regente e outro termo regido. Essa relação determina o uso ou não de preposições e organiza os vínculos sintáticos existentes entre verbos, nomes e seus respectivos complementos. Conforme Bechara (2019), a regência constitui importante mecanismo de organização da língua, permitindo que as relações de significado sejam expressas com precisão.

A regência verbal refere-se às exigências estabelecidas pelos verbos em relação aos seus complementos. Verbos transitivos diretos ligam-se ao objeto sem preposição obrigatória, enquanto verbos transitivos indiretos exigem o emprego de preposição específica. Há ainda verbos bitransitivos, que admitem simultaneamente objeto direto e objeto indireto, como em "O professor entregou o certificado aos estudantes". O conhecimento dessas relações é indispensável para evitar desvios linguísticos que comprometam a clareza textual (CUNHA; CINTRA, 2017).

A regência nominal, por sua vez, trata da relação entre nomes — substantivos, adjetivos e advérbios — e seus complementos. Expressões como "necessidade de estudo", "favorável ao projeto" e "próximo da escola" ilustram a exigência de determinadas preposições para completar adequadamente o sentido dos nomes. Segundo Azeredo (2018), a regência nominal revela que as relações sintáticas não se restringem ao verbo, abrangendo igualmente os elementos nominais da oração.

Associado à regência está o fenômeno da crase, representado pela fusão da preposição *a* com o artigo definido feminino *a* ou com pronomes demonstrativos iniciados por essa vogal. O emprego correto do acento grave depende da identificação simultânea da exigência da preposição pelo termo regente e da presença do artigo feminino exigido pelo termo regido. Conforme Cegalla (2020), o domínio da crase pressupõe conhecimento sólido das relações de regência verbal e nominal.

Outro componente relevante da sintaxe normativa é a colocação pronominal, responsável por determinar a posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. Na língua portuguesa, essa

colocação pode ocorrer por próclise, ênclise ou mesóclise, conforme o contexto sintático. Essas modalidades refletem não apenas regras normativas, mas também aspectos históricos e estilísticos da língua (BECHARA, 2019).

A próclise caracteriza-se pela colocação do pronome antes do verbo, geralmente motivada pela presença de palavras atrativas, como pronomes relativos, advérbios, conjunções subordinativas, pronomes indefinidos e palavras de sentido negativo. Em "Não se pode ignorar a importância da leitura", a palavra negativa "não" atrai o pronome para antes do verbo. Trata-se da construção predominante no português brasileiro contemporâneo, sobretudo na linguagem falada e em grande parte da escrita (CUNHA; CINTRA, 2017).

A ênclise ocorre quando o pronome é posicionado após o verbo, sendo recomendada principalmente quando o verbo inicia a oração ou em determinadas construções do infinitivo e do imperativo afirmativo. Exemplos como "Apresentaram-se os resultados" evidenciam essa modalidade, amplamente utilizada na escrita formal e em textos jurídicos, literários e acadêmicos.

A mesóclise, embora pouco frequente no português contemporâneo, consiste na inserção do pronome no interior das formas verbais do futuro do presente e do futuro do pretérito quando não houver fator de atração para a próclise. Exemplos como "Apresentar-se-á o relatório" ilustram essa construção, cuja ocorrência restringe-se, em geral, à linguagem extremamente formal e a documentos oficiais. Bechara (2019) observa que a mesóclise possui atualmente valor mais normativo do que efetivamente comunicativo.

Sob a perspectiva pedagógica, o ensino da concordância, da regência e da colocação pronominal deve estar articulado às práticas de leitura, escrita e análise linguística. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que os conhecimentos gramaticais sejam desenvolvidos em contextos reais de uso da língua, favorecendo a reflexão sobre as escolhas linguísticas realizadas pelos falantes e escritores em diferentes situações comunicativas (BRASIL, 2018).

Nessa mesma direção, Antunes (2014) defende que a gramática deve ser compreendida como instrumento para aprimorar a competência comunicativa, e não apenas como um conjunto de prescrições normativas. O ensino contextualizado dessas relações sintáticas possibilita ao estudante compreender como as escolhas gramaticais influenciam a construção dos sentidos, a argumentação e a adequação textual.

Além disso, Koch e Elias (2018) ressaltam que a produção de textos claros e coerentes depende da articulação entre conhecimentos gramaticais e competências discursivas. A concordância, a regência e a colocação pronominal não representam apenas regras da norma-padrão, mas mecanismos que organizam a progressão textual, estabelecem relações entre os constituintes da oração e contribuem para a eficácia da comunicação.

Dessa forma, o domínio da concordância, da regência e da colocação pronominal constitui etapa indispensável na formação linguística dos estudantes. Esses conhecimentos fortalecem a competência

textual, favorecem a escrita acadêmica e ampliam a capacidade de interpretar e produzir textos adequados às diferentes situações comunicativas, consolidando a sintaxe como instrumento de organização do pensamento e da linguagem.

3.6 CASOS ESPECIAIS DE CONCORDÂNCIA NOMINAL

Além da regra geral segundo a qual artigos, adjetivos, pronomes, numerais e participípios devem concordar em gênero e número com o substantivo a que se referem, a língua portuguesa apresenta diversas situações particulares que exigem atenção. Esses casos especiais resultam de características históricas, semânticas e sintáticas da língua, sendo objeto de estudo das gramáticas normativas e frequentemente cobrados em concursos públicos, exames acadêmicos e avaliações escolares.

Segundo Bechara (2019), a concordância nominal não pode ser reduzida à simples aplicação mecânica de regras, pois determinadas palavras assumem comportamentos distintos conforme a função sintática que exercem na oração. Assim, compreender o contexto de uso é indispensável para empregar corretamente a norma-padrão.

3.6.1 A palavra "mesmo"

A palavra **mesmo** pode exercer diferentes funções na oração, o que determina sua concordância.

Quando funciona como pronome demonstrativo ou adjetivo, concorda com o substantivo.

Exemplos:

- Ela mesma elaborou o relatório.
- Eles mesmos organizaram o evento.
- As pesquisadoras mesmas revisaram os textos.

Entretanto, quando possui valor de advérbio, equivalente a "realmente" ou "até", permanece invariável.

Exemplos:

- Eles chegaram mesmo atrasados.
- Ela mesmo assim concluiu o trabalho.

Conforme Cunha e Cintra (2017), a identificação da classe gramatical é fundamental para determinar a ocorrência ou não da flexão.

3.6.2 A palavra "próprio"

Quando empregada como pronome de reforço, **próprio** concorda com o substantivo.

Exemplos:

- O próprio diretor fez o anúncio.

- A própria coordenadora apresentou o projeto.
- As próprias pesquisadoras revisaram os dados.

3.6.3 A palavra "anexo"

O adjetivo **anexo** apresenta concordância normal com o substantivo.

Exemplos:

- Segue anexo o documento.
- Seguem anexos os documentos.
- Seguem anexas as fotografias.

As expressões **em anexo** e **em separado** permanecem invariáveis.

Exemplos:

- Os arquivos seguem em anexo.
- As planilhas foram enviadas em separado.

Segundo Rocha Lima (2011), a distinção entre o adjetivo e a locução adverbial explica essa diferença de comportamento.

3.6.4 A palavra "obrigado"

Quando utilizada como agradecimento, a palavra **obrigado** concorda com o sexo de quem agradece.

Exemplos:

- Muito obrigado. (falante masculino)
- Muito obrigada. (falante feminino)

Quando o agradecimento é feito por várias pessoas, ocorre também flexão de número.

Exemplos:

- Muito obrigados.
- Muito obrigadas.

3.6.5 A palavra "bastante"

A palavra **bastante** pode atuar como adjetivo ou advérbio.

Como adjetivo, varia.

Exemplos:

- Bastantes argumentos foram apresentados.
- Bastantes pesquisas confirmam essa hipótese.

Como advérbio de intensidade, permanece invariável.

Exemplos:

- Os estudantes estavam bastante preparados.
- A pesquisa ficou bastante conhecida.

Bechara (2019) destaca que a função sintática determina a flexão dessa palavra.

3.6.6 A palavra "meio"

Quando significa "metade", **meio** comporta-se como numeral e concorda com o substantivo.

Exemplos:

- Meio litro de água.
- Meia hora de aula.
- Meia folha de papel.

Quando significa "um pouco", funcionando como advérbio, permanece invariável.

Exemplos:

- Ela estava meio preocupada.
- Os alunos ficaram meio inseguros.
- As pesquisadoras permaneceram meio apreensivas.

3.6.7 A palavra "alerta"

Empregada como advérbio, **alerta** permanece invariável.

Exemplos:

- Os soldados permaneceram alerta.
- As equipes ficaram alerta durante a operação.

Quando utilizada como substantivo, admite plural.

Exemplo:

- Os alertas meteorológicos foram divulgados.

3.6.8 A palavra "menos"

A palavra **menos** é invariável.

Exemplos:

- Menos alunos compareceram.
- Menos pessoas participaram.
- Ela estava menos cansada.

Não existe, na norma-padrão, a forma "menas".

3.6.9 A expressão "o mais... possível"

Quando o adjetivo refere-se a um substantivo no plural, admite-se normalmente a concordância.

Exemplos:

- As respostas foram as mais claras possíveis.
- Os resultados foram os mais completos possíveis.

Quando a expressão possui sentido geral, também ocorre a forma invariável.

Exemplo:

- Devemos ser o mais objetivos possível.

Ambas as construções encontram respaldo na tradição gramatical, dependendo da estrutura sintática adotada (Cunha; Cintra, 2017).

3.6.10 Expressões formadas por verbo de ligação

Algumas expressões cristalizadas apresentam regras específicas de concordância.

3.6.10.1 É proibido

Quando o substantivo aparece determinado por artigo ou pronome, ocorre concordância.

Exemplos:

- É proibida a entrada.
- É proibido o estacionamento.

Sem determinante, a expressão permanece invariável.

Exemplos:

- É proibido entrada.
- É proibido circulação de veículos.

3.6.10.2 É necessário

Exemplos:

- É necessária a autorização.
- É necessário o documento.
- É necessário dedicação.

Na ausência de determinante, a expressão tende a permanecer invariável.

3.6.10.3 É bom

Exemplos:

- É boa a leitura diária.
- É bom descanso.

- É bom o descanso após o trabalho.

O comportamento sintático dessas expressões segue o mesmo princípio observado em "é proibido" e "é necessário".

3.6.11 Concordância com adjetivos compostos

Nos adjetivos compostos, geralmente apenas o último elemento sofre flexão.

Exemplos:

- Estudos histórico-literários.
- Pesquisas político-pedagógicas.
- Relações econômico-sociais.

Quando o segundo elemento é um substantivo empregado em função adjetiva, normalmente permanece invariável.

Exemplos:

- Camisas verde-musgo.
- Vestidos azul-marinho.
- Uniformes vinho.

3.6.12 Concordância com cores

Os adjetivos que designam cores apresentam comportamentos distintos.

Quando derivados diretamente de adjetivos, variam.

Exemplos:

- Camisas brancas.
- Pastas amarelas.
- Flores vermelhas.

Quando derivados de substantivos, permanecem invariáveis.

Exemplos:

- Blusas rosa.
- Gravatas vinho.
- Vestidos creme.
- Camisas laranja.

Segundo Azeredo (2018), esse comportamento decorre da origem lexical da palavra empregada para indicar a cor.

3.6.13 Concordância nominal e competência comunicativa

O domínio dos casos especiais da concordância nominal amplia significativamente a competência comunicativa do usuário da língua. A correta aplicação dessas regras favorece a produção de textos claros, coesos e compatíveis com a norma-padrão, especialmente em contextos acadêmicos, jurídicos, administrativos e científicos.

Conforme Antunes (2014), o ensino da concordância deve privilegiar situações reais de uso da língua, permitindo que os estudantes compreendam a função discursiva das estruturas gramaticais. Dessa maneira, a aprendizagem deixa de ser mera memorização de regras e passa a contribuir para o desenvolvimento da competência linguística, da reflexão sobre a língua e da produção textual de qualidade.

CAPÍTULO 4 – REGÊNCIA E COLOCAÇÃO PRONOMINAL

4.1 REGÊNCIA VERBAL

A regência verbal constitui um dos aspectos centrais da sintaxe da língua portuguesa, pois trata da relação de dependência estabelecida entre o verbo e os termos que o complementam. Em outras palavras, a regência verbal determina se um verbo necessita ou não de complemento e, quando necessário, especifica se esse complemento deve ser introduzido por uma preposição. O conhecimento dessas relações é essencial para a construção de enunciados gramaticalmente corretos, claros e coerentes, sobretudo na modalidade escrita formal.

Segundo Bechara (2019), a regência verbal corresponde ao conjunto de relações sintáticas que os verbos estabelecem com seus complementos, definindo a presença ou ausência de preposição conforme as exigências próprias de cada verbo. Essas relações não decorrem apenas de regras arbitrárias, mas da estrutura histórica e do funcionamento do sistema linguístico do português.

Para Cunha e Cintra (2017), a regência verbal desempenha papel decisivo na organização do período, uma vez que assegura a correta articulação entre o predicado e seus complementos. O domínio dessas relações evita ambiguidades, impropriedades linguísticas e desvios da norma-padrão, contribuindo para a produção de textos mais precisos e eficazes.

4.1.2 Conceito de regência verbal

A palavra **regência** deriva da ideia de "governo" ou "comando". Na sintaxe, significa que determinados verbos "regem" seus complementos, isto é, estabelecem a forma pela qual esses termos devem ser ligados ao verbo.

Observe os exemplos:

- O pesquisador apresentou os resultados.
- Os estudantes assistiram **à** palestra.
- A professora necessita **de** materiais atualizados.
- Todos obedeceram **às** orientações.

Nos exemplos, os verbos "assistir", "necessitar" e "obedecer" exigem preposição, enquanto o verbo "apresentar" liga-se diretamente ao complemento.

Segundo Rocha Lima (2011), conhecer a regência dos verbos significa compreender as relações sintáticas que estruturam a oração e orientam a interpretação do enunciado.

4.1.3 Verbos transitivos e regência

A regência verbal está diretamente relacionada à transitividade dos verbos.

4.1.4 Verbos transitivos diretos

São aqueles que exigem complemento sem preposição obrigatória.

Exemplos:

- O professor explicou o conteúdo.
- A equipe concluiu o projeto.
- O pesquisador publicou o artigo.

O complemento desses verbos recebe o nome de **objeto direto**.

4.1.5 Verbos transitivos indiretos

Exigem complemento introduzido por preposição.

Exemplos:

- Os alunos assistiram **à** conferência.
- A pesquisadora necessita **de** recursos.
- Todos confiaram **na** equipe.

O complemento recebe o nome de **objeto indireto**.

4.1.6 Verbos transitivos diretos e indiretos

Alguns verbos exigem simultaneamente um objeto direto e um objeto indireto.

Exemplos:

- O professor entregou o certificado **ao** estudante.
- A autora dedicou o livro **aos** leitores.
- A instituição concedeu bolsas **aos** pesquisadores.

Nesses casos, o verbo estabelece duas relações sintáticas distintas.

4.1.7 Principais verbos e suas regências

A seguir, apresentam-se alguns verbos frequentemente empregados na norma-padrão.

4.1.7.1 Assistir

O verbo **assistir** apresenta diferentes regências conforme o significado.

No sentido de **ver**, exige a preposição **a**.

Exemplos:

- Assistimos **ao** documentário.
- Os estudantes assistiram **à** aula inaugural.

No sentido de **prestar assistência**, é transitivo direto.

Exemplo:

- A equipe médica assistiu os pacientes durante a emergência.

Segundo Bechara (2019), a mudança de significado implica alteração da estrutura sintática e da regência do verbo.

4.1.7.2 Aspirar

No sentido de **desejar** ou **almejar**, exige a preposição **a**.

Exemplos:

- Ela aspira **à** carreira acadêmica.
- Muitos jovens aspiram **a** cargos públicos.

No sentido de **inalar**, é transitivo direto.

Exemplo:

- O paciente aspirou o medicamento.

4.1.7.3 Visar

Quando significa **ter como objetivo**, admite preferencialmente a preposição **a** na tradição normativa.

Exemplos:

- O projeto visa **ao** desenvolvimento científico.
- A pesquisa visa **à** melhoria da educação.

Quando significa **mirar** ou **rubricar**, é transitivo direto.

Exemplos:

- O arqueiro visou o alvo.
- O diretor visou o documento.

4.1.7.4 Obedecer e desobedecer

Esses verbos exigem a preposição **a**.

Exemplos:

- Os estudantes obedeceram **às** normas.
- O motorista desobedeceu **ao** sinal.

4.1.7.5 Preferir

O verbo **preferir** estabelece comparação entre dois elementos e exige a preposição **a**.

Exemplos:

- Prefiro literatura **à** televisão.
- Ela prefere pesquisa científica **a** atividades administrativas.

Na norma-padrão, recomenda-se evitar construções como "prefiro mais" ou "prefiro do que", pois o verbo já expressa ideia de preferência.

4.1.7.6 Informar, avisar, comunicar e cientificar

Esses verbos admitem diferentes construções.

Exemplos:

- Informei o resultado **ao** professor.
- Informei **ao** professor o resultado.
- Comunicaram a decisão **aos** participantes.
- Avisei os estudantes **da** mudança.

A escolha da estrutura depende da organização sintática da oração.

4.1.7.7 Pagar e perdoar

Quando o complemento representa pessoa, utiliza-se normalmente a preposição **a**.

Exemplos:

- O aluno pagou **ao** professor.
- O juiz perdoou **ao** réu.

Quando o complemento representa coisa, utiliza-se objeto direto.

Exemplos:

- Pagou a dívida.
- Perdoou o erro.

4.1.8 Mudança de sentido e mudança de regência

Diversos verbos alteram sua regência conforme o significado assumido no contexto.

Exemplos:

Esquecer

- Esqueci o livro. (transitivo direto)
- Esqueci-me do livro. (transitivo indireto)

Lembrar

- Lembrei o compromisso.
- Lembrei-me do compromisso.

Implicar

- O atraso implicou prejuízos. (acarretar)
- Ele implicava com os colegas. (antipatizar)

Esses casos demonstram que a regência verbal está intimamente relacionada ao sentido do verbo na oração.

4.1.8.1 Regência verbal e o uso da crase

A regência verbal mantém estreita relação com o emprego do acento indicativo de crase. Quando o verbo exige a preposição **a** e o termo seguinte admite artigo feminino **a**, ocorre a fusão das duas vogais.

Exemplos:

- Assistimos **à** palestra.
- Obedecemos **às** determinações.
- Aspiramos **à** excelência acadêmica.

Segundo Azeredo (2018), a compreensão da regência verbal constitui requisito indispensável para o uso correto da crase na escrita formal.

4.1.8.2 Regência verbal na produção textual

A escolha adequada da regência verbal favorece a clareza, a precisão e a elegância da linguagem. Em textos científicos, jurídicos, administrativos e acadêmicos, o emprego incorreto das preposições pode comprometer a interpretação da mensagem e reduzir a credibilidade do texto.

Antunes (2014) destaca que o ensino da regência verbal deve privilegiar a observação dos verbos em contextos reais de uso, permitindo ao estudante compreender que a seleção das preposições decorre das relações de sentido estabelecidas na comunicação. Dessa forma, o estudo da regência deixa de ser apenas um exercício de memorização para tornar-se instrumento de desenvolvimento da competência linguística.

Assim, a regência verbal representa um componente essencial da sintaxe do português, articulando verbos e complementos de maneira coerente e contribuindo para a construção de textos corretos, coesos e semanticamente precisos.

4.2 REGÊNCIA NOMINAL

A regência nominal corresponde à relação sintática estabelecida entre um nome — substantivo, adjetivo ou advérbio — e o termo que o complementa, normalmente introduzido por uma preposição. Assim como ocorre na regência verbal, a regência nominal determina qual preposição deve ser utilizada para ligar o nome ao seu complemento, assegurando a organização lógica da oração e a clareza das relações de sentido. O domínio desse conteúdo é indispensável para a produção de textos compatíveis com a norma-padrão da língua portuguesa.

Segundo Bechara (2019), a regência nominal consiste na dependência sintática que determinados nomes estabelecem em relação aos seus complementos, exigindo preposições específicas para completar seu significado. Essas exigências decorrem do funcionamento histórico e estrutural da língua, razão pela qual não podem ser compreendidas apenas como convenções arbitrárias.

Para Cunha e Cintra (2017), a regência nominal constitui importante mecanismo de coesão sintática, pois organiza as relações semânticas entre os constituintes da oração. A escolha inadequada da preposição pode alterar o sentido do enunciado ou produzir construções incompatíveis com a norma culta.

4.2.1 Conceito de regência nominal

Na regência nominal, um nome exige complemento preposicionado para completar seu significado. Observe os exemplos:

- Tenho confiança **em** meus alunos.
- O pesquisador demonstrou interesse **pela** investigação.
- A professora manifestou respeito **aos** estudantes.
- Todos tinham orgulho **de** sua instituição.

Nessas construções, os substantivos "confiança", "interesse", "respeito" e "orgulho" estabelecem relações sintáticas por meio de preposições específicas.

Segundo Rocha Lima (2011), o complemento nominal integra o sentido do nome, sendo indispensável para sua plena compreensão em muitos contextos.

4.2.2 Regência dos substantivos

Diversos substantivos exigem preposições determinadas pela tradição linguística.

Exemplos:

- Amor **a** Deus.
- Amor **pelos** filhos.
- Admiração **por** grandes pesquisadores.
- Atenção **a** detalhes.
- Respeito **às** normas.
- Necessidade **de** atualização.
- Confiança **em** si mesmo.
- Interesse **por** novas metodologias.
- Obediência **às** regras.
- Referência **a** estudos anteriores.

A seleção da preposição depende do significado do substantivo e da estrutura sintática da oração.

4.2.3 Regência dos adjetivos

Os adjetivos também podem exigir complementos introduzidos por preposição.

Exemplos:

- Favorável **à** proposta.
- Contrário **às** mudanças.
- Capaz **de** resolver o problema.
- Responsável **pela** pesquisa.
- Sensível **às** dificuldades dos estudantes.
- Semelhante **a** outro modelo.
- Orgulhoso **de** sua trajetória.
- Útil **para** o ensino.

Segundo Azeredo (2018), os adjetivos estabelecem relações semânticas específicas com seus complementos, justificando a exigência de determinadas preposições.

4.2.4 Regência dos advérbios

Embora menos frequente, alguns advérbios também exigem complemento preposicionado.

Exemplos:

- Favoravelmente **à** proposta.
- Contrariamente **ao** regulamento.
- Próximo **de** casa.
- Longe **da** universidade.
- Paralelamente **ao** projeto.

Essas construções evidenciam que a regência nominal não se restringe apenas aos substantivos e adjetivos.

4.2.5 Principais nomes e suas regências

A seguir, apresentam-se alguns nomes frequentemente utilizados na língua portuguesa e as preposições que normalmente os acompanham.

Nome	Regência
Amor	a, por
Admiração	por
Aversão	a
Capacidade	de, para
Confiança	em
Conformidade	com
Cuidado	com
Dificuldade	em
Interesse	por, em
Medo	de
Necessidade	de
Obediência	a
Orgulho	de
Preferência	por
Respeito	a, por
Simpatia	por
Responsabilidade	por
Utilidade	para

Essas combinações representam os usos mais recorrentes na norma-padrão, embora o contexto possa admitir variações de significado.

4.2.6 Regência nominal e mudança de sentido

Em determinados casos, a alteração da preposição pode modificar o significado da expressão.

Observe os exemplos:

- Amor **a** Deus.
- Amor **pelos** filhos.
- Interesse **em** aprender.
- Interesse **por** literatura.

Embora algumas variações sejam aceitas, a escolha da preposição deve respeitar o contexto comunicativo e a tradição gramatical.

Bechara (2019) observa que determinadas construções refletem diferenças semânticas sutis, sendo importante analisar cada situação de uso.

4.2.7 Regência nominal e complemento nominal

A regência nominal está intimamente relacionada ao complemento nominal, termo que completa o sentido de nomes abstratos.

Exemplos:

- A necessidade **de** estudo aumentou.
- O respeito **aos** professores é fundamental.
- A confiança **na** equipe fortaleceu o projeto.
- O interesse **pela** pesquisa cresceu significativamente.

Nesses exemplos, os complementos nominais completam o significado dos substantivos abstratos.

4.2.8 Regência nominal e uso da crase

Assim como ocorre na regência verbal, a regência nominal influencia diretamente o emprego do acento indicativo de crase.

Quando o nome exige a preposição **a** e o termo seguinte admite artigo feminino, ocorre a fusão das duas vogais.

Exemplos:

- Favorável **à** proposta.
- Obediência **às** normas.
- Respeito **à** legislação.
- Referência **à** pesquisa anterior.

Segundo Cunha e Cintra (2017), compreender a regência nominal constitui requisito indispensável para o uso correto da crase na escrita formal.

4.2.9 Regência nominal na produção textual

A utilização adequada da regência nominal contribui para a clareza, a precisão e a elegância da linguagem. Em textos científicos, acadêmicos, jurídicos e administrativos, a escolha correta das preposições fortalece a coerência do discurso e evidencia o domínio da norma-padrão.

Antunes (2014) defende que o ensino da regência deve ocorrer em situações contextualizadas, permitindo ao estudante compreender que as relações entre nomes e complementos não decorrem apenas da memorização de listas, mas da construção de sentidos nos diferentes gêneros textuais. Nessa perspectiva, a aprendizagem torna-se mais significativa e favorece o desenvolvimento da competência comunicativa.

Portanto, a regência nominal representa um componente essencial da sintaxe do português, pois organiza as relações entre os nomes e seus complementos, assegurando precisão semântica, coesão textual

e correção gramatical. Seu domínio amplia a capacidade de produzir textos claros, consistentes e adequados às exigências da comunicação formal.

4.3 CRASE

A crase é um dos conteúdos mais relevantes da gramática normativa da língua portuguesa, pois está diretamente relacionada às relações sintáticas estabelecidas pela regência verbal e nominal. O termo "crase", originário do grego *krásis*, significa "fusão" ou "mistura" e, na língua portuguesa, designa a contração da preposição **a** com outro **a**, representado pelo artigo definido feminino, pelo pronome demonstrativo ou pela letra inicial de determinados pronomes. Graficamente, essa fusão é indicada pelo acento grave (à).

Segundo Bechara (2019), a crase não constitui um acento de tonicidade nem um sinal de pronúncia, mas um recurso gráfico que evidencia a fusão de duas vogais idênticas. Seu emprego depende da análise da estrutura sintática da oração e da identificação das relações de regência existentes entre os termos.

Para Cunha e Cintra (2017), compreender a crase significa dominar simultaneamente os princípios da regência e da concordância, uma vez que sua ocorrência resulta da combinação entre a exigência da preposição e a presença do artigo feminino. Por essa razão, o estudo da crase representa uma etapa importante no desenvolvimento da competência linguística e da produção textual.

4.3.1 Conceito de crase

A crase ocorre quando se encontram:

- a preposição **a**, exigida por um verbo ou por um nome;
- o artigo definido feminino **a** ou **as**, ou ainda determinados pronomes iniciados por **a**.

Observe os exemplos:

- A professora referiu-se **à** pesquisa.
- Os estudantes assistiram **à** palestra.
- O pesquisador dedicou-se **às** análises estatísticas.
- A instituição prestou homenagem **àquela** pesquisadora.

Em todas essas construções, verifica-se a fusão da preposição **a** com outro **a**, justificando o emprego do acento grave.

4.3.2 Condições para a ocorrência da crase

Para que haja crase, devem ocorrer simultaneamente duas condições:

1. O termo anterior deve exigir a preposição **a**.
2. O termo seguinte deve admitir artigo definido feminino ou pronome que permita a fusão.

Exemplo:

- Obedecemos **à** professora.

O verbo **obedecer** exige a preposição **a**, e o substantivo **professora** admite o artigo feminino **a**. A fusão resulta em **à professora**.

Segundo Rocha Lima (2011), a análise da regência constitui o procedimento mais seguro para determinar a ocorrência da crase.

4.3.3 Casos em que a crase é obrigatória

4.3.3.1 Antes de substantivos femininos determinados

Exemplos:

- Retornei **à** universidade.
- Referi-me **à** diretora.
- Entreguei o relatório **à** coordenadora.

4.3.3.2 Nas locuções adverbiais femininas

Exemplos:

- Escreveu **à** mão.
- Saiu **às** pressas.
- Trabalhou **à** noite.
- Agiu **às** escondidas.

Essas locuções encontram-se consolidadas pelo uso e exigem o acento indicativo de crase.

4.3.3.3 Nas locuções prepositivas

Exemplos:

- **À** medida que estudava, compreendia melhor o conteúdo.
- **À** procura de respostas, consultou diversas obras.
- **À** frente da equipe, destacou-se pela liderança.

4.3.3.4 Nas locuções conjuntivas

Exemplos:

- **À** medida que o tempo passava, aumentava a experiência.
- **À** proporção que avançava a pesquisa, surgiam novos resultados.

4.3.3.5 Antes dos pronomes demonstrativos "aquele", "aquela", "aquilo"

Exemplos:

- Referi-me **àquele** pesquisador.
- Fiz alusão **àquela** teoria.
- O estudo faz referência **àquilo** que foi discutido anteriormente.

A crase ocorre porque há a fusão da preposição **a** com a vogal inicial desses pronomes.

4.3.4 Casos em que não ocorre crase

A crase não deve ser empregada quando não houver a fusão de duas vogais idênticas.

4.3.4.1 Antes de palavras masculinas

Exemplos:

- Vou **a** pé.
- Refiro-me **a** João.
- Entreguei o documento **a** Carlos.

Como não existe artigo feminino, não ocorre crase.

4.3.4.2 Antes de verbos

Exemplos:

- Começou **a** estudar.
- Aprendeu **a** escrever.
- Voltou **a** trabalhar.

Os verbos não admitem artigo definido.

4.3.4.3 Antes de pronomes pessoais

Exemplos:

- Entreguei o relatório **a** ela.
- Pedi auxílio **a** você.
- Escrevi **a** nós.

4.3.4.4 Antes de pronomes de tratamento

Exemplos:

- Dirigi-me **a** Vossa Excelência.
- Encaminhei o ofício **a** Vossa Senhoria.

Exceção: ocorre crase quando o pronome de tratamento admite artigo, como em "à senhora" e "à senhorita".

4.3.4.5 Antes de palavras femininas empregadas de forma indeterminada

Exemplos:

- Refiro-me **a** qualquer pessoa.
- Não dou importância **a** críticas infundadas.

Nesses casos, não há artigo definido.

4.3.5 Casos facultativos de crase

Em determinadas situações, a norma-padrão admite o emprego facultativo da crase.

4.3.5.1 Antes de pronomes possessivos femininos

Exemplos:

- Entreguei o trabalho **à minha** professora.
- Entreguei o trabalho **a minha** professora.

Ambas as construções são consideradas corretas.

4.3.5.2 Antes de nomes próprios femininos

Exemplos:

- Entreguei o convite **à Maria**.
- Entreguei o convite **a Maria**.

A ocorrência depende da presença ou da ausência do artigo definido antes do nome.

Segundo Bechara (2019), essa variação decorre dos diferentes usos do artigo definido na língua portuguesa.

4.3.6 Crase e regência

O emprego correto da crase depende diretamente da regência verbal e nominal.

Exemplos de regência verbal:

- Assistimos **à** conferência.
- Obedecemos **às** orientações.
- Aspiramos **à** excelência acadêmica.

Exemplos de regência nominal:

- Favorável **à** proposta.

- Respeito às normas.
- Referência à pesquisa anterior.

Esses exemplos demonstram que a análise da regência constitui o caminho mais seguro para identificar a necessidade do acento grave.

4.3.7 Métodos práticos para identificar a crase

Uma estratégia tradicional consiste em substituir a palavra feminina por uma masculina equivalente.

Exemplos:

- Vou à escola.
- Vou ao colégio.

Como ocorre a contração "ao" (preposição **a** + artigo **o**), conclui-se que a forma feminina deve receber crase.

Outro procedimento consiste em verificar se o termo anterior exige a preposição **a** e se o termo seguinte admite artigo feminino. A presença simultânea desses dois elementos confirma a ocorrência da crase.

4.3.8 Crase na produção textual

O emprego adequado da crase demonstra domínio da norma-padrão e contribui para a clareza e a precisão da escrita. Em textos acadêmicos, jurídicos, administrativos e científicos, o uso correto do acento grave evita ambiguidades e evidencia cuidado com a linguagem.

Antunes (2014) afirma que o ensino da crase deve privilegiar a compreensão das relações sintáticas estabelecidas pela regência, evitando a simples memorização de listas de casos obrigatórios ou proibidos. Quando o estudante compreende o funcionamento da estrutura da oração, torna-se capaz de empregar a crase de maneira consciente e segura em diferentes situações comunicativas.

Assim, a crase representa um importante recurso gráfico da língua portuguesa, cuja correta utilização depende da articulação entre regência, sintaxe e análise contextual. Seu estudo fortalece a competência linguística, aperfeiçoa a produção textual e amplia a capacidade de comunicação em contextos formais.

4.4 COLOCAÇÃO PRONOMINAL

4.4.1 Conceito, fundamentos sintáticos e aplicação na norma-padrão

A colocação pronominal corresponde ao estudo da posição ocupada pelos pronomes pessoais oblíquos átonos em relação ao verbo. Trata-se de um dos temas centrais da sintaxe da Língua Portuguesa, pois envolve aspectos estruturais, semânticos e estilísticos que influenciam diretamente a construção dos

enunciados e a adequação da linguagem aos diferentes contextos comunicativos. O emprego correto dos pronomes oblíquos átonos contribui para a clareza, a fluidez e a conformidade do texto com a norma-padrão, sendo amplamente exigido na escrita acadêmica, jurídica, administrativa e literária.

Segundo Bechara (2019), a colocação pronominal é determinada por fatores sintáticos, fonológicos e discursivos. A posição do pronome não ocorre de maneira aleatória, mas depende da presença de determinados elementos na oração, conhecidos como fatores de atração, bem como das características estruturais do verbo e da intenção comunicativa do falante ou escritor.

Na língua portuguesa, existem três modalidades de colocação pronominal: **próclise**, **ênclise** e **mesóclise**. Cada uma apresenta condições específicas de uso e está relacionada às normas da gramática tradicional, embora a língua falada revele maior flexibilidade em determinadas situações.

4.4.1.1 Próclise

A próclise ocorre quando o pronome oblíquo átono é colocado antes do verbo. Essa modalidade é empregada sempre que houver um elemento atrativo que exija a antecipação do pronome.

Conforme Cunha e Cintra (2017), os principais fatores de atração são:

- palavras de sentido negativo;
- pronomes relativos;
- pronomes interrogativos;
- pronomes indefinidos;
- conjunções subordinativas;
- advérbios deslocados com valor enfático;
- orações exclamativas e optativas.

Exemplos:

- **Não me disseram a verdade.**
- **Quem lhe entregou o documento?**
- **Tudo se resolveu rapidamente.**
- **Quando nos encontrarmos, conversaremos.**

Nos exemplos apresentados, a presença dos elementos atrativos torna obrigatória ou preferencial a colocação do pronome antes do verbo.

4.4.1.2 Ênclise

A ênclise caracteriza-se pela colocação do pronome depois do verbo, ligado a ele por hífen. Trata-se da posição considerada básica quando não existem fatores de atração.

Segundo Bechara (2019), a ênclise ocorre principalmente quando o verbo inicia a oração ou quando não há elemento que justifique a próclise.

Exemplos:

- **Entregaram-me o relatório.**
- **Façam-se os ajustes necessários.**
- **Concluiu-se a pesquisa com êxito.**

A gramática normativa estabelece que não se deve iniciar uma oração com pronome oblíquo átono. Assim, construções como "**Me disseram...**", embora frequentes na oralidade e em diferentes variedades do português brasileiro, são consideradas inadequadas na norma-padrão escrita, que recomenda "**Disseram-me...**" ou "**Não me disseram...**", conforme o contexto sintático.

Entretanto, estudos da Linguística reconhecem que, no português brasileiro contemporâneo, a próclise em início de oração tornou-se bastante recorrente na fala espontânea e em gêneros textuais menos formais, evidenciando mudanças nos padrões de uso da língua (Neves, 2018).

4.4.1.3 Mesóclise

A mesóclise consiste na inserção do pronome no interior da forma verbal. Essa construção ocorre exclusivamente com verbos flexionados no futuro do presente ou no futuro do pretérito, desde que não exista fator de atração para a próclise.

Exemplos:

- **Entregar-lhe-ei os documentos amanhã.**
- **Convidar-nos-iam para a reunião.**

Segundo Cunha e Cintra (2017), a mesóclise representa uma construção característica da norma-padrão formal e da tradição escrita da língua portuguesa. Atualmente, seu uso é pouco frequente na comunicação cotidiana, sendo mais comum em textos jurídicos, administrativos, literários e em discursos de elevada formalidade.

Na linguagem contemporânea, especialmente no português brasileiro, é comum substituir essas construções por formas com próclise:

- **Vou lhe entregar os documentos.**
- **Eles nos convidariam para a reunião.**

Embora mais naturais na fala, essas construções devem ser utilizadas conforme o grau de formalidade exigido pela situação comunicativa.

4.4.2 Fatores de atração da próclise

Os fatores de atração constituem um dos aspectos mais importantes da colocação pronominal, pois determinam a posição do pronome na oração.

Entre os principais fatores destacam-se:

Palavras negativas

- Não me avisaram.
- Nunca se esqueceram da reunião.

Pronomes relativos

- O livro que me emprestaram é excelente.

Pronomes interrogativos

- Quem lhe explicou o conteúdo?

Pronomes indefinidos

- Todos se emocionaram.

Conjunções subordinativas

- Embora me esforçasse, não consegui concluir a tarefa.

Advérbios com valor enfático

- Aqui se trabalha com dedicação.

Esses elementos modificam a estrutura sintática da oração e justificam a antecipação do pronome em relação ao verbo.

4.4.3 Colocação pronominal e produção textual

O domínio da colocação pronominal favorece a elaboração de textos mais claros, elegantes e adequados à norma-padrão. Em textos acadêmicos, científicos e administrativos, a correta posição dos pronomes contribui para a precisão linguística e para a qualidade da escrita.

Segundo Antunes (2017), o ensino da gramática deve possibilitar ao estudante compreender a funcionalidade dos recursos linguísticos em situações reais de comunicação. Nesse contexto, a colocação pronominal não deve ser estudada apenas como um conjunto de regras, mas como um mecanismo sintático que organiza os enunciados e produz efeitos de sentido.

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** (Brasil, 2018) orienta que o estudo dos aspectos gramaticais seja desenvolvido em articulação com práticas de leitura, produção textual e análise linguística. Assim, o ensino da colocação pronominal deve ocorrer por meio da observação de textos autênticos, da revisão de produções escritas e da reflexão sobre os diferentes usos da língua em contextos formais e informais.

Além disso, é importante que o professor apresente aos estudantes as diferenças entre a norma-padrão e os usos efetivos do português brasileiro, promovendo uma reflexão crítica sobre a variação linguística. Essa abordagem contribui para que os alunos compreendam tanto as exigências da escrita formal quanto a legitimidade das variedades empregadas na comunicação cotidiana.

Conclui-se, portanto, que a colocação pronominal representa um componente essencial da sintaxe da Língua Portuguesa. Seu estudo possibilita compreender as relações entre os pronomes oblíquos e o verbo, favorecendo a organização dos enunciados, a clareza textual e a adequação às diferentes situações comunicativas. O domínio da próclise, da ênclise e da mesóclise fortalece a competência linguística dos estudantes e amplia sua capacidade de produzir textos corretos, coesos e expressivos.

CAPÍTULO 5 – PONTUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA

5.1 O PAPEL DA PONTUAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA E NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A pontuação constitui um dos elementos mais importantes da língua escrita, pois desempenha a função de organizar a estrutura sintática dos enunciados, estabelecer relações entre seus constituintes e orientar o leitor na interpretação dos significados. Muito além de indicar pausas respiratórias, como tradicionalmente se acreditava, os sinais de pontuação exercem papel essencial na coesão, na coerência e na construção dos efeitos de sentido produzidos pelo texto. Dessa forma, compreender seu funcionamento representa um aspecto indispensável para o domínio da sintaxe e para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Segundo Bechara (2019), a pontuação organiza a expressão escrita de modo a tornar claras as relações sintáticas entre palavras, orações e períodos. Os sinais gráficos delimitam unidades linguísticas, evidenciam relações de coordenação e subordinação, indicam mudanças de entonação e permitem ao leitor interpretar corretamente a intenção comunicativa do autor.

Nesse sentido, a pontuação integra o conjunto dos recursos sintáticos da língua, pois sua utilização está diretamente relacionada à estrutura da oração e do período. Não se trata de um recurso meramente estilístico ou gráfico, mas de um mecanismo gramatical responsável por explicitar relações sintáticas que, na oralidade, são frequentemente marcadas pela entonação.

Conforme afirma Cunha e Cintra (2017), a pontuação deve ser compreendida como um sistema que organiza o pensamento expresso na escrita, contribuindo para a clareza, a precisão e a expressividade textual. Sua função principal consiste em representar, graficamente, as relações estabelecidas entre os diversos elementos da frase.

Sob essa perspectiva, o emprego adequado da pontuação favorece a leitura fluente, evita ambiguidades e possibilita maior eficiência na transmissão das ideias. A ausência ou o uso inadequado dos sinais pode modificar completamente o sentido de um enunciado.

Observe os exemplos:

- **Vamos comer, crianças.**
- **Vamos comer crianças.**

Embora a diferença seja representada apenas pela presença da vírgula, os sentidos produzidos são completamente distintos. No primeiro caso, a vírgula indica um vocativo; no segundo, sua ausência altera radicalmente a interpretação da frase.

Esse exemplo evidencia que a pontuação não representa simplesmente pausas na leitura, mas estabelece relações sintáticas que interferem diretamente na construção do significado.

Do ponto de vista da sintaxe, os sinais de pontuação auxiliam na delimitação das unidades estruturais da língua. Eles separam orações coordenadas, isolam termos acessórios, destacam elementos explicativos, introduzem citações, marcam enumerações e indicam diferentes modalidades discursivas.

Segundo Azeredo (2018), a pontuação funciona como um mecanismo organizador do texto escrito, permitindo que o leitor identifique a estrutura lógica das ideias e compreenda as relações semânticas estabelecidas entre as proposições.

Além da organização estrutural, a pontuação também possui importante função discursiva. Ela pode conferir maior intensidade emocional, indicar ironia, suspense, surpresa, dúvida ou ênfase, aproximando a escrita dos efeitos expressivos característicos da linguagem oral.

Na produção textual, portanto, a escolha do sinal de pontuação influencia diretamente o ritmo da leitura. O uso do ponto final, por exemplo, produz maior sensação de conclusão; a vírgula estabelece continuidade entre as ideias; os dois-pontos introduzem explicações; o ponto e vírgula organiza períodos mais complexos; os travessões destacam intervenções discursivas; e os parênteses acrescentam informações acessórias.

De acordo com Neves (2018), a pontuação participa ativamente da construção dos sentidos porque evidencia as relações lógico-sintáticas presentes no texto, favorecendo tanto a interpretação quanto a organização argumentativa.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre pontuação e coerência textual. A correta distribuição dos sinais permite ao leitor identificar as conexões entre os diferentes segmentos do texto, compreendendo a sequência lógica dos argumentos apresentados.

Na perspectiva da Linguística Textual, Koch e Elias (2018) observam que a compreensão de um texto depende não apenas do significado das palavras, mas também da forma como suas unidades são organizadas sintaticamente. Nesse processo, a pontuação atua como um importante marcador da progressão textual.

Sob o enfoque pedagógico, o ensino da pontuação deve ultrapassar a simples memorização de regras normativas. O estudante precisa compreender as razões sintáticas que justificam o emprego de cada sinal, relacionando a estrutura gramatical aos efeitos de sentido produzidos nos textos.

Essa abordagem favorece uma aprendizagem mais significativa, permitindo que o aluno utilize a pontuação de forma consciente em diferentes situações comunicativas. Em vez de decorar normas isoladas, desenvolve-se a capacidade de analisar a organização sintática das frases e reconhecer a função exercida pelos sinais gráficos.

Na produção escrita, essa competência contribui para a elaboração de textos mais claros, objetivos e coerentes, reduzindo ambiguidades e ampliando a qualidade da comunicação.

Assim, o estudo da pontuação insere-se naturalmente no campo da sintaxe, uma vez que ambos compartilham o objetivo de compreender como os elementos linguísticos se organizam para produzir significado. A relação entre estrutura sintática e pontuação demonstra que escrever corretamente não depende apenas do conhecimento das palavras, mas também da compreensão das relações estabelecidas entre elas.

Conclui-se, portanto, que a pontuação representa um instrumento indispensável para a organização do pensamento escrito. Seu domínio possibilita maior clareza textual, precisão argumentativa e eficiência comunicativa, tornando-se elemento fundamental para o ensino da gramática, da sintaxe e da produção textual em todos os níveis de escolarização.

5.2 PONTUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

A pontuação desempenha papel decisivo na construção dos sentidos do texto escrito, uma vez que organiza as relações sintáticas entre palavras, orações e períodos, orientando o leitor quanto à interpretação pretendida pelo autor. Longe de representar apenas pausas da fala, os sinais de pontuação constituem recursos linguísticos que delimitam unidades sintáticas, evidenciam relações lógico-semânticas e contribuem para a clareza, a precisão e a expressividade da comunicação escrita. Assim, a pontuação integra o conjunto de mecanismos responsáveis pela produção de significado, tornando-se indispensável para a competência linguística e textual.

Segundo Bechara (2019), os sinais de pontuação são elementos gráficos que organizam a estrutura da escrita, permitindo que as relações sintáticas sejam identificadas de forma clara pelo leitor. Sua função principal consiste em orientar a interpretação dos enunciados, indicando limites entre orações, períodos e segmentos discursivos, além de contribuir para a representação da entonação e da intenção comunicativa.

Sob essa perspectiva, a construção do sentido não depende exclusivamente das palavras utilizadas, mas também da maneira como elas são organizadas no texto. A pontuação estabelece conexões entre os elementos linguísticos, evidencia hierarquias sintáticas e indica relações de dependência ou coordenação entre as ideias. Dessa forma, um mesmo conjunto de palavras pode adquirir interpretações distintas conforme a disposição dos sinais de pontuação.

Observe os exemplos:

- **Não, espere.**
- **Não espere.**

No primeiro enunciado, a vírgula separa a palavra "não" da forma verbal, produzindo um sentido de interrupção ou advertência: a pessoa é orientada a aguardar. No segundo caso, a ausência da vírgula transforma completamente o significado, indicando uma ordem para que alguém não espere.

Outro exemplo clássico demonstra ainda mais claramente essa influência:

- **Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria de quatro à sua procura.**
- **Se o homem soubesse o valor que tem, a mulher andaria de quatro à sua procura.**

Nesse caso, apenas a inserção da vírgula altera o sujeito da ação e, conseqüentemente, modifica totalmente o sentido da mensagem. Esses exemplos revelam que a pontuação atua diretamente na interpretação textual, constituindo elemento essencial da significação.

Conforme afirmam Cunha e Cintra (2017), os sinais de pontuação representam graficamente as relações entre as partes do discurso, permitindo ao leitor reconstruir a organização lógica do pensamento. Quando empregados adequadamente, favorecem a compreensão do texto; quando utilizados de forma inadequada, podem gerar ambiguidades, interpretações equivocadas ou comprometer a coerência textual.

A Linguística Textual reforça essa compreensão ao considerar que a produção de sentidos resulta da interação entre os diversos componentes da linguagem. Koch e Elias (2018) observam que a interpretação de um texto depende da articulação entre elementos linguísticos, conhecimentos prévios e contexto comunicativo. Nesse processo, a pontuação funciona como importante mecanismo de orientação da leitura, indicando como as informações devem ser relacionadas.

Do ponto de vista sintático, a pontuação delimita constituintes da oração, isola termos acessórios, organiza enumerações, marca intercalações, introduz explicações e separa períodos. Essas funções estruturais facilitam a identificação das relações gramaticais existentes entre os elementos do enunciado, contribuindo para uma leitura mais fluida e precisa.

A vírgula, por exemplo, pode distinguir um aposto de um complemento nominal, separar orações coordenadas, isolar adjuntos adverbiais deslocados ou destacar vocativos. Cada uma dessas funções decorre da organização sintática da frase, e não apenas da necessidade de realizar uma pausa durante a leitura.

Segundo Azeredo (2018), a pontuação constitui parte integrante da arquitetura textual, pois estabelece a organização lógica das informações e favorece a construção da coerência discursiva. A disposição adequada dos sinais permite ao leitor identificar relações de causa, consequência, explicação, oposição, conclusão e continuidade entre os diferentes segmentos do texto.

Além da organização lógica, a pontuação também exerce função expressiva. Determinados sinais intensificam emoções, reproduzem características da oralidade e conferem diferentes efeitos estilísticos. As reticências podem sugerir hesitação, suspense ou interrupção; o ponto de exclamação evidencia emoção ou surpresa; o ponto de interrogação indica dúvida ou questionamento; o travessão introduz falas ou destaca informações relevantes; as aspas podem sinalizar ironia, citações ou usos especiais de determinadas palavras.

Neves (2018) destaca que a pontuação participa da construção do significado porque organiza as relações entre os constituintes sintáticos e evidencia a intenção comunicativa do produtor do texto. Assim,

escrever corretamente implica compreender não apenas as regras gramaticais, mas também os efeitos semânticos produzidos pelos diferentes sinais de pontuação.

No contexto educacional, o ensino da pontuação deve priorizar a compreensão dos sentidos construídos no texto, evitando abordagens centradas exclusivamente na memorização de regras. O estudante precisa perceber que cada sinal possui uma função sintática e discursiva específica, cuja escolha interfere diretamente na interpretação da mensagem.

Essa perspectiva favorece o desenvolvimento da competência textual, permitindo que o aluno produza textos mais claros, coesos e coerentes. Ao compreender a relação entre sintaxe e pontuação, o escritor torna-se capaz de organizar melhor suas ideias e de conduzir o leitor ao significado pretendido.

Em síntese, a pontuação constitui um recurso essencial para a construção do sentido na língua escrita. Ela organiza a estrutura sintática, orienta a interpretação, evita ambiguidades e amplia as possibilidades expressivas da linguagem. Seu domínio representa, portanto, uma competência fundamental para a leitura crítica, a produção textual e o estudo da sintaxe, consolidando-se como elemento indispensável da comunicação escrita eficiente.

5.3 ORGANIZAÇÃO LÓGICA DAS IDEIAS

A organização lógica das ideias constitui um dos princípios fundamentais da produção textual e da análise sintática, pois possibilita que o pensamento seja expresso de maneira clara, coerente e progressiva. Em qualquer situação comunicativa, a eficácia da mensagem depende não apenas da escolha adequada das palavras, mas também da forma como elas são organizadas em frases, orações e períodos. A sintaxe, nesse contexto, desempenha papel essencial ao estabelecer as relações estruturais entre os elementos da língua, favorecendo a construção de textos inteligíveis e bem articulados.

Segundo Bechara (2019), a sintaxe é o ramo da gramática responsável por estudar as relações que as palavras estabelecem entre si na formação dos enunciados. Essas relações permitem que as ideias sejam organizadas de forma lógica, garantindo unidade e clareza ao discurso. Assim, a estrutura sintática não é apenas um conjunto de regras normativas, mas um sistema que possibilita ao falante organizar o pensamento de maneira eficiente.

A organização lógica das ideias está diretamente relacionada aos princípios da coerência e da coesão textual. Enquanto a coerência refere-se à construção do sentido global do texto, estabelecendo relações lógicas entre as informações apresentadas, a coesão corresponde aos mecanismos linguísticos que conectam palavras, frases, orações e parágrafos, promovendo continuidade temática. Conforme Koch e Elias (2018), um texto somente alcança eficácia comunicativa quando suas partes se articulam harmonicamente, permitindo que o leitor acompanhe o desenvolvimento do raciocínio sem dificuldades.

Do ponto de vista sintático, essa organização manifesta-se por meio da disposição adequada dos constituintes da oração, da correta articulação entre os períodos e do emprego apropriado dos conectivos. Cada elemento exerce uma função específica na construção do significado, estabelecendo relações de causa, consequência, condição, oposição, explicação, comparação, finalidade ou conclusão. Essas relações estruturam o pensamento e orientam a interpretação do leitor.

Considere os exemplos:

Exemplo 1

O professor explicou o conteúdo. Os alunos compreenderam a matéria.

Nesse caso, há apenas uma sequência de informações. Entretanto, ao estabelecer uma relação lógica explícita, obtém-se maior coesão:

O professor explicou o conteúdo; por isso, os alunos compreenderam a matéria.

A inclusão do conectivo evidencia a relação de consequência existente entre as duas proposições, tornando o raciocínio mais claro e organizado.

Outro exemplo demonstra a importância da organização sintática:

Exemplo 2

Embora estivesse cansado, o pesquisador concluiu o artigo.

A oração subordinada introduzida pela conjunção "embora" estabelece uma relação de concessão, permitindo ao leitor compreender que o cansaço não impediu a realização da ação principal. A organização sintática, portanto, orienta diretamente a interpretação do enunciado.

Conforme Cunha e Cintra (2017), a construção lógica do período depende da adequada combinação entre coordenação e subordinação. As orações coordenadas apresentam relativa independência sintática, enquanto as subordinadas estabelecem relações de dependência que enriquecem a progressão do pensamento e conferem maior precisão às ideias.

Além da estrutura das orações, a pontuação exerce papel decisivo na organização lógica do texto. Os sinais de pontuação delimitam unidades sintáticas, destacam informações relevantes e evidenciam as relações entre os diferentes segmentos do discurso. Segundo Azeredo (2018), a pontuação funciona como instrumento organizador da arquitetura textual, favorecendo a leitura, a compreensão e a interpretação dos enunciados.

Outro aspecto relevante refere-se à progressão temática. Um texto bem organizado apresenta continuidade entre as ideias, evitando repetições desnecessárias, contradições ou mudanças abruptas de assunto. Essa progressão é construída mediante recursos sintáticos e textuais que permitem ao leitor acompanhar o desenvolvimento do tema de forma gradual e consistente.

Na perspectiva da Linguística Textual, Koch e Elias (2018) afirmam que a construção do sentido decorre da interação entre os elementos linguísticos e os conhecimentos compartilhados pelos

interlocutores. Assim, a organização lógica das ideias depende tanto da estrutura sintática quanto da capacidade do autor de selecionar informações relevantes e articulá-las de maneira coerente.

A organização lógica também está intimamente relacionada à argumentação. Em textos acadêmicos, científicos e dissertativos, as ideias precisam ser apresentadas segundo uma sequência racional, em que cada informação decorra da anterior e contribua para o desenvolvimento da tese central. A ausência dessa sequência compromete a clareza do texto e dificulta a compreensão do leitor.

Segundo Antunes (2017), escrever consiste em organizar linguisticamente o pensamento para atender aos objetivos comunicativos. Essa organização exige planejamento, seleção lexical, domínio sintático e utilização consciente dos mecanismos de coesão, permitindo que o texto apresente unidade, progressão e consistência argumentativa.

No contexto educacional, desenvolver a capacidade de organizar logicamente as ideias representa um dos principais objetivos do ensino de língua portuguesa. O domínio da sintaxe possibilita ao estudante estruturar frases e períodos de maneira adequada, estabelecer relações entre os argumentos e produzir textos mais claros, objetivos e coerentes. Esse aprendizado favorece não apenas o desempenho escolar, mas também a comunicação em diferentes contextos sociais e profissionais.

Em síntese, a organização lógica das ideias constitui resultado da interação entre sintaxe, coesão, coerência e progressão textual. A correta articulação entre palavras, orações e períodos permite construir textos claros e consistentes, facilitando a compreensão do leitor e assegurando a eficácia da comunicação. Assim, o estudo da sintaxe revela-se indispensável para o desenvolvimento da competência comunicativa e da produção escrita de qualidade.

5.4 SINTAXE APLICADA À PRODUÇÃO TEXTUAL

A produção textual constitui uma das mais importantes manifestações da competência linguística, exigindo do escritor não apenas domínio do vocabulário, mas também conhecimento das relações sintáticas que organizam os enunciados. Nesse contexto, a sintaxe assume papel fundamental, pois fornece os mecanismos responsáveis pela articulação entre palavras, orações e períodos, permitindo que as ideias sejam expressas de forma lógica, coerente e eficiente. Assim, a qualidade de um texto depende, em grande medida, da capacidade do autor de utilizar adequadamente os recursos sintáticos da língua.

Segundo Bechara (2019), a sintaxe estuda as relações de combinação entre os elementos linguísticos, estabelecendo princípios que regulam a construção das frases e dos períodos. Essas relações estruturais constituem a base da comunicação escrita, pois possibilitam que o pensamento seja organizado de maneira clara e inteligível. Desse modo, a produção textual não consiste apenas em reunir palavras, mas em organizá-las conforme as normas e possibilidades da língua.

Ao escrever, o autor realiza escolhas sintáticas que influenciam diretamente a interpretação do texto. A ordem dos termos na oração, a seleção das estruturas coordenadas ou subordinadas, o emprego adequado da pontuação e o uso dos mecanismos de concordância e regência interferem na clareza, na objetividade e na expressividade da mensagem. Dessa forma, a sintaxe ultrapassa o campo da gramática normativa, tornando-se instrumento essencial para a construção dos sentidos.

Conforme Cunha e Cintra (2017), a organização sintática permite estabelecer relações de dependência e coordenação entre as ideias, favorecendo a progressão textual e a unidade do discurso. Um texto bem estruturado apresenta encadeamento lógico entre seus enunciados, evitando ambiguidades, repetições desnecessárias e rupturas que possam comprometer a compreensão do leitor.

A aplicação da sintaxe à produção textual manifesta-se desde a construção da oração até a elaboração de textos mais complexos. Na oração, a adequada identificação das funções sintáticas — sujeito, predicado, complementos e adjuntos — contribui para a organização das informações. No período composto, a articulação entre orações coordenadas e subordinadas permite expressar relações de causa, consequência, condição, concessão, finalidade, comparação e conclusão, enriquecendo o desenvolvimento das ideias.

Observe os exemplos:

Exemplo 1

Os estudantes realizaram a pesquisa. Os estudantes apresentaram os resultados.

Embora gramaticalmente corretas, as duas orações apresentam repetição desnecessária do sujeito.

A aplicação dos princípios sintáticos permite construir um período mais coeso:

Os estudantes realizaram a pesquisa e apresentaram os resultados.

Nesse caso, a coordenação evita repetições e proporciona maior fluidez ao texto.

Exemplo 2

O pesquisador revisou cuidadosamente o artigo antes de submetê-lo à revista científica.

A disposição dos constituintes da oração evidencia uma sequência lógica das ações, favorecendo a compreensão da mensagem. Caso a ordem fosse alterada de forma inadequada, poderiam surgir ambiguidades ou dificuldades interpretativas.

Segundo Neves (2018), a sintaxe organiza as relações funcionais entre os elementos da oração e possibilita que o texto apresente unidade estrutural e semântica. Assim, escrever bem implica compreender não apenas as regras gramaticais, mas também os efeitos produzidos pelas diferentes escolhas sintáticas.

Outro aspecto fundamental refere-se à coesão textual. Os mecanismos sintáticos articulam as diversas partes do texto por meio de conectivos, pronomes referenciais, elipses, substituições lexicais e relações entre períodos. Esses recursos garantem continuidade temática e evitam fragmentações no

discurso. Conforme Koch e Elias (2018), a coesão constitui um dos fatores responsáveis pela construção da textualidade, pois estabelece conexões explícitas entre as informações apresentadas.

A sintaxe também contribui para a coerência textual. Um texto coerente apresenta organização lógica, progressão temática e compatibilidade entre as ideias desenvolvidas. Embora a coerência dependa de fatores cognitivos e contextuais, sua realização linguística ocorre, em grande parte, por meio das estruturas sintáticas que articulam os diferentes segmentos do discurso.

Na escrita acadêmica, científica e técnica, a aplicação adequada da sintaxe torna-se ainda mais relevante. A precisão conceitual, a clareza argumentativa e a objetividade exigem construções sintáticas consistentes, capazes de transmitir informações sem ambiguidades. Períodos excessivamente longos, inversões inadequadas, ausência de conectores ou emprego incorreto da pontuação podem comprometer a compreensão do texto e reduzir sua eficácia comunicativa.

Além da clareza, a sintaxe favorece a argumentação. A organização lógica das orações permite apresentar hipóteses, justificar afirmações, estabelecer relações de causa e efeito, formular conclusões e desenvolver raciocínios consistentes. Dessa maneira, o domínio das estruturas sintáticas fortalece a capacidade argumentativa do escritor e amplia a qualidade dos textos produzidos.

Segundo Antunes (2017), escrever é um processo de construção de sentidos que exige planejamento, seleção lexical e organização sintática. O autor precisa considerar os objetivos comunicativos, o público-alvo e o contexto de circulação do texto, utilizando conscientemente os recursos gramaticais disponíveis para produzir uma comunicação eficiente.

No contexto educacional, o ensino da sintaxe deve estar articulado às práticas reais de leitura e escrita. O estudo das funções sintáticas, da concordância, da regência e da pontuação torna-se mais significativo quando relacionado à produção de textos autênticos. Em vez de restringir-se à memorização de classificações gramaticais, o aprendizado deve enfatizar a aplicação desses conhecimentos na construção de textos claros, coesos e coerentes.

Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento da competência comunicativa, permitindo que o estudante compreenda a sintaxe como instrumento de organização do pensamento e de produção de significados. O domínio das estruturas sintáticas favorece não apenas o desempenho escolar, mas também a atuação em diferentes contextos sociais, profissionais e acadêmicos.

Conclui-se, portanto, que a sintaxe aplicada à produção textual representa um dos pilares da comunicação escrita. Ao organizar as relações entre palavras, orações e períodos, ela assegura clareza, coerência, coesão e precisão ao texto. Seu estudo possibilita ao escritor produzir discursos mais consistentes, expressivos e adequados às diferentes situações comunicativas, consolidando a sintaxe como elemento indispensável para o desenvolvimento da competência linguística e da produção textual de qualidade.

5.5 CASOS ESPECIAIS DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Os casos especiais de colocação pronominal envolvem situações em que a posição dos pronomes oblíquos átonos depende não apenas das regras gerais de próclise, ênclise e mesóclise, mas também da estrutura sintática das locuções verbais, das formas nominais do verbo e de determinadas construções características da norma-padrão da Língua Portuguesa. O conhecimento desses casos amplia a competência linguística do estudante, permitindo-lhe produzir textos mais precisos e adequados aos diferentes níveis de formalidade.

Segundo Bechara (2019), a colocação pronominal deve ser analisada considerando o funcionamento sintático da oração, a relação entre os verbos da locução verbal e os fatores de atração presentes no enunciado. Muitas das dúvidas relacionadas ao emprego dos pronomes decorrem justamente dessas construções mais complexas.

5.5.1 Colocação pronominal nas locuções verbais

As locuções verbais são formadas por um verbo auxiliar e um verbo principal, que juntos expressam uma única ação verbal. Nessas construções, o pronome oblíquo pode ocupar posições diferentes, desde que respeitadas as normas gramaticais.

5.5.2 Pronome antes da locução verbal (próclise)

Quando há fator de atração, o pronome deve anteceder o verbo auxiliar.

Exemplos:

- **Não me podem responsabilizar pelo ocorrido.**
- **Quem lhe vai entregar os documentos?**
- **Sempre nos devemos dedicar aos estudos.**

Nesses casos, as palavras negativas, os pronomes interrogativos e os advérbios exercem função atrativa, justificando a próclise.

5.5.3 Pronome entre os verbos

Em algumas construções, especialmente quando o verbo principal está no infinitivo, admite-se a colocação do pronome entre o verbo auxiliar e o principal.

Exemplos:

- **Vou-lhe entregar os resultados.**
- **Pode-se considerar essa hipótese válida.**
- **Devemos-nos preparar para a avaliação.**

Segundo Cunha e Cintra (2017), essa posição é aceita pela norma-padrão, embora algumas construções sejam menos frequentes no português brasileiro contemporâneo.

5.5.4 Pronome após o verbo principal

Também é possível posicionar o pronome após o verbo principal quando este se encontra no infinitivo ou no gerúndio.

Exemplos:

- **Vou entregar-lhe os documentos.**
- **Estava observando-o atentamente.**
- **Continuaram analisando-o cuidadosamente.**

Essa construção é bastante empregada na escrita formal, especialmente em textos acadêmicos, jurídicos e administrativos.

5.5.5 Colocação pronominal com infinitivo

Quando o verbo aparece no infinitivo, a colocação do pronome depende da existência ou não de fator atrativo.

Exemplos:

- **É importante ajudá-lo.**
- **Pretendemos encontrá-los amanhã.**
- **Não devemos nos esquecer dos prazos.**

Na ausência de elemento atrativo, predomina a ênclise. Havendo palavra atrativa, a próclise torna-se preferencial.

5.5.6 Colocação pronominal com gerúndio

Nos verbos empregados no gerúndio, a norma-padrão recomenda, em regra, a ênclise.

Exemplos:

- **Saiu despedindo-se dos colegas.**
- **Permaneceu observando-o durante toda a reunião.**

Entretanto, quando há palavra atrativa antes da locução verbal, admite-se a próclise.

Exemplo:

- **Não se ficou lamentando os problemas.**

5.5.7 Colocação pronominal com particípio

O particípio não admite pronome oblíquo ligado diretamente a ele. Nesses casos, o pronome deve relacionar-se ao verbo auxiliar.

Exemplos corretos:

- **Tinham-me informado sobre a mudança.**
- **Haviam-nos convidado para a cerimônia.**

Construções como "**Tinham informado-me**" ou "**Haviam convidado-nos**" não são aceitas pela norma-padrão.

5.5.8 Colocação pronominal em início de oração

A gramática normativa estabelece que não se inicia oração com pronome oblíquo átono.

Assim, recomenda-se:

- **Entregaram-me o material.**
- **Disseram-lhe a verdade.**

Embora formas como "**Me entregaram o material**" sejam comuns na oralidade brasileira, Bechara (2019) observa que, na escrita formal, deve-se privilegiar a construção prevista pela norma-padrão.

5.5.9 Colocação pronominal após pausa

Quando o verbo inicia novo período após ponto final, dois-pontos ou outro sinal que represente interrupção sintática, recomenda-se a ênclise.

Exemplo:

A pesquisa foi concluída. Publicaram-se imediatamente os resultados.

A pausa sintática elimina possíveis fatores de atração existentes anteriormente.

5.5.10 Colocação pronominal em orações reduzidas

Em orações reduzidas de infinitivo, gerúndio ou particípio, a posição do pronome depende da estrutura sintática e da presença de elementos atrativos.

Exemplos:

- **Ao encontrá-lo, iniciou a conversa.**
- **Sem nos avisar, mudou os horários.**
- **Depois de ajudá-los, retornou ao trabalho.**

Essas construções são frequentes em textos acadêmicos e demonstram a flexibilidade da colocação pronominal nas formas nominais do verbo.

5.5.11 Colocação pronominal e variação linguística

A colocação pronominal constitui um dos aspectos da gramática em que se observa maior diferença entre a norma-padrão e o português brasileiro contemporâneo. Na linguagem falada, a próclise ocorre com frequência mesmo em contextos nos quais a gramática tradicional recomenda a ênclise.

Segundo Neves (2018), essa preferência pela próclise resulta de mudanças históricas no funcionamento do português brasileiro e não deve ser interpretada como incapacidade linguística dos falantes. O papel da escola consiste em ensinar a norma-padrão necessária aos contextos formais, ao mesmo tempo em que reconhece a legitimidade das diferentes variedades da língua.

Nessa perspectiva, o ensino da colocação pronominal deve articular reflexão gramatical, análise de textos e práticas reais de escrita, permitindo que o estudante compreenda quando utilizar cada construção de acordo com a situação comunicativa.

Conclui-se, portanto, que os casos especiais de colocação pronominal evidenciam a riqueza e a complexidade da sintaxe da Língua Portuguesa. O domínio dessas construções possibilita maior precisão na escrita, fortalece a competência comunicativa e favorece a adequação linguística em diferentes gêneros textuais e contextos de uso.

CAPÍTULO 6 – SINTAXE E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

6.1 O ENSINO DA SINTAXE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O ensino da sintaxe na Educação Básica ocupa lugar de destaque na formação linguística dos estudantes, pois contribui para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, oralidade e análise da língua. A sintaxe, entendida como o ramo da gramática que estuda as relações entre palavras, orações e períodos, oferece os instrumentos necessários para que o aluno compreenda como a língua organiza os significados e possibilita a construção de textos claros, coerentes e adequados às diferentes situações comunicativas. Assim, seu ensino deve ultrapassar a memorização de classificações gramaticais e favorecer a reflexão sobre o funcionamento da linguagem em uso.

Historicamente, o ensino de sintaxe esteve associado à tradição normativa, centrada na identificação e classificação de termos da oração, funções sintáticas e estruturas do período. Embora esse conhecimento continue sendo importante para a compreensão da língua, pesquisas na área da Linguística Aplicada e da Educação Linguística demonstram que o estudo da sintaxe torna-se mais significativo quando relacionado às práticas reais de leitura, escrita e produção de sentidos (Antunes, 2017).

Segundo Bechara (2019), a sintaxe organiza as relações estruturais da língua e constitui um dos pilares da competência comunicativa. Conhecer as funções sintáticas dos elementos da oração permite ao estudante compreender como as ideias são organizadas e como diferentes construções produzem diferentes efeitos de sentido. Dessa forma, o estudo da sintaxe deve ser entendido como instrumento para o desenvolvimento da comunicação, e não apenas como um conjunto de regras a serem decoradas.

Essa compreensão está em consonância com as orientações da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que propõe um ensino de Língua Portuguesa voltado para o uso social da linguagem. O documento enfatiza que a análise linguística e semiótica deve ocorrer integrada às práticas de leitura, produção textual e oralidade, favorecendo a reflexão sobre os recursos gramaticais empregados na construção dos textos (Brasil, 2018).

Nessa perspectiva, a sintaxe passa a ser estudada em situações concretas de comunicação. Ao analisar textos de diferentes gêneros, os estudantes podem compreender como a organização das orações, a escolha dos conectivos, a ordem dos constituintes e o emprego da pontuação influenciam a construção dos sentidos e a eficácia da comunicação.

Conforme Koch e Elias (2018), a aprendizagem da língua torna-se mais significativa quando os fenômenos gramaticais são observados em textos reais, permitindo que o aluno perceba sua função na construção da coerência, da coesão e da progressão temática. Assim, a análise sintática deixa de ser uma atividade mecânica e passa a contribuir para o desenvolvimento da competência discursiva.

No Ensino Fundamental, o trabalho com a sintaxe deve iniciar-se pela compreensão da estrutura básica da oração, identificando sujeito, predicado e complementos, sempre em contextos significativos. À medida que o estudante avança em sua escolarização, o estudo amplia-se para os períodos compostos, as

relações de coordenação e subordinação, a concordância, a regência, a pontuação e os mecanismos de coesão textual.

No Ensino Médio, espera-se que os estudantes sejam capazes de analisar estruturas sintáticas mais complexas, compreender seus efeitos argumentativos e utilizá-las na produção de textos acadêmicos, científicos e dissertativo-argumentativos. Nessa etapa, a sintaxe assume papel decisivo na construção da argumentação, da precisão conceitual e da organização lógica das ideias.

Segundo Neves (2018), o ensino da gramática deve partir da observação dos usos reais da língua, levando o estudante a compreender por que determinadas construções são escolhidas em diferentes contextos comunicativos. Essa abordagem favorece uma aprendizagem reflexiva, na qual o aluno desenvolve autonomia para analisar e produzir textos linguisticamente adequados.

Outro aspecto importante refere-se à integração entre sintaxe e produção textual. O domínio das estruturas sintáticas permite organizar informações, evitar ambiguidades, estabelecer relações entre ideias e produzir textos mais claros e coesos. Em vez de estudar a sintaxe de forma isolada, o professor pode propor atividades que envolvam reescrita de textos, análise de diferentes construções sintáticas e comparação entre enunciados que produzem efeitos de sentido distintos.

Por exemplo, ao revisar uma produção escrita, os estudantes podem identificar períodos excessivamente longos, problemas de concordância, inadequações na ordem dos termos da oração ou uso incorreto da pontuação. Esse trabalho evidencia que a sintaxe possui função prática na melhoria da qualidade textual e não apenas valor classificatório.

A formação docente também representa fator determinante para o ensino da sintaxe. O professor precisa dominar tanto os fundamentos da gramática normativa quanto as contribuições da Linguística, da Linguística Textual e da Análise do Discurso, possibilitando uma abordagem que articule reflexão gramatical e práticas de linguagem. Essa integração amplia as possibilidades pedagógicas e favorece uma aprendizagem mais contextualizada.

De acordo com Travaglia (2018), ensinar gramática significa desenvolver a competência de uso da língua em diferentes situações comunicativas. A sintaxe, nesse processo, deve ser apresentada como recurso que organiza o pensamento, estrutura os textos e contribui para a construção dos significados.

Além disso, metodologias ativas podem enriquecer o ensino da sintaxe na Educação Básica. A análise colaborativa de textos, a resolução de problemas linguísticos, a produção e reescrita de diferentes gêneros textuais, os debates e as oficinas de escrita favorecem a participação dos estudantes e promovem uma aprendizagem significativa. Nessas atividades, a reflexão sintática ocorre em contextos reais de comunicação, aproximando o conhecimento gramatical das práticas sociais da linguagem.

Por fim, o ensino da sintaxe deve contribuir para a formação de leitores críticos e produtores competentes de textos. Quando compreendem como as estruturas sintáticas organizam as ideias e

influenciam a construção dos sentidos, os estudantes tornam-se mais capazes de interpretar diferentes discursos, argumentar com consistência e adequar sua linguagem às diversas situações de comunicação.

Conclui-se, portanto, que o ensino da sintaxe na Educação Básica deve articular conhecimentos gramaticais, práticas de linguagem e reflexão sobre o uso da língua. Essa perspectiva promove o desenvolvimento da competência comunicativa, fortalece a leitura e a escrita e prepara os estudantes para participar de forma crítica e autônoma das práticas sociais mediadas pela linguagem.

6.2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ENSINO GRAMATICAL

O ensino da gramática ocupa posição central na formação linguística dos estudantes, pois fornece os conhecimentos necessários para compreender o funcionamento da língua e desenvolver competências de leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Entretanto, as profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas têm imposto novos desafios às práticas pedagógicas, exigindo que o ensino gramatical ultrapasse modelos exclusivamente normativos e passe a dialogar com os diferentes contextos de uso da linguagem. Nesse cenário, torna-se indispensável conciliar o estudo das estruturas gramaticais com práticas significativas de comunicação, favorecendo uma aprendizagem contextualizada e reflexiva.

Tradicionalmente, o ensino da gramática esteve fundamentado na transmissão de regras, classificações e nomenclaturas, privilegiando exercícios de identificação e memorização. Embora esse modelo tenha contribuído para a sistematização dos conhecimentos linguísticos, ele frequentemente desconsiderou a dimensão funcional da língua e sua utilização em situações reais de interação. Conforme Antunes (2017), ensinar gramática de forma isolada, desvinculada dos textos e das práticas sociais da linguagem, reduz o potencial formativo do ensino de Língua Portuguesa e dificulta a construção de competências comunicativas.

Um dos principais desafios contemporâneos consiste em integrar a gramática às práticas de leitura, produção textual, oralidade e análise linguística. Nessa perspectiva, os conteúdos gramaticais deixam de ser um fim em si mesmos para se tornarem instrumentos que auxiliam os estudantes na compreensão e na produção de textos. A sintaxe, por exemplo, passa a ser estudada como recurso de organização das ideias, de construção da argumentação e de produção dos sentidos.

Segundo Bechara (2019), a gramática representa a sistematização do funcionamento da língua, possibilitando compreender as relações estabelecidas entre seus diversos elementos. Assim, conhecer as normas gramaticais continua sendo importante, desde que esse conhecimento seja articulado às necessidades comunicativas dos falantes e escritores.

Outro desafio relevante refere-se à diversidade linguística presente na sociedade brasileira. O português apresenta múltiplas variedades regionais, sociais e culturais, todas legítimas em seus respectivos

contextos de uso. A escola, portanto, precisa ensinar a norma-padrão sem desvalorizar as demais variedades da língua. Essa postura favorece uma educação linguística inclusiva, capaz de reconhecer a riqueza da diversidade cultural e combater preconceitos linguísticos.

Nesse sentido, Bagno (2015) argumenta que o ensino da gramática deve distinguir entre o reconhecimento da variação linguística e a aprendizagem da norma-padrão. Enquanto a primeira amplia a compreensão sobre o funcionamento da língua em diferentes contextos sociais, a segunda oferece aos estudantes acesso às formas linguísticas exigidas em situações acadêmicas, profissionais e institucionais.

Outro aspecto que desafia o ensino gramatical é a influência das tecnologias digitais sobre os modos de comunicação. As redes sociais, os aplicativos de mensagens instantâneas, os ambientes virtuais de aprendizagem e as plataformas digitais modificaram significativamente as práticas de leitura e escrita. Nesses espaços, predominam textos breves, multimodais e frequentemente marcados por abreviações, emojis e outras estratégias próprias da comunicação digital.

Essas transformações não eliminam a necessidade do ensino gramatical; ao contrário, tornam ainda mais importante o desenvolvimento da consciência linguística. O estudante precisa compreender que diferentes contextos comunicativos exigem diferentes níveis de formalidade e diferentes escolhas linguísticas. Escrever uma mensagem instantânea para um amigo envolve recursos distintos daqueles utilizados na elaboração de um artigo científico, de uma redação escolar ou de um documento oficial.

Conforme a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** (Brasil, 2018), o ensino de Língua Portuguesa deve contemplar práticas de linguagem que envolvam múltiplos gêneros textuais e diferentes esferas de circulação social. Nesse contexto, a análise linguística deve ocorrer integrada às atividades de leitura, escrita e oralidade, favorecendo a reflexão sobre os recursos gramaticais empregados na produção dos textos.

Outro desafio importante refere-se à formação inicial e continuada dos professores. O ensino contemporâneo exige profissionais capazes de articular conhecimentos da gramática normativa, da Linguística, da Linguística Textual, da Sociolinguística e da Didática da Língua Portuguesa. Essa formação interdisciplinar possibilita selecionar metodologias mais adequadas às necessidades dos estudantes e aos objetivos educacionais.

Segundo Travaglia (2018), ensinar gramática significa desenvolver a competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes utilizar conscientemente os recursos linguísticos disponíveis em diferentes situações de interação. Isso implica substituir práticas exclusivamente mecânicas por metodologias que promovam reflexão, investigação e resolução de problemas linguísticos.

As metodologias ativas representam importante contribuição nesse processo. Atividades como oficinas de produção textual, revisão colaborativa, análise de gêneros discursivos, projetos interdisciplinares, aprendizagem baseada em problemas e uso de tecnologias digitais favorecem uma

participação mais efetiva dos estudantes. Nessas situações, a gramática é estudada em função das necessidades concretas de comunicação, tornando-se mais significativa e funcional.

A avaliação da aprendizagem também constitui um desafio contemporâneo. Em vez de restringir-se à verificação da memorização de conceitos gramaticais, os processos avaliativos devem considerar a capacidade do estudante de aplicar esses conhecimentos na interpretação e na produção de textos. Dessa forma, a avaliação torna-se coerente com uma perspectiva de ensino voltada para o desenvolvimento das competências linguísticas.

Outro aspecto relevante consiste em promover a reflexão metalinguística. Ao analisar diferentes construções sintáticas, comparar variedades linguísticas e revisar seus próprios textos, os estudantes desenvolvem maior consciência sobre o funcionamento da língua. Essa capacidade favorece a autonomia intelectual e amplia as possibilidades de utilização da linguagem em diferentes contextos sociais.

Além disso, é necessário reconhecer que o ensino gramatical não deve ser entendido como oposição ao ensino da leitura e da produção textual. Pelo contrário, essas dimensões são complementares. O domínio da sintaxe, da concordância, da regência, da pontuação e dos mecanismos de coesão fortalece a compreensão leitora e melhora significativamente a qualidade da escrita, contribuindo para a formação de usuários competentes da língua.

Conclui-se, portanto, que os desafios contemporâneos do ensino gramatical exigem uma abordagem que articule conhecimentos normativos, reflexão linguística e práticas sociais de linguagem. A gramática precisa ser compreendida como instrumento para a construção de sentidos, para o desenvolvimento da competência comunicativa e para a participação crítica dos estudantes na sociedade. Ao integrar teoria e prática, o ensino gramatical torna-se mais significativo, contribuindo para a formação de leitores, escritores e cidadãos capazes de utilizar a língua de forma consciente, crítica e eficaz.

6.3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA SINTAXE

O ensino da sintaxe representa um dos pilares da aprendizagem da Língua Portuguesa na Educação Básica, uma vez que possibilita aos estudantes compreender como as palavras se organizam para formar enunciados coerentes e produzir sentidos em diferentes situações comunicativas. Entretanto, para que esse ensino seja significativo, é necessário superar práticas centradas exclusivamente na memorização de regras e classificações gramaticais, adotando estratégias metodológicas que favoreçam a reflexão sobre o funcionamento da língua em contextos reais de uso. Dessa maneira, o estudo da sintaxe transforma-se em instrumento para o desenvolvimento da competência comunicativa, da leitura crítica e da produção textual.

Segundo Antunes (2017), a gramática deve ser ensinada em estreita articulação com as práticas de linguagem. Isso significa que os conteúdos sintáticos precisam ser abordados a partir de textos autênticos e de situações concretas de comunicação, permitindo que os estudantes compreendam a função das estruturas

gramaticais na construção dos sentidos. Nessa perspectiva, a análise sintática deixa de ser uma atividade mecânica para tornar-se uma prática de investigação sobre o funcionamento da língua.

Uma das estratégias metodológicas mais eficazes consiste na utilização de diferentes gêneros textuais como objeto de estudo. Textos jornalísticos, literários, científicos, publicitários, digitais e acadêmicos oferecem inúmeras possibilidades para a observação das estruturas sintáticas em funcionamento. Ao analisar esses textos, os estudantes identificam como a organização das orações, a escolha dos conectivos, o emprego da pontuação e a disposição dos termos da oração contribuem para a clareza, a argumentação e a expressividade do discurso.

Conforme Koch e Elias (2018), a aprendizagem da língua ocorre de maneira mais significativa quando os fenômenos gramaticais são observados em textos reais, nos quais a sintaxe se apresenta integrada à construção da coerência, da coesão e da progressão temática. Essa abordagem favorece uma compreensão mais ampla da linguagem e amplia a capacidade dos estudantes de produzir textos de qualidade.

Outra estratégia relevante é a análise comparativa de estruturas sintáticas. O professor pode apresentar diferentes formas de construção de um mesmo enunciado, incentivando os estudantes a identificar alterações de significado, efeitos estilísticos e diferenças de adequação comunicativa. Esse procedimento desenvolve a consciência linguística e evidencia que as escolhas sintáticas interferem diretamente na interpretação do texto.

Observe o exemplo:

Os alunos concluíram o trabalho porque pesquisaram adequadamente.

Como pesquisaram adequadamente, os alunos concluíram o trabalho.

Embora ambos os períodos expressem uma relação de causa e consequência, a organização sintática modifica o foco da informação. A comparação entre essas construções permite compreender que a sintaxe não organiza apenas a forma da linguagem, mas também sua dimensão semântica e discursiva.

A produção e a reescrita de textos constituem outra estratégia metodológica de grande relevância. Após produzir um texto, os estudantes podem revisá-lo individualmente ou em grupos, identificando problemas relacionados à organização sintática, à concordância, à regência, à pontuação e à coesão. Esse processo favorece a reflexão metalinguística e estimula o aperfeiçoamento contínuo da escrita.

Segundo Neves (2018), o ensino da gramática deve partir da observação dos usos reais da língua, levando o estudante a compreender as razões que justificam determinadas construções sintáticas. A revisão textual constitui, portanto, importante momento de aprendizagem, pois permite analisar o funcionamento efetivo da língua na produção escrita.

As metodologias ativas também oferecem importantes contribuições para o ensino da sintaxe. Estratégias como aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, projetos interdisciplinares, aprendizagem colaborativa e sala de aula invertida colocam o estudante no centro do processo educativo.

Nessas abordagens, o conhecimento sintático é construído mediante investigação, resolução de desafios e aplicação prática dos conceitos estudados.

Outra possibilidade metodológica consiste na utilização de oficinas de análise linguística. Nessas atividades, os estudantes investigam textos, formulam hipóteses, discutem diferentes interpretações e constroem coletivamente explicações para os fenômenos sintáticos observados. O professor atua como mediador da aprendizagem, promovendo questionamentos que estimulem o pensamento crítico e a autonomia intelectual.

A integração entre sintaxe e tecnologias digitais também representa importante estratégia pedagógica. Ambientes virtuais de aprendizagem, plataformas colaborativas, editores de texto com ferramentas de revisão, corpora linguísticos, dicionários eletrônicos e aplicativos educacionais ampliam as possibilidades de investigação da língua. Esses recursos favorecem atividades de análise textual, produção colaborativa e revisão da escrita, aproximando o ensino das práticas comunicativas contemporâneas.

De acordo com a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** (Brasil, 2018), a análise linguística deve estar articulada às práticas de leitura, oralidade e produção textual, promovendo a reflexão sobre os recursos linguísticos empregados em diferentes gêneros e contextos de circulação. Essa orientação reforça a necessidade de metodologias que integrem teoria e prática, evitando o ensino fragmentado dos conteúdos gramaticais.

Outra estratégia importante refere-se ao trabalho com sequências didáticas. Ao organizar um conjunto de atividades progressivas em torno de determinado gênero textual, o professor cria oportunidades para que os estudantes observem, analisem e utilizem conscientemente diferentes estruturas sintáticas durante a leitura, a produção e a revisão dos textos. Essa abordagem favorece a aprendizagem contextualizada e o desenvolvimento gradual das competências linguísticas.

A avaliação da aprendizagem também deve acompanhar essa perspectiva metodológica. Em vez de restringir-se à identificação de termos da oração ou à classificação de estruturas sintáticas, o processo avaliativo precisa considerar a capacidade dos estudantes de aplicar os conhecimentos gramaticais na interpretação e na produção textual. Portfólios, projetos, produções escritas, autoavaliações e revisões colaborativas constituem instrumentos capazes de revelar o desenvolvimento efetivo das competências linguísticas.

A formação continuada dos professores desempenha igualmente papel decisivo. O domínio dos fundamentos da gramática normativa, aliado aos conhecimentos da Linguística, da Linguística Textual, da Sociolinguística e da Didática da Língua Portuguesa, permite selecionar estratégias metodológicas mais adequadas às características da turma e aos objetivos educacionais. Conforme Travaglia (2018), ensinar gramática significa desenvolver a competência de uso da língua, e isso exige práticas pedagógicas que articulem reflexão, análise e produção de textos.

Em síntese, o ensino da sintaxe deve ser concebido como um processo investigativo, contextualizado e voltado para o uso efetivo da linguagem. As estratégias metodológicas fundamentadas na leitura, na produção textual, na análise linguística, nas metodologias ativas e no uso das tecnologias digitais contribuem para uma aprendizagem mais significativa e para o desenvolvimento da competência comunicativa. Dessa forma, a sintaxe deixa de ser percebida como um conjunto de regras abstratas e passa a constituir um instrumento essencial para a construção de sentidos, a organização do pensamento e a participação crítica dos estudantes nas práticas sociais da linguagem.

6.4 A SINTAXE NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA

A leitura e a escrita constituem competências essenciais para a formação acadêmica, profissional e cidadã dos indivíduos. Ambas dependem de múltiplos fatores cognitivos, linguísticos e socioculturais, entre os quais se destaca o domínio da sintaxe. Ao organizar as relações entre palavras, orações e períodos, a sintaxe fornece os mecanismos necessários para a construção e a interpretação dos sentidos, favorecendo a compreensão leitora e a produção de textos claros, coesos e coerentes. Assim, o estudo da sintaxe não deve ser compreendido apenas como um componente da gramática normativa, mas como um instrumento indispensável para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Segundo Bechara (2019), a sintaxe estuda as relações estabelecidas entre os elementos da oração e do período, permitindo compreender como a língua organiza o pensamento e estrutura os enunciados. Essas relações constituem a base da comunicação escrita, pois possibilitam que o leitor identifique a função dos diferentes constituintes sintáticos e interprete adequadamente as informações presentes no texto.

No processo de leitura, a compreensão não resulta apenas da identificação das palavras, mas da capacidade de reconhecer as relações sintáticas que as conectam. O leitor interpreta um texto à medida que estabelece vínculos entre sujeitos, predicados, complementos, modificadores, conectivos e demais elementos que estruturam os enunciados. Dessa forma, quanto maior o domínio das estruturas sintáticas, maiores são as possibilidades de compreender textos de diferentes níveis de complexidade.

Conforme Koch e Elias (2018), a construção dos sentidos decorre da interação entre os conhecimentos linguísticos, os conhecimentos de mundo e as estratégias cognitivas mobilizadas durante a leitura. Nesse processo, a sintaxe desempenha função organizadora, pois orienta a articulação das informações e contribui para a progressão textual, permitindo que o leitor acompanhe o desenvolvimento do raciocínio apresentado pelo autor.

A organização sintática também influencia diretamente a identificação das relações lógico-semânticas existentes no texto. Conjunções, pronomes relativos, advérbios e demais conectores estabelecem vínculos de causa, consequência, oposição, condição, finalidade, comparação e conclusão,

fundamentais para a compreensão global da mensagem. O reconhecimento dessas relações favorece uma leitura crítica e reflexiva, especialmente em textos argumentativos, científicos e acadêmicos.

Observe o seguinte exemplo:

Embora o experimento tenha apresentado limitações, os resultados confirmaram a hipótese inicial.

A conjunção "**embora**" estabelece uma relação de concessão entre as orações. O reconhecimento dessa estrutura sintática permite ao leitor compreender que as limitações da pesquisa não impediram a confirmação da hipótese. Sem essa percepção, a interpretação do período pode tornar-se incompleta ou equivocada.

Da mesma forma, a sintaxe exerce papel decisivo na produção escrita. Escrever implica organizar ideias segundo uma sequência lógica, estabelecendo relações coerentes entre frases, orações e parágrafos. O domínio das estruturas sintáticas possibilita selecionar construções adequadas aos objetivos comunicativos, evitando ambiguidades, fragmentações e incoerências.

Segundo Cunha e Cintra (2017), a correta articulação entre coordenação e subordinação constitui um dos principais recursos para a elaboração de textos bem estruturados. A coordenação favorece a progressão das informações em mesmo nível sintático, enquanto a subordinação permite explicitar relações de dependência, enriquecendo a argumentação e conferindo maior precisão ao discurso.

A produção textual exige também o domínio de outros aspectos sintáticos, como concordância, regência, pontuação e ordem dos constituintes da oração. Esses elementos contribuem para a clareza e para a fluidez do texto, facilitando a comunicação entre autor e leitor. Quando empregados adequadamente, permitem que as ideias sejam apresentadas de forma organizada e coerente.

Neves (2018) destaca que o ensino da gramática deve privilegiar a observação dos usos efetivos da língua, levando os estudantes a compreender como as escolhas sintáticas influenciam a construção dos significados. Essa perspectiva aproxima o estudo da sintaxe das práticas reais de leitura e escrita, tornando a aprendizagem mais significativa.

Outro aspecto relevante refere-se à coesão textual. Os mecanismos coesivos, como pronomes referenciais, conectivos, elipses e substituições lexicais, dependem das relações sintáticas para estabelecer continuidade temática entre os diferentes segmentos do texto. Conforme Koch e Elias (2018), a coesão funciona como elemento articulador da textualidade, favorecendo a compreensão e evitando rupturas na progressão das ideias.

No ambiente escolar, o ensino da sintaxe deve estar integrado às práticas de leitura e produção textual. Em vez de limitar-se à classificação de termos da oração ou à memorização de regras, o professor pode propor atividades que envolvam análise de textos, reescrita de períodos, revisão linguística, identificação de ambiguidades e comparação entre diferentes construções sintáticas. Essas estratégias permitem que os estudantes compreendam a funcionalidade da sintaxe na comunicação escrita.

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** (Brasil, 2018) reforça essa perspectiva ao orientar que a análise linguística seja desenvolvida em articulação com as práticas de linguagem. O documento destaca que o estudo dos recursos gramaticais deve contribuir para o aprimoramento das capacidades de leitura, escrita e oralidade, favorecendo o uso consciente da língua em diferentes contextos sociais.

A sintaxe também desempenha papel importante no desenvolvimento da competência argumentativa. A construção de textos dissertativos, científicos e acadêmicos exige domínio das relações entre coordenação, subordinação, conectividade e progressão temática. O uso adequado dessas estruturas permite apresentar argumentos de forma lógica, estabelecer relações entre evidências e conclusões e construir raciocínios consistentes.

Além disso, o conhecimento sintático favorece a revisão textual. Durante esse processo, o escritor identifica problemas relacionados à organização dos períodos, à repetição de estruturas, ao emprego dos conectivos e à clareza das informações. Essa capacidade de revisar e reescrever textos constitui uma das habilidades mais importantes para a produção escrita de qualidade.

Segundo Antunes (2017), ensinar gramática significa oferecer aos estudantes instrumentos para compreender e utilizar a língua em situações reais de comunicação. A sintaxe, nesse contexto, deve ser apresentada como um recurso para organizar o pensamento, construir argumentos e produzir textos adequados às diferentes finalidades comunicativas.

Conclui-se, portanto, que a sintaxe exerce papel fundamental no desenvolvimento da leitura e da escrita. Ao organizar as relações entre palavras, orações e períodos, ela favorece a compreensão textual, fortalece a produção escrita e amplia a competência comunicativa dos estudantes. Seu ensino, quando integrado às práticas de linguagem, contribui para a formação de leitores críticos, escritores competentes e cidadãos capazes de participar de forma consciente e eficaz das diversas práticas sociais mediadas pela linguagem.

6.5 A SINTAXE COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO

A sintaxe desempenha papel fundamental na organização da língua e na construção dos textos, pois estabelece as relações entre as palavras, as orações e os períodos, possibilitando que as ideias sejam articuladas de maneira lógica, coerente e significativa. Embora tradicionalmente seja definida como o ramo da gramática que estuda a combinação das palavras nas frases, sua importância ultrapassa os limites da análise estrutural, uma vez que está diretamente relacionada à produção de sentidos e à eficácia da comunicação. Assim, compreender a sintaxe como elemento de construção textual significa reconhecer que a organização sintática influencia não apenas a forma do texto, mas também sua capacidade de informar, argumentar, descrever, narrar e persuadir.

Na perspectiva da Linguística contemporânea, o texto constitui a unidade básica da comunicação. Não se trata apenas de uma sequência de frases organizadas segundo regras gramaticais, mas de um conjunto articulado de enunciados que atende a uma finalidade comunicativa específica. Nesse contexto, a sintaxe assume papel decisivo, pois organiza linguisticamente as informações, estabelece relações entre os elementos do discurso e contribui para a construção da coesão e da coerência textual. Conforme destaca Ingedore Villaça Koch (2015), o sentido de um texto resulta da interação entre os recursos linguísticos utilizados pelo produtor e os conhecimentos mobilizados pelo leitor durante o processo de interpretação. Dessa forma, as estruturas sintáticas funcionam como mecanismos que orientam a compreensão e favorecem a progressão das ideias.

A organização sintática permite que o produtor do texto distribua as informações de maneira estratégica, definindo quais elementos receberão maior destaque e quais estabelecerão relações de dependência ou complementaridade. A escolha entre períodos simples e compostos, entre coordenação e subordinação, bem como a disposição dos constituintes da oração, interfere diretamente na clareza e na expressividade do discurso. Um texto elaborado com estruturas sintáticas adequadas apresenta maior fluidez, facilita a interpretação do leitor e reduz a ocorrência de ambiguidades que possam comprometer a comunicação.

Sob essa perspectiva, a sintaxe não deve ser compreendida apenas como um conjunto de normas destinadas à organização das frases, mas como um recurso essencial para a construção dos sentidos. As escolhas sintáticas realizadas pelo autor refletem suas intenções comunicativas e produzem diferentes efeitos discursivos. Um período composto por diversas orações subordinadas pode conferir maior detalhamento e complexidade às informações, enquanto períodos curtos e coordenados tendem a imprimir maior dinamismo, objetividade e ritmo ao texto. Assim, as estruturas sintáticas constituem importantes instrumentos para a organização do pensamento e para a expressão das ideias.

As reflexões de Irandé Antunes (2014) reforçam essa compreensão ao defender que a gramática deve estar a serviço da construção textual. Segundo a autora, ensinar sintaxe significa possibilitar ao estudante compreender como a organização das estruturas linguísticas interfere na produção dos significados. A análise sintática, portanto, não pode restringir-se à identificação de sujeito, predicado ou complementos verbais; ela deve contribuir para que o aluno perceba como essas estruturas atuam na organização dos textos e na realização dos diferentes objetivos comunicativos.

Essa concepção representa uma mudança significativa em relação às abordagens tradicionais do ensino da gramática. Durante muitos anos, a sintaxe foi ensinada por meio de exercícios mecânicos de classificação e análise de frases isoladas, frequentemente desvinculadas de contextos reais de comunicação. Embora esse procedimento favoreça o conhecimento das categorias gramaticais, ele pouco contribui para o desenvolvimento da competência textual. Em contrapartida, quando a análise sintática é realizada a partir

de textos autênticos, os estudantes conseguem compreender a função das estruturas linguísticas na organização do discurso e na construção dos sentidos.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre sintaxe e organização lógica das informações. Em qualquer texto, as ideias precisam ser apresentadas de forma articulada para que o leitor consiga acompanhar o raciocínio desenvolvido pelo autor. Nesse processo, a sintaxe desempenha função organizadora ao estabelecer relações temporais, causais, condicionais, consecutivas, comparativas e concessivas entre as orações. Essas relações são expressas por meio de conectivos, conjunções, pronomes relativos e outras estruturas gramaticais que promovem a continuidade textual.

Segundo Luiz Carlos Travaglia (2009), a principal finalidade do ensino da língua portuguesa consiste no desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes. Para o autor, isso implica compreender que a gramática deve ser estudada em função dos usos sociais da linguagem, e não como um sistema de regras descontextualizadas. A sintaxe, nesse sentido, representa um dos recursos que permitem aos falantes organizar seus discursos de acordo com os diferentes contextos comunicativos, adaptando suas escolhas linguísticas às características do interlocutor, do gênero textual e da finalidade da comunicação.

A construção da textualidade depende, em grande medida, da organização sintática. Os mecanismos de coesão responsáveis por estabelecer relações entre frases e parágrafos utilizam recursos sintáticos como pronomes referenciais, elipses, substituições lexicais e conectores discursivos. Esses elementos evitam repetições desnecessárias, asseguram a continuidade temática e favorecem a progressão das informações. Quando empregados de maneira adequada, contribuem para que o texto apresente unidade, fluidez e coerência.

Além da função organizadora, a sintaxe exerce importante papel argumentativo. Em textos de natureza dissertativa, científica ou jurídica, por exemplo, a escolha das estruturas sintáticas influencia diretamente a construção da argumentação. O emprego de orações subordinadas explicativas, causais, concessivas ou conclusivas permite estabelecer relações lógicas entre as ideias, fortalecendo a consistência dos argumentos apresentados. Nesses casos, a sintaxe atua como instrumento de persuasão, orientando o leitor na interpretação das informações e na compreensão do posicionamento defendido pelo autor.

As contribuições de José Luiz Fiorin (2018) evidenciam que a organização sintática participa ativamente da produção de sentidos. Segundo o autor, a estrutura das frases não constitui um elemento neutro da linguagem; ao contrário, ela interfere na forma como os enunciados são interpretados pelos interlocutores. A ordem das palavras, a escolha dos conectores, a distribuição das informações e a organização dos períodos podem enfatizar determinados conteúdos, ocultar outros ou produzir diferentes efeitos argumentativos e estilísticos.

Essa dimensão funcional da sintaxe também é ressaltada por Mikhail Bakhtin (2016), ao afirmar que toda produção linguística ocorre em contextos concretos de interação social. Para o autor, as estruturas

sintáticas somente adquirem pleno significado quando inseridas em situações reais de comunicação. Isso significa que a análise da sintaxe deve considerar o gênero textual, os interlocutores, os objetivos discursivos e as condições históricas em que o texto foi produzido. A linguagem, portanto, realiza-se por meio de enunciados que articulam forma, conteúdo e contexto.

No contexto educacional, compreender a sintaxe como elemento de construção do texto implica adotar práticas pedagógicas que integrem análise linguística, leitura e produção textual. O estudo das estruturas sintáticas torna-se mais significativo quando realizado a partir da observação de textos pertencentes a diferentes gêneros discursivos, permitindo que os estudantes percebam como as escolhas linguísticas influenciam a organização das ideias e a produção dos sentidos. Além disso, atividades de reescrita e revisão textual favorecem a reflexão sobre o uso da sintaxe como recurso para aprimorar a clareza, a coesão e a argumentação.

Outro aspecto importante refere-se ao desenvolvimento da autonomia do escritor. À medida que o estudante compreende o funcionamento das estruturas sintáticas, passa a utilizá-las de maneira mais consciente durante a produção de seus próprios textos. A revisão deixa de concentrar-se exclusivamente em aspectos ortográficos e passa a considerar também a organização dos períodos, a articulação das ideias, o emprego adequado dos conectivos e a construção da progressão textual. Esse processo fortalece a competência linguística e amplia a capacidade de expressão escrita.

As reflexões de Maria Helena de Moura Neves (2018) corroboram essa perspectiva ao defender que a gramática deve ser compreendida como descrição do funcionamento da língua em uso. Para a autora, a sintaxe constitui um sistema funcional que organiza as relações entre os elementos do discurso, possibilitando que os falantes construam textos adequados às diferentes situações comunicativas. Consequentemente, seu ensino deve privilegiar a observação da língua em funcionamento, articulando conhecimentos gramaticais às práticas efetivas de leitura e escrita.

Em síntese, a sintaxe constitui um dos principais elementos responsáveis pela construção do texto. Sua atuação ultrapassa a simples organização formal das palavras, abrangendo a articulação das ideias, a progressão temática, a coesão, a coerência e a produção dos sentidos. Ao organizar linguisticamente o discurso, a sintaxe transforma-se em instrumento essencial para a comunicação humana, permitindo que diferentes gêneros textuais cumpram suas finalidades informativas, argumentativas, narrativas, descritivas ou persuasivas. Por essa razão, seu estudo deve integrar os conhecimentos gramaticais às práticas de linguagem, favorecendo o desenvolvimento de leitores críticos e produtores competentes de textos.

6.6 ANÁLISE SINTÁTICA EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS

A análise sintática constitui um dos principais instrumentos para compreender o funcionamento da língua nos diversos contextos de comunicação. Entretanto, sua aplicação não deve restringir-se à

identificação dos termos da oração ou à classificação de estruturas gramaticais isoladas. Na perspectiva da Linguística Textual e da Análise do Discurso, a sintaxe deve ser compreendida em estreita relação com os diferentes gêneros textuais, uma vez que cada gênero apresenta características estruturais, linguísticas e discursivas próprias, determinadas por sua finalidade comunicativa, pelo contexto de produção e pelo público a que se destina. Assim, analisar sintaticamente um texto significa investigar como as escolhas estruturais contribuem para a construção dos sentidos, para a organização das informações e para a eficácia da comunicação.

Os gêneros textuais constituem formas relativamente estáveis de enunciados produzidos nas diferentes esferas da atividade humana. Conforme afirma Mikhail Bakhtin (2016), cada esfera social desenvolve seus próprios gêneros discursivos, que apresentam conteúdos temáticos, estilos e construções composicionais específicos. Dessa forma, a organização sintática não ocorre de maneira aleatória; ela adapta-se às exigências comunicativas de cada gênero, evidenciando que as estruturas linguísticas são determinadas tanto pelas normas da língua quanto pelas condições de uso do discurso.

Sob essa perspectiva, a análise sintática precisa ultrapassar a dimensão estritamente normativa para considerar as funções desempenhadas pelas estruturas gramaticais na produção textual. A disposição dos constituintes da oração, a escolha entre coordenação e subordinação, o emprego dos tempos verbais, a ordem dos termos e os mecanismos de coesão variam conforme o gênero textual utilizado. Essas escolhas interferem diretamente na clareza, na objetividade, na argumentação, na expressividade e na progressão temática do texto.

Nos textos acadêmicos, por exemplo, observa-se predominância de estruturas sintáticas mais elaboradas, marcadas pelo uso frequente de períodos compostos, orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, além de conectores responsáveis por estabelecer relações de causa, consequência, condição, comparação e conclusão. Esse padrão sintático atende à necessidade de desenvolver raciocínios complexos, apresentar argumentos fundamentados e estabelecer relações lógicas entre conceitos científicos. Segundo Ingedore Villaça Koch (2015), a organização sintática exerce papel decisivo na construção da coerência textual, permitindo que o leitor acompanhe a progressão das ideias e compreenda a articulação entre os diferentes segmentos do texto.

Nos artigos científicos, dissertações, teses e ensaios acadêmicos também é frequente a utilização da voz passiva analítica e sintética, especialmente quando o autor pretende enfatizar o processo investigativo ou os resultados obtidos, em vez de destacar o pesquisador. Expressões como "os dados foram analisados", "os resultados indicam" ou "observou-se que" demonstram como determinadas escolhas sintáticas conferem maior objetividade e impessoalidade ao discurso científico.

Em contraste, os textos jornalísticos priorizam estruturas sintáticas mais diretas e objetivas. Notícias, reportagens e notas informativas costumam apresentar períodos relativamente curtos, ordem

direta dos constituintes da oração e predomínio de verbos no modo indicativo, favorecendo a rapidez da leitura e a clareza das informações. Nesses textos, a sintaxe busca reduzir ambiguidades e facilitar o acesso imediato às informações essenciais, respeitando o princípio da objetividade característico do discurso jornalístico.

Mesmo nesse gênero, entretanto, a organização sintática pode variar conforme a intenção comunicativa. Reportagens investigativas, editoriais e artigos de opinião frequentemente recorrem a períodos mais extensos, orações subordinadas explicativas e conectores argumentativos para desenvolver análises mais aprofundadas dos acontecimentos. Assim, a sintaxe adapta-se às diferentes modalidades do próprio gênero jornalístico.

Nos textos literários, a análise sintática revela grande diversidade estrutural. A literatura frequentemente rompe com os padrões sintáticos convencionais para produzir efeitos estéticos, expressivos e estilísticos. Inversões da ordem direta, elipses, anacolutos, paralelismos, repetições, períodos fragmentados e construções metafóricas constituem recursos amplamente utilizados por escritores para intensificar emoções, caracterizar personagens, representar a oralidade ou construir ritmos narrativos específicos.

Segundo José Luiz Fiorin (2018), a linguagem literária caracteriza-se justamente pela exploração criativa das possibilidades oferecidas pelo sistema linguístico. Nessa perspectiva, a sintaxe deixa de cumprir apenas função organizadora para assumir também importante papel estético, contribuindo para a construção do estilo individual do autor e para a produção dos múltiplos sentidos presentes na obra literária.

Os textos publicitários apresentam outra configuração sintática bastante particular. Em razão de sua finalidade persuasiva, predominam frases curtas, verbos no modo imperativo, períodos simples, construções nominais e estruturas que favorecem a memorização das mensagens. A economia linguística constitui uma característica marcante desse gênero, pois a eficácia da publicidade depende da capacidade de transmitir informações rapidamente e provocar impacto imediato sobre o leitor ou consumidor.

Nesse contexto, a sintaxe associa-se a recursos visuais, gráficos e semióticos, formando um conjunto integrado de estratégias persuasivas. A ordem das palavras, a omissão de determinados elementos sintáticos e o emprego de frases nominais frequentemente intensificam o efeito comunicativo das campanhas publicitárias.

Os gêneros digitais, por sua vez, evidenciam novas possibilidades de organização sintática. Mensagens instantâneas, publicações em redes sociais, blogs, fóruns de discussão e plataformas digitais apresentam estruturas mais flexíveis, marcadas por períodos curtos, uso frequente de coordenação, abreviações, marcas de oralidade e recursos multimodais. Essas características refletem a velocidade da comunicação contemporânea e demonstram a capacidade adaptativa da língua diante das transformações tecnológicas.

Entretanto, mesmo nesses contextos, as escolhas sintáticas permanecem condicionadas aos objetivos da comunicação. Um artigo científico publicado em meio digital preserva estruturas sintáticas formais, enquanto uma conversa em aplicativos de mensagens admite construções mais espontâneas e informais. Isso confirma que a sintaxe varia conforme o gênero textual e a situação comunicativa, e não apenas em função do suporte em que o texto circula.

No âmbito educacional, essa compreensão possui importantes implicações metodológicas. Durante muito tempo, a análise sintática foi desenvolvida a partir de frases isoladas, frequentemente descontextualizadas e desprovidas de finalidade comunicativa. Embora esse procedimento facilite a identificação de estruturas gramaticais, ele limita a compreensão do funcionamento da língua nos usos reais. Conforme argumenta Irandé Antunes (2014), o ensino da gramática deve ocorrer a partir de textos autênticos, permitindo que os estudantes observem como os recursos sintáticos participam efetivamente da construção dos sentidos.

Nessa perspectiva, a análise sintática em diferentes gêneros textuais favorece o desenvolvimento da competência comunicativa. Ao comparar um artigo científico, uma notícia, um conto, uma propaganda e uma postagem em ambiente digital, os estudantes percebem que a organização das orações responde às necessidades específicas de cada situação comunicativa. Essa percepção amplia a consciência linguística e possibilita compreender que as estruturas sintáticas não são escolhidas aleatoriamente, mas em função das intenções discursivas do produtor do texto.

Além disso, essa abordagem fortalece a articulação entre leitura, análise linguística e produção textual. Ao identificar como determinados recursos sintáticos contribuem para a argumentação, a descrição, a narração ou a exposição, o estudante passa a utilizar essas estruturas de maneira mais consciente em seus próprios textos. A análise deixa de ser exclusivamente classificatória e transforma-se em instrumento para aperfeiçoar a competência escrita e ampliar as possibilidades expressivas dos usuários da língua.

As reflexões de Luiz Carlos Travaglia (2009) reforçam essa proposta ao defender que a gramática deve ser ensinada em função da interação social. Para o autor, o objetivo do ensino não consiste apenas em transmitir regras, mas em desenvolver a capacidade dos estudantes de utilizar a língua de forma adequada aos diferentes contextos comunicativos. A análise sintática, portanto, precisa estar integrada às práticas de leitura, interpretação e produção de textos, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Em síntese, a análise sintática em diferentes gêneros textuais evidencia que a organização da língua varia conforme as finalidades comunicativas, os interlocutores e os contextos sociais de produção do discurso. A sintaxe deixa de ser compreendida como um conjunto rígido de normas para revelar-se um sistema flexível, capaz de adaptar-se às múltiplas necessidades da comunicação humana. Para o ensino da Língua Portuguesa, essa perspectiva representa um avanço significativo, pois promove uma abordagem que

integra conhecimentos gramaticais, textuais e discursivos, formando leitores críticos e produtores competentes de textos em diferentes esferas de circulação social.

6.7 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA SINTAXE PARA A LEITURA, A ESCRITA E A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

O ensino da sintaxe ocupa posição central na formação linguística dos estudantes, pois possibilita compreender os mecanismos que organizam a língua e favorecem a construção dos sentidos nos diferentes contextos comunicativos. Mais do que um conjunto de regras normativas, a sintaxe constitui um sistema de relações entre palavras, orações e períodos, permitindo que o falante organize suas ideias de maneira lógica, coerente e adequada às diversas situações de interação social. Nessa perspectiva, o ensino da sintaxe deve ser concebido como instrumento para o desenvolvimento da competência comunicativa, da leitura crítica e da produção textual, superando práticas pedagógicas fundamentadas exclusivamente na memorização de classificações gramaticais (ANTUNES, 2014).

Historicamente, o ensino da gramática nas escolas brasileiras esteve centrado na identificação de classes gramaticais e na análise mecânica de estruturas linguísticas. Essa abordagem, predominantemente normativa, privilegiava a reprodução de regras em detrimento da compreensão do funcionamento da língua em situações reais de comunicação. Conforme Geraldi (2011), essa concepção reduziu o estudo da língua a exercícios de classificação, distanciando-o das práticas efetivas de leitura, escrita e oralidade desenvolvidas pelos estudantes.

Nas últimas décadas, entretanto, os estudos linguísticos e educacionais passaram a defender uma perspectiva mais ampla para o ensino da sintaxe. A linguagem passou a ser compreendida como prática social, na qual os conhecimentos gramaticais são mobilizados para produzir sentidos em diferentes gêneros discursivos. Nessa abordagem, a análise sintática deixa de ser um fim em si mesma e passa a constituir instrumento para compreender como os textos são organizados e como as escolhas linguísticas influenciam a comunicação (TRAVAGLIA, 2009).

A leitura constitui uma das competências mais diretamente beneficiadas pelo domínio da sintaxe. Compreender a estrutura das orações, identificar as relações entre sujeito, verbo, complementos e modificadores, bem como reconhecer os mecanismos de coordenação e subordinação, permite ao leitor interpretar textos com maior precisão. Koch e Elias (2018) afirmam que a construção dos sentidos depende da articulação entre os conhecimentos linguísticos e os conhecimentos de mundo, sendo a sintaxe um dos principais recursos responsáveis pela organização da informação textual.

Em textos acadêmicos, científicos, jurídicos ou jornalísticos, a organização sintática exerce influência decisiva sobre a interpretação. Períodos longos, compostos por diversas orações subordinadas, exigem do leitor a capacidade de reconhecer relações de causa, consequência, condição, finalidade,

comparação e explicação. O domínio dessas estruturas favorece a compreensão global do texto e reduz ambiguidades interpretativas, contribuindo para o desenvolvimento da leitura crítica e reflexiva (BECHARA, 2019).

A escrita também depende diretamente dos conhecimentos sintáticos. Produzir um texto coeso e coerente exige muito mais do que domínio ortográfico ou amplo vocabulário; requer a capacidade de organizar as ideias em estruturas sintáticas adequadas, estabelecer relações entre os períodos e utilizar corretamente os recursos de concordância, regência, pontuação e colocação pronominal. Segundo Antunes (2014), escrever consiste em realizar escolhas linguísticas conscientes, e essas escolhas estão intimamente relacionadas ao conhecimento do funcionamento sintático da língua.

Além da organização estrutural, a sintaxe favorece a construção da argumentação. Em textos dissertativos, por exemplo, a utilização adequada de orações coordenadas e subordinadas possibilita estabelecer relações lógicas entre as ideias, organizar justificativas, apresentar exemplos, formular hipóteses e construir conclusões. Travaglia (2009) ressalta que a competência textual está diretamente associada ao domínio dos mecanismos sintáticos responsáveis pela progressão temática e pela articulação dos argumentos.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento da competência comunicativa. Conforme Hymes (1972), comunicar-se adequadamente não significa apenas conhecer as regras da língua, mas saber utilizá-las de forma pertinente em diferentes contextos sociais. Nessa perspectiva, a sintaxe deixa de representar apenas um componente gramatical e passa a integrar um conjunto de competências que envolvem adequação, intencionalidade, clareza e eficácia comunicativa.

Essa compreensão encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe uma concepção de ensino da língua portuguesa fundamentada nas práticas sociais de linguagem. O documento orienta que os conteúdos gramaticais sejam trabalhados de maneira articulada às atividades de leitura, produção textual, oralidade e análise linguística, permitindo ao estudante compreender o funcionamento da língua em diferentes situações de uso (BRASIL, 2018).

Sob essa perspectiva, o ensino da sintaxe deve promover a reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas. O estudante precisa compreender, por exemplo, como diferentes estruturas sintáticas podem alterar a ênfase de uma informação, modificar a progressão textual ou produzir distintos efeitos argumentativos. Conforme Neves (2020), a gramática somente cumpre sua função educativa quando possibilita ao aluno compreender o funcionamento da língua em uso, desenvolvendo autonomia linguística e capacidade crítica.

No contexto da educação básica, o trabalho com a sintaxe deve ocorrer por meio da análise de textos autênticos pertencentes aos mais variados gêneros discursivos. A identificação das funções sintáticas, dos mecanismos de coesão e das relações entre as orações torna-se significativamente mais produtiva quando

vinculada às situações concretas de leitura e escrita. Essa abordagem favorece uma aprendizagem significativa, na qual os conhecimentos gramaticais deixam de ser conteúdos abstratos e passam a constituir ferramentas para a construção do conhecimento e da comunicação (GERALDI, 2011).

Além disso, o ensino contextualizado da sintaxe contribui para a formação de leitores e escritores mais competentes. Ao compreender como a organização das estruturas linguísticas interfere na produção dos sentidos, o estudante desenvolve maior autonomia para interpretar diferentes textos, revisar sua própria escrita e adequar sua linguagem às exigências acadêmicas, profissionais e sociais. Koch e Elias (2018) destacam que essa competência constitui um dos pilares da educação linguística contemporânea.

A análise sintática também favorece o desenvolvimento do pensamento crítico. Ao refletir sobre as escolhas realizadas pelo autor de um texto, o estudante aprende a identificar relações de causa, consequência, oposição, finalidade e argumentação, tornando-se capaz de analisar discursos com maior profundidade e consciência. Essa habilidade mostra-se particularmente relevante diante da grande circulação de informações nos ambientes digitais, nos quais a interpretação crítica da linguagem representa condição essencial para o exercício da cidadania.

Por fim, o ensino da sintaxe fortalece a formação integral do indivíduo ao desenvolver competências que ultrapassam o domínio da gramática normativa. A capacidade de compreender, interpretar, argumentar e produzir textos claros, coerentes e adequados às diferentes situações comunicativas constitui requisito indispensável para a participação ativa na sociedade contemporânea. Dessa forma, o estudo da sintaxe revela-se instrumento fundamental para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento da competência comunicativa e para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de utilizar a linguagem de forma consciente e eficaz.

CAPÍTULO 7 – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

7.1 CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A língua é um organismo vivo e dinâmico que acompanha as transformações históricas, sociais, culturais e geográficas das comunidades que a utilizam. Dessa forma, não existe uma única maneira de falar ou escrever uma língua, mas diferentes formas de manifestação que atendem às necessidades comunicativas dos falantes em diferentes contextos. Esse fenômeno recebe o nome de **variação linguística**, sendo um dos principais objetos de estudo da Sociolinguística.

Segundo Marcos Bagno (2007), a variação linguística demonstra que todas as variedades de uma língua possuem organização e regras próprias, não podendo ser consideradas erradas apenas por divergirem da norma-padrão. Para o autor, a diversidade linguística é consequência natural da diversidade social existente em qualquer sociedade.

Na mesma perspectiva, William Labov (2008) afirma que toda língua apresenta heterogeneidade estruturada, isto é, diferentes formas de expressão coexistem dentro do mesmo sistema linguístico, sendo influenciadas por fatores sociais, econômicos, culturais, etários e geográficos.

No contexto educacional, compreender a variação linguística significa reconhecer que os alunos chegam à escola trazendo conhecimentos linguísticos adquiridos em seu ambiente familiar e social. Cabe ao ensino de Língua Portuguesa ampliar essas competências, desenvolvendo o domínio da norma-padrão sem desvalorizar as variedades utilizadas pelos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular enfatiza que o ensino da língua deve contemplar a diversidade linguística brasileira, promovendo o respeito às diferentes formas de expressão e combatendo o preconceito linguístico (BRASIL, 2018).

Assim, a variação linguística constitui um importante instrumento para compreender a relação entre língua, sociedade e cultura, permitindo que o ensino da sintaxe seja realizado de forma contextualizada e significativa.

7.1.1 A língua como fenômeno social

A linguagem é um dos principais elementos constitutivos da vida em sociedade. Por meio dela, os indivíduos compartilham conhecimentos, expressam sentimentos, constroem identidades e estabelecem relações sociais. Por essa razão, a língua não pode ser compreendida apenas como um conjunto de regras gramaticais, mas como um fenômeno essencialmente social.

Para Ferdinand de Saussure (2012), a língua representa um sistema coletivo de signos compartilhado pelos membros de uma comunidade. Entretanto, sua utilização cotidiana sofre adaptações conforme o contexto comunicativo, os interlocutores e as circunstâncias de interação.

Sob uma perspectiva sociolinguística, Labov (2008) demonstra que toda mudança linguística nasce da própria interação social. As diferenças de escolaridade, profissão, faixa etária, região, gênero e grupo cultural influenciam diretamente a maneira como os indivíduos utilizam a língua.

No Brasil, marcado por grande diversidade regional e cultural, essas diferenças tornam-se ainda mais evidentes. As variedades linguísticas presentes nas diferentes regiões refletem aspectos históricos da colonização, dos movimentos migratórios, das influências indígenas, africanas e europeias, além das transformações sociais ocorridas ao longo dos séculos.

Segundo Bagno (2007), considerar apenas a norma-padrão como forma legítima de comunicação contribui para fortalecer práticas de exclusão social, uma vez que a maior parte da população utiliza variedades linguísticas diferentes daquelas prescritas pelas gramáticas tradicionais.

Nesse sentido, a escola assume importante papel na valorização da diversidade linguística, ensinando aos estudantes que existem diferentes registros da língua, cada um adequado às situações de uso.

7.1.2 Variação linguística e ensino da sintaxe

A sintaxe estuda a organização das palavras nas frases e a construção dos enunciados. Entretanto, essa organização também sofre influência das diferentes variedades linguísticas existentes na sociedade.

Em situações de comunicação informal, por exemplo, determinadas estruturas sintáticas diferem daquelas prescritas pela gramática normativa sem comprometer a compreensão da mensagem. Expressões como "A gente vai", "Os menino chegaram" ou "Pra mim fazer" representam construções recorrentes em determinadas variedades do português brasileiro, sendo objeto de estudo da Sociolinguística.

Segundo Bagno (2007), essas construções não constituem erros propriamente ditos, mas variedades linguísticas que seguem padrões próprios de organização.

A BNCC (BRASIL, 2018) orienta que o ensino da gramática e da sintaxe seja contextualizado, permitindo aos estudantes compreender quando utilizar registros formais e informais da língua, desenvolvendo competência comunicativa para diferentes situações sociais.

Desse modo, o estudo da sintaxe não deve limitar-se à memorização de regras, mas contribuir para que os alunos compreendam como as estruturas linguísticas variam conforme o contexto de uso, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e crítica.

7.1.3 A importância da valorização da diversidade linguística

Reconhecer a existência das diferentes variedades linguísticas significa respeitar a diversidade cultural da sociedade brasileira. Cada comunidade desenvolve formas próprias de falar, influenciadas por sua história, localização geográfica, tradições culturais e condições sociais.

Para Bortoni-Ricardo (2004), o ensino da Língua Portuguesa deve promover o chamado bidialetalismo funcional, possibilitando ao estudante utilizar tanto sua variedade linguística de origem quanto a norma-padrão quando as situações comunicativas assim exigirem.

Essa abordagem evita o preconceito linguístico e favorece uma educação inclusiva, respeitando as diferenças sem abrir mão do ensino da variedade de prestígio social.

Além disso, o domínio da norma-padrão amplia as possibilidades de inserção acadêmica, profissional e social dos estudantes, enquanto o respeito às variedades populares fortalece sua identidade cultural.

Portanto, compreender a variação linguística representa um passo fundamental para um ensino da sintaxe comprometido não apenas com a correção gramatical, mas também com a cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento da competência comunicativa.

Reconhecer a existência das diferentes variedades linguísticas significa respeitar a diversidade cultural da sociedade brasileira. Cada comunidade desenvolve formas próprias de falar, influenciadas por sua história, localização geográfica, tradições culturais e condições sociais.

Para Bortoni-Ricardo (2004), o ensino da Língua Portuguesa deve promover o chamado bidialetalismo funcional, possibilitando ao estudante utilizar tanto sua variedade linguística de origem quanto a norma-padrão quando as situações comunicativas assim exigirem.

Essa abordagem evita o preconceito linguístico e favorece uma educação inclusiva, respeitando as diferenças sem abrir mão do ensino da variedade de prestígio social.

Além disso, o domínio da norma-padrão amplia as possibilidades de inserção acadêmica, profissional e social dos estudantes, enquanto o respeito às variedades populares fortalece sua identidade cultural.

Portanto, compreender a variação linguística representa um passo fundamental para um ensino da sintaxe comprometido não apenas com a correção gramatical, mas também com a cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento da competência comunicativa.

7.2 TIPOS DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A língua portuguesa apresenta diferentes formas de realização conforme os grupos sociais, as regiões, as épocas históricas e as situações comunicativas. Essas diferenças não comprometem a unidade da língua, mas evidenciam seu caráter dinâmico e sua capacidade de adaptação às necessidades dos falantes. A Sociolinguística classifica essas diferenças em quatro tipos principais de variação: **diatópica**, **diastrática**, **diafásica** e **diacrônica** (LABOV, 2008).

Compreender essas modalidades de variação é essencial para o ensino da sintaxe, pois permite analisar como as estruturas linguísticas são utilizadas em diferentes contextos, favorecendo uma abordagem menos prescritiva e mais voltada para os usos reais da língua.

7.2.1 Variação diatópica

A variação diatópica, também denominada **variação regional**, corresponde às diferenças linguísticas observadas entre regiões geográficas de um mesmo país ou entre países que compartilham a mesma língua.

Segundo Bagno (2007), a diversidade regional constitui uma das características mais marcantes do português brasileiro. As diferenças de pronúncia, vocabulário, construções sintáticas e entonação refletem aspectos históricos, culturais e sociais das comunidades linguísticas.

No Brasil, por exemplo, uma mesma realidade pode receber diferentes denominações conforme a região. A raiz conhecida como "mandioca" em parte do país recebe os nomes de "macaxeira" ou "aipim" em outras localidades. Da mesma forma, determinados fenômenos sintáticos apresentam maior frequência em algumas regiões, como a preferência pelo pronome "tu" em estados do Sul e do Norte, enquanto em outras predomina o uso de "você".

Essas diferenças demonstram que nenhuma variedade regional é superior às demais. Todas cumprem adequadamente sua função comunicativa dentro de suas respectivas comunidades de fala.

7.2.2 Variação diastrática

A variação diastrática está relacionada às diferenças linguísticas decorrentes da organização social dos falantes. Fatores como escolaridade, profissão, idade, condição econômica, grupo cultural e nível de instrução influenciam diretamente a maneira como os indivíduos utilizam a língua.

Para José Luiz Fiorin (2013), os grupos sociais desenvolvem formas próprias de comunicação que fortalecem sua identidade coletiva. Essas variedades podem manifestar-se por meio do vocabulário, da pronúncia e das construções sintáticas.

Profissionais de diferentes áreas, por exemplo, utilizam terminologias específicas em seu cotidiano. Médicos, advogados, professores, engenheiros e profissionais da informática empregam expressões técnicas que dificilmente aparecem na linguagem cotidiana.

Além disso, a linguagem dos jovens frequentemente incorpora gírias e neologismos que caracterizam determinado grupo geracional. Essas formas de expressão representam adaptações naturais da língua às necessidades comunicativas dos diferentes grupos sociais.

7.2.3 Variação diafásica

A variação diafásica refere-se às mudanças linguísticas provocadas pelas diferentes situações de comunicação.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), um mesmo indivíduo adapta sua maneira de falar conforme o ambiente, o interlocutor e os objetivos da interação. Assim, uma pessoa utiliza registros distintos durante uma entrevista de emprego, uma aula universitária, uma conversa entre amigos ou uma reunião familiar.

Essa capacidade de adequação constitui importante componente da competência comunicativa. O domínio da norma-padrão não implica abandonar a linguagem cotidiana, mas compreender quando cada variedade se mostra mais apropriada.

No ensino da sintaxe, essa perspectiva possibilita demonstrar que determinadas estruturas linguísticas são plenamente aceitáveis em contextos informais, embora a produção de textos acadêmicos e científicos exija maior observância às normas gramaticais.

7.2.4 Variação diacrônica

A variação diacrônica corresponde às mudanças que a língua sofre ao longo do tempo.

De acordo com Saussure (2012), nenhuma língua permanece estática. Novas palavras surgem, outras desaparecem, significados são modificados e estruturas sintáticas passam por transformações decorrentes da evolução histórica da sociedade.

No português, observa-se claramente esse processo ao comparar textos medievais com a língua contemporânea. Muitas palavras deixaram de ser utilizadas, enquanto outras adquiriram novos significados. Da mesma forma, determinadas construções sintáticas foram simplificadas ao longo dos séculos.

Bagno (2007) ressalta que essas mudanças representam um fenômeno natural da evolução linguística, não devendo ser interpretadas como empobrecimento da língua.

7.2.5 A contribuição das variações linguísticas para o ensino da sintaxe

O reconhecimento das diferentes modalidades de variação linguística amplia as possibilidades pedagógicas do ensino da sintaxe. Em vez de apresentar apenas regras normativas, o professor pode analisar como as estruturas sintáticas se modificam conforme os contextos sociais e comunicativos.

Essa abordagem aproxima o conteúdo gramatical da realidade dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e favorecendo o desenvolvimento da competência comunicativa.

A Base Nacional Comum Curricular orienta que o ensino de Língua Portuguesa contemple a diversidade linguística brasileira, promovendo o respeito às diferentes variedades e desenvolvendo a capacidade de adequação aos diversos gêneros textuais e situações de uso da língua (BRASIL, 2018).

Desse modo, compreender os tipos de variação linguística contribui para uma formação linguística mais crítica, inclusiva e socialmente comprometida, permitindo que os estudantes utilizem a língua de forma consciente e eficiente em diferentes contextos comunicativos.

7.3 NORMA-PADRÃO, NORMA CULTA E USO DA LÍNGUA

O estudo da língua portuguesa exige a compreensão de que existem diferentes formas de organização e utilização da linguagem. Entre os conceitos mais relevantes para a Linguística e para o ensino da gramática destacam-se a **norma-padrão**, a **norma culta** e o **uso da língua**. Embora frequentemente empregados como sinônimos, esses conceitos possuem características próprias e desempenham funções distintas no processo de comunicação e no ensino da sintaxe.

A **norma-padrão** corresponde ao conjunto de regras gramaticais estabelecidas pelas tradições normativas da língua. Trata-se de um modelo de referência utilizado principalmente em documentos oficiais, textos acadêmicos, produções científicas, legislação, concursos públicos e demais situações formais de comunicação. Segundo Evanildo Bechara (2019), a norma-padrão constitui um modelo de uniformização da escrita e da comunicação formal, favorecendo a unidade linguística em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e regional.

Entretanto, a norma-padrão não representa integralmente a língua falada pela população. Conforme destaca Marcos Bagno (2007), ela é uma convenção social construída historicamente e baseada em critérios culturais, políticos e educacionais, não devendo ser confundida com a totalidade das manifestações linguísticas existentes no país.

A **norma culta**, por sua vez, refere-se às variedades efetivamente utilizadas por falantes escolarizados em situações de comunicação monitorada. Diferentemente da norma-padrão, a norma culta é observada na prática cotidiana e pode apresentar determinadas construções que não coincidem integralmente com as prescrições gramaticais tradicionais.

Segundo Ataliba Teixeira de Castilho (2014), a norma culta representa o uso real da língua entre falantes com elevado grau de escolarização, constituindo importante objeto de investigação da Linguística contemporânea. Assim, o estudo da língua deve considerar tanto as prescrições normativas quanto os usos efetivamente praticados pelos falantes.

Além da norma-padrão e da norma culta, existe aquilo que se denomina **uso da língua**, isto é, a forma como os indivíduos empregam a linguagem em suas diversas práticas sociais. Esse uso varia conforme fatores como idade, escolaridade, profissão, contexto comunicativo, região geográfica, objetivos da interação e interlocutores envolvidos.

Sob essa perspectiva, um mesmo indivíduo adapta naturalmente sua linguagem conforme a situação em que se encontra. Em uma defesa de dissertação, por exemplo, tende a utilizar construções sintáticas mais elaboradas e vocabulário técnico. Em uma conversa familiar ou entre amigos, emprega registros mais espontâneos, marcados por maior informalidade, sem que isso comprometa a eficácia da comunicação.

Essa capacidade de adequação linguística constitui aquilo que a Sociolinguística denomina **competência comunicativa**, conceito desenvolvido por Dell Hymes (1972). Segundo essa perspectiva,

comunicar-se adequadamente significa selecionar a variedade linguística mais apropriada para cada contexto social, considerando os interlocutores, os objetivos da interação e o ambiente comunicativo.

No ensino da sintaxe, compreender essa distinção torna-se particularmente relevante. Muitas construções consideradas inadequadas pela gramática normativa são plenamente funcionais em situações informais de comunicação. Expressões como "A gente fomos", "Os menino chegaram" ou "Pra mim fazer" aparecem em determinadas variedades do português brasileiro e seguem padrões próprios de organização linguística, ainda que não correspondam à norma-padrão.

A Base Nacional Comum Curricular orienta que o ensino da Língua Portuguesa contemple tanto o domínio da norma-padrão quanto o reconhecimento da diversidade linguística existente no Brasil. O documento destaca que os estudantes devem desenvolver competências para utilizar diferentes registros da língua conforme as demandas das diversas práticas sociais (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o ensino da sintaxe ultrapassa a simples memorização de regras gramaticais. Seu objetivo passa a ser o desenvolvimento da capacidade de compreender as estruturas da língua, interpretar seus diferentes usos e produzir textos adequados às diversas situações comunicativas.

Ao reconhecer que a língua é dinâmica e socialmente construída, o professor contribui para uma aprendizagem mais significativa, respeitando os conhecimentos linguísticos que os estudantes já possuem e ampliando sua competência para atuar em contextos formais e informais. Assim, o domínio da norma-padrão deixa de representar um instrumento de exclusão e passa a constituir um recurso de ampliação das possibilidades de participação acadêmica, profissional e cidadã.

7.4 CONCEITO DE PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Entre os diversos fenômenos estudados pela Sociolinguística, o preconceito linguístico ocupa posição de destaque por envolver não apenas questões relacionadas ao funcionamento da língua, mas também aspectos sociais, culturais, históricos e educacionais. Em uma sociedade caracterizada pela diversidade linguística, diferentes formas de falar convivem diariamente. Entretanto, nem todas recebem o mesmo reconhecimento social, o que pode gerar discriminação contra indivíduos ou grupos em razão da variedade linguística que utilizam.

Segundo Marcos Bagno (2015), o preconceito linguístico consiste na desvalorização de determinadas variedades da língua em favor da norma-padrão, frequentemente considerada, de forma equivocada, como a única modalidade legítima de expressão. Essa postura ignora que todas as variedades linguísticas possuem organização interna, regras próprias e plena capacidade comunicativa.

Para a Sociolinguística, não existem línguas ou variedades "erradas". Existem, sim, diferentes formas de uso da língua, adequadas às diversas comunidades de fala e às situações comunicativas. Assim,

o preconceito linguístico não decorre de fatores estritamente linguísticos, mas das relações sociais de poder estabelecidas entre os diferentes grupos que utilizam essas variedades (LABOV, 2008).

7.4.1 As origens do preconceito linguístico

O preconceito linguístico possui profundas raízes históricas. Desde a consolidação das gramáticas normativas, sobretudo a partir da tradição greco-latina, estabeleceu-se um modelo de língua considerado ideal para a escrita formal e para os documentos oficiais.

No Brasil, esse modelo foi fortemente influenciado pelo português europeu, tornando-se referência para a educação escolar durante muitos anos. Como consequência, variedades regionais e populares passaram a ser vistas como inferiores ou incorretas.

Segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), essa visão contribuiu para ampliar desigualdades educacionais, uma vez que estudantes oriundos de diferentes contextos sociais frequentemente tinham sua maneira natural de falar tratada como erro, e não como manifestação legítima da diversidade linguística.

Essa perspectiva reforçou a ideia equivocada de que falar conforme a norma-padrão seria um indicativo de maior inteligência, cultura ou competência, enquanto variedades populares seriam sinais de ignorância ou baixa escolaridade.

7.4.2 Preconceito linguístico e exclusão social

O preconceito linguístico constitui uma forma de discriminação social. Em muitos casos, críticas dirigidas à maneira de falar de uma pessoa representam, na realidade, julgamentos relacionados à sua origem regional, condição econômica, escolaridade ou pertencimento cultural.

Bagno (2015) afirma que o preconceito linguístico frequentemente encobre outros preconceitos, como o preconceito social e regional. Dessa forma, discriminar a fala de determinados grupos significa também desvalorizar sua identidade cultural e suas formas de participação na sociedade.

Essa realidade torna-se evidente quando determinadas variedades regionais são ridicularizadas em programas humorísticos, redes sociais ou ambientes escolares. Tais práticas reforçam estereótipos e comprometem a autoestima dos falantes.

Nesse contexto, a escola desempenha papel fundamental na construção de uma educação linguística comprometida com o respeito à diversidade e com a valorização das diferentes manifestações da língua portuguesa.

7.4.3 O papel da escola diante da diversidade linguística

A escola possui dupla responsabilidade no ensino da Língua Portuguesa. De um lado, deve assegurar aos estudantes o domínio da norma-padrão, indispensável para sua participação na vida acadêmica,

profissional e cidadão. De outro, precisa reconhecer e valorizar as variedades linguísticas que os estudantes trazem de seus contextos familiares e comunitários.

A Base Nacional Comum Curricular destaca que o ensino de Língua Portuguesa deve desenvolver competências relacionadas ao reconhecimento da diversidade linguística brasileira, promovendo práticas de respeito às diferentes formas de expressão e combatendo toda forma de discriminação linguística (BRASIL, 2018).

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), o ensino deve possibilitar que o estudante amplie seu repertório linguístico, aprendendo a utilizar diferentes registros conforme as exigências das diversas situações comunicativas. Essa perspectiva é conhecida como **bidialetalismo funcional**, no qual o aluno preserva sua variedade de origem e, simultaneamente, desenvolve competência no uso da norma-padrão.

7.4.4 O preconceito linguístico no ensino da sintaxe

No ensino da sintaxe, a compreensão da diversidade linguística torna-se especialmente importante. Muitas construções utilizadas pelos estudantes pertencem às variedades populares do português brasileiro e seguem padrões próprios de organização sintática.

Expressões como "A gente vai", "Os livro estão aqui", "Vou estar enviando" ou "Pra mim fazer" podem ser analisadas sob diferentes perspectivas. Embora algumas não correspondam às convenções da norma-padrão, elas revelam processos linguísticos legítimos e devem ser compreendidas antes de serem corrigidas em contextos formais.

Segundo Carlos Alberto Faraco (2008), ensinar gramática não significa combater as variedades populares, mas ampliar a competência comunicativa dos estudantes, permitindo-lhes utilizar diferentes registros linguísticos conforme as necessidades sociais.

Assim, o ensino da sintaxe deve promover a reflexão sobre os diferentes usos da língua, favorecendo uma aprendizagem crítica, inclusiva e socialmente contextualizada.

7.5 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA

O ensino da gramática tem ocupado lugar central nas discussões sobre o ensino da Língua Portuguesa. Durante muito tempo, predominou uma abordagem essencialmente normativa, centrada na memorização de regras e na classificação de palavras, frases e orações. Embora esse modelo tenha contribuído para a sistematização da língua, revelou-se insuficiente para desenvolver a competência comunicativa dos estudantes, pois frequentemente desconsiderava os usos reais da linguagem e a diversidade linguística presente na sociedade.

Nas últimas décadas, os estudos da Linguística e da Sociolinguística propuseram uma nova compreensão do ensino gramatical. Nessa perspectiva, a gramática deixa de ser entendida apenas como um

conjunto de normas prescritivas e passa a ser concebida como um sistema que organiza o funcionamento da língua em seus diferentes contextos de uso. Conforme afirma Marcos Bagno (2007), ensinar gramática significa desenvolver a capacidade de refletir sobre a língua, compreender seus mecanismos de funcionamento e reconhecer a legitimidade das diferentes variedades linguísticas.

Essa mudança de paradigma contribuiu para aproximar o ensino da gramática das práticas sociais de linguagem, tornando-o mais significativo e funcional.

7.5.1 A gramática normativa e a gramática descritiva

Uma das contribuições mais relevantes da Linguística foi distinguir a **gramática normativa** da **gramática descritiva**.

A gramática normativa estabelece regras de uso consideradas adequadas para situações formais de comunicação, orientando a produção de textos acadêmicos, científicos, jurídicos e administrativos. Segundo Evanildo Bechara (2019), sua função é oferecer um modelo de referência para a comunicação escrita formal, contribuindo para a unidade linguística.

Já a gramática descritiva procura analisar como a língua é efetivamente utilizada pelos falantes, sem atribuir juízos de valor às diferentes variedades linguísticas. Nessa perspectiva, todas as construções linguísticas constituem objeto legítimo de investigação científica.

Segundo Ataliba Teixeira de Castilho (2014), compreender o funcionamento real da língua permite desenvolver práticas pedagógicas mais contextualizadas, aproximando o ensino gramatical das experiências linguísticas vivenciadas pelos estudantes.

Essas duas abordagens não são incompatíveis. Pelo contrário, complementam-se no processo educativo: a gramática normativa orienta o uso formal da língua, enquanto a gramática descritiva favorece a compreensão da diversidade linguística.

7.5.2 A contribuição da Sociolinguística para o ensino da gramática

A Sociolinguística demonstrou que a variação linguística constitui característica inerente a todas as línguas naturais. Assim, diferenças de pronúncia, vocabulário e organização sintática não representam erros, mas manifestações legítimas da diversidade social.

Para William Labov (2008), toda comunidade linguística apresenta heterogeneidade estruturada. Isso significa que diferentes formas de expressão coexistem dentro da mesma língua, obedecendo a padrões sistemáticos de funcionamento.

No contexto escolar, essa compreensão modifica significativamente a prática docente. Em vez de tratar determinadas formas de falar apenas como incorretas, o professor pode utilizá-las como ponto de partida para discutir os diferentes registros da língua e ampliar o repertório linguístico dos estudantes.

Segundo Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), o ensino deve promover a ampliação da competência linguística dos alunos, possibilitando-lhes utilizar adequadamente tanto sua variedade de origem quanto a norma-padrão, de acordo com as exigências das diversas situações comunicativas.

7.5.3 O ensino reflexivo da gramática

O ensino reflexivo da gramática propõe que os conteúdos gramaticais sejam trabalhados a partir da observação e da análise dos textos em circulação social. Nessa abordagem, o estudante deixa de ser mero receptor de regras e passa a investigar o funcionamento da língua em diferentes gêneros textuais.

A análise sintática, por exemplo, pode ser desenvolvida mediante a comparação entre textos literários, jornalísticos, científicos, publicitários e produções orais, permitindo que o aluno identifique como as escolhas sintáticas contribuem para a construção de sentidos.

Essa perspectiva favorece o desenvolvimento da consciência linguística e amplia a capacidade de interpretar, produzir e revisar textos, articulando conhecimentos gramaticais às práticas efetivas de leitura e escrita.

7.5.4 A variação linguística na prática pedagógica

Reconhecer a existência das diferentes variedades linguísticas não significa abandonar o ensino da norma-padrão. Pelo contrário, significa compreender que a aprendizagem torna-se mais eficaz quando parte dos conhecimentos linguísticos já construídos pelos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece que o ensino de Língua Portuguesa deve desenvolver competências relacionadas à análise linguística, à reflexão sobre os usos da língua e ao reconhecimento da diversidade linguística brasileira (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, cabe ao professor criar situações didáticas que possibilitem aos estudantes comparar diferentes registros da língua, compreender sua adequação aos diversos contextos e ampliar sua competência comunicativa.

Estratégias como análise de textos, reescrita, comparação entre registros formais e informais, estudos de casos e produção textual favorecem uma aprendizagem significativa da sintaxe e da gramática.

7.6 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular representou um importante marco para a educação brasileira ao estabelecer competências e habilidades essenciais para a Educação Básica. No componente curricular de Língua Portuguesa, o documento propõe uma abordagem que ultrapassa o ensino

exclusivamente normativo da gramática, valorizando as práticas sociais de linguagem, os diferentes gêneros discursivos e a diversidade linguística existente no país (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, o ensino da língua passa a compreender a linguagem como prática social, histórica e cultural, reconhecendo que os indivíduos utilizam diferentes variedades linguísticas conforme os contextos de interação. Tal orientação aproxima-se das contribuições da Sociolinguística, que entende a variação como uma característica inerente às línguas naturais e não como um desvio em relação à norma-padrão.

Ao incorporar essa concepção, a BNCC propõe que o estudante desenvolva competências relacionadas à leitura, à produção textual, à oralidade e à análise linguística, articulando os conhecimentos gramaticais às situações concretas de comunicação.

7.6.1 A diversidade linguística como princípio educativo

Um dos aspectos mais relevantes da BNCC consiste no reconhecimento da diversidade cultural e linguística do Brasil. O documento afirma que a escola deve promover o respeito às diferentes formas de expressão, considerando as variedades regionais, sociais, históricas e situacionais da língua portuguesa.

Segundo BRASIL (2018), o ensino de Língua Portuguesa deve possibilitar ao estudante compreender que a linguagem varia conforme fatores geográficos, históricos, culturais e comunicativos, desenvolvendo atitudes de respeito às diferenças linguísticas e combatendo práticas de discriminação.

Essa orientação encontra respaldo nos estudos de William Labov (2008), que demonstram que toda língua apresenta heterogeneidade estruturada, bem como nas pesquisas de Marcos Bagno (2007), que evidenciam a necessidade de superar o preconceito linguístico presente em diversos contextos educacionais.

Desse modo, a BNCC reforça a importância de uma educação linguística comprometida com a valorização da pluralidade cultural e com a formação cidadã.

7.6.2 A análise linguística e o ensino da sintaxe

A BNCC reorganiza o ensino da gramática ao inseri-lo no eixo da **análise linguística/semiótica**. Nessa proposta, os conhecimentos sintáticos, morfológicos, semânticos e discursivos deixam de ser estudados de forma isolada, passando a integrar práticas de leitura, produção textual e oralidade.

Segundo o documento, a análise linguística deve favorecer a reflexão sobre o funcionamento da língua em situações reais de comunicação, permitindo que os estudantes compreendam como as escolhas gramaticais produzem efeitos de sentido nos textos (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o ensino da sintaxe assume papel fundamental, pois possibilita compreender como as relações entre palavras, orações e períodos contribuem para a organização textual e para a construção do significado.

Ao analisar diferentes gêneros discursivos, o estudante percebe que as estruturas sintáticas variam conforme a finalidade comunicativa, o público-alvo, o suporte de circulação e o grau de formalidade exigido em cada situação.

7.6.3 Competências e habilidades relacionadas à variação linguística

A BNCC orienta que os estudantes desenvolvam competências para reconhecer, analisar e utilizar diferentes variedades da língua portuguesa, compreendendo sua adequação às diversas práticas sociais.

Entre as habilidades previstas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, destacam-se:

- reconhecer a diversidade linguística brasileira como patrimônio cultural;
- identificar marcas de variação regional, social, histórica e situacional em diferentes textos;
- utilizar registros linguísticos adequados aos objetivos comunicativos;
- refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas linguísticas;
- combater manifestações de preconceito linguístico por meio da valorização das diferentes variedades da língua.

Essas habilidades favorecem o desenvolvimento da competência comunicativa e ampliam a capacidade dos estudantes de participar criticamente das práticas sociais de linguagem.

7.6.4 Implicações pedagógicas para o ensino da sintaxe

A proposta da BNCC exige mudanças significativas na prática docente. O ensino da sintaxe deixa de restringir-se à identificação de termos da oração e à classificação de estruturas gramaticais, passando a privilegiar a análise do funcionamento da língua em textos reais.

Nesse sentido, recomenda-se que o professor desenvolva atividades que articulem leitura, escrita, oralidade e análise linguística, explorando diferentes gêneros textuais e promovendo a reflexão sobre a adequação das escolhas sintáticas aos diversos contextos comunicativos.

Entre as estratégias metodológicas que dialogam com a BNCC destacam-se:

- análise comparativa entre registros formais e informais;
- estudo de textos literários, jornalísticos e científicos;
- produção e reescrita de textos com diferentes níveis de formalidade;
- debates sobre preconceito linguístico e diversidade cultural;
- atividades de revisão textual com foco na construção sintática.

Essas práticas contribuem para que o ensino da gramática seja contextualizado, reflexivo e voltado para o desenvolvimento da competência discursiva dos estudantes.

7.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O estudo da variação linguística evidencia que a língua portuguesa constitui um sistema vivo, dinâmico e profundamente relacionado às transformações históricas, sociais, culturais e comunicativas da sociedade. Ao longo deste capítulo, verificou-se que as diferentes formas de utilização da língua não representam desvios ou incorreções, mas manifestações legítimas da diversidade que caracteriza as comunidades de fala.

Inicialmente, foi discutido o conceito de variação linguística, compreendida como o conjunto de diferenças observadas na língua em decorrência de fatores geográficos, sociais, históricos e situacionais. Com base nos estudos da Sociolinguística, especialmente nas contribuições de William Labov (2008) e Marcos Bagno (2007), constatou-se que toda língua apresenta heterogeneidade estruturada, sendo a diversidade um aspecto constitutivo do próprio funcionamento linguístico.

Em seguida, foram analisados os principais tipos de variação linguística: diatópica, diastrática, diafásica e diacrônica. Cada uma dessas modalidades revelou que a língua se adapta continuamente às diferentes regiões, grupos sociais, contextos comunicativos e períodos históricos, preservando sua capacidade de atender às necessidades de interação entre os falantes.

Outro aspecto relevante abordado neste capítulo foi a distinção entre norma-padrão, norma culta e uso efetivo da língua. Verificou-se que a norma-padrão desempenha importante função na comunicação formal e na produção de textos acadêmicos, científicos e institucionais, enquanto a norma culta representa o uso observado entre falantes escolarizados. Já o uso da língua evidencia a flexibilidade do sistema linguístico, permitindo aos indivíduos adequar sua linguagem às diferentes situações de comunicação.

Na sequência, discutiu-se o preconceito linguístico como uma manifestação de discriminação social que ultrapassa questões estritamente gramaticais. Ficou evidente que a desvalorização de determinadas variedades linguísticas frequentemente reflete desigualdades históricas, econômicas e culturais. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na promoção do respeito à diversidade linguística e na formação de cidadãos conscientes da pluralidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

O capítulo também destacou as contribuições da Sociolinguística para o ensino da gramática e da sintaxe. Demonstrou-se que o ensino contemporâneo deve superar práticas exclusivamente prescritivas, favorecendo a reflexão sobre o funcionamento da língua em situações reais de comunicação. Essa perspectiva amplia a competência comunicativa dos estudantes e fortalece sua capacidade de utilizar diferentes registros linguísticos conforme as exigências dos diversos contextos sociais.

Por fim, analisou-se a abordagem da Base Nacional Comum Curricular, que propõe uma concepção de ensino fundamentada na articulação entre leitura, escrita, oralidade e análise linguística. O documento orienta que o ensino da sintaxe e da gramática seja desenvolvido de forma contextualizada, valorizando a

diversidade linguística e promovendo práticas pedagógicas voltadas para a construção de sentidos, para a participação cidadã e para o combate ao preconceito linguístico (BRASIL, 2018).

Em síntese, compreender a variação linguística significa reconhecer que a língua é um patrimônio cultural em constante transformação, construído coletivamente pelos seus falantes. Para o ensino da sintaxe, essa compreensão representa um avanço significativo, pois permite integrar os conhecimentos gramaticais às práticas efetivas de uso da linguagem, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais contextualizado, inclusivo e socialmente relevante.

Desse modo, o estudo da variação linguística reafirma que o domínio da norma-padrão e o respeito às diferentes variedades da língua não são objetivos excludentes, mas complementares. Enquanto a norma-padrão amplia as possibilidades de participação acadêmica, profissional e institucional, o reconhecimento da diversidade linguística fortalece a identidade cultural, promove a inclusão social e contribui para a formação de sujeitos críticos, competentes e capazes de utilizar a linguagem de maneira ética, consciente e adequada às múltiplas situações comunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente obra, *Introdução à Sintaxe e Aspectos Gramaticais*, buscou apresentar uma abordagem ampla, articulada e funcional da sintaxe da língua portuguesa, ultrapassando perspectivas estritamente normativas e descritivas para alcançar uma compreensão mais integrada entre estrutura linguística, produção de sentidos e práticas de linguagem. Ao longo dos capítulos, discutiu-se a sintaxe não apenas como um conjunto de regras de organização da frase, mas como um componente essencial da construção textual, da interação social e da competência comunicativa.

Partindo dos fundamentos da linguagem, da língua e da fala, foi possível compreender que o funcionamento da língua não se restringe a um sistema abstrato de normas, mas se concretiza nas práticas sociais de comunicação. Nesse sentido, a sintaxe foi apresentada como um mecanismo dinâmico, responsável por organizar linguisticamente o pensamento e permitir a materialização dos discursos em diferentes gêneros textuais e contextos de uso.

Ao longo da obra, evidenciou-se que a estrutura sintática exerce papel decisivo na produção de sentidos. As escolhas realizadas pelo sujeito enunciador — como a ordem dos termos, o uso de coordenação e subordinação, a seleção de conectores e a organização dos períodos — não são neutras, mas produzem efeitos discursivos específicos, influenciando a clareza, a argumentação, a ênfase e a expressividade dos textos. Essa compreensão foi sustentada por contribuições de autores como Ingedore Villaça Koch, Irandé Antunes, Luiz Carlos Travaglia e José Luiz Fiorin, cujas pesquisas reforçam a inseparabilidade entre forma linguística e construção de sentidos.

Outro ponto central da obra foi a articulação entre sintaxe e gêneros textuais. Demonstrou-se que diferentes esferas de comunicação mobilizam estruturas sintáticas específicas, adequadas às suas finalidades discursivas. Textos acadêmicos, jornalísticos, literários, publicitários e digitais revelam diferentes formas de organização sintática, evidenciando que a língua se adapta às condições de uso e às necessidades comunicativas dos sujeitos. Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção bakhtiniana de linguagem como prática social, na qual os gêneros discursivos estruturam e orientam o funcionamento da comunicação.

No campo educacional, destacou-se a importância de superar práticas de ensino centradas exclusivamente na classificação de estruturas isoladas, deslocando o foco para uma abordagem que integre análise sintática, leitura e produção textual. A sintaxe, nessa perspectiva, não deve ser ensinada como um fim em si mesma, mas como um instrumento para o desenvolvimento da competência comunicativa, permitindo que os estudantes compreendam e utilizem a língua de forma mais consciente, crítica e eficiente.

Também se ressaltou que o ensino da sintaxe deve considerar a diversidade linguística e os diferentes usos da língua em contextos reais de comunicação. A valorização das variedades linguísticas e o reconhecimento da norma-padrão como uma entre outras possibilidades de uso contribuem para uma prática pedagógica mais inclusiva e coerente com a realidade social dos falantes.

Dessa forma, a obra reafirma a compreensão de que a sintaxe não pode ser reduzida a um conjunto de regras abstratas, mas deve ser entendida como um sistema funcional e dinâmico, responsável pela organização do discurso e pela construção dos sentidos em situações reais de comunicação. Essa perspectiva amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, aproximando os estudos gramaticais das práticas sociais de linguagem e fortalecendo o papel da Língua Portuguesa na formação crítica dos sujeitos.

Por fim, espera-se que este livro contribua para a reflexão de professores, estudantes e pesquisadores sobre o ensino da sintaxe, incentivando abordagens mais significativas, contextualizadas e integradas. Ao compreender a língua como prática social e a sintaxe como instrumento de construção textual e discursiva, abre-se espaço para uma educação linguística mais crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento pleno da competência comunicativa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando "o pó das ideias simples"**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- ANTUNES, Irandé. ***Língua, texto e ensino: outra escola possível***. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BAGNO, Marcos. ***Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística***. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed. São Paulo: Loyola, 2015.
- BECHARA, Evanildo. ***Moderna Gramática Portuguesa***. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. ***Os gêneros do discurso***. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. ***Base Nacional Comum Curricular (BNCC)***. Brasília: MEC, 2018.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. ***Novíssima Gramática da Língua Portuguesa***. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CHOMSKY, Noam. ***Aspectos da teoria da sintaxe***. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- CHOMSKY, Noam. ***Linguagem e mente***. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CHOMSKY, Noam. ***Aspectos da teoria da sintaxe***. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- CHOMSKY, Noam. ***Aspectos da teoria da sintaxe***. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. ***Nova Gramática do Português Contemporâneo***. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- EDUCAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA: **a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- FIORIN, José Luiz. ***Linguagem e ideologia***. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, José Luiz. ***Introdução à Linguística I: objetos teóricos***. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- GERALDI, João Wanderley. ***Portos de passagem***. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HYMES, Dell. *On communicative competence*. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (org.). **Sociolinguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Escrever: Estratégias de Produção Textual**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NORMA CULTA BRASILEIRA: **desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática Passada a Limpo**. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PADRÕES SOCIOLINGUÍSTICOS. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com